

**RONALDO DE CARVALHO MARTINS**

**O ECLETISMO EM VIÇOSA (MG):  
MODERNIZAÇÃO, PAISAGEM E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO  
ARQUITETÔNICO (1910 A 2019)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Patrícia Vargas Lopes de Araújo

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2019**

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

M386e  
2019  
Martins, Ronaldo de Carvalho, 1985-  
O Ecletismo em Viçosa (MG) : modernização, paisagem e  
preservação do patrimônio arquitetônico (1910 a 2019) /  
Ronaldo de Carvalho Martins. – Viçosa, MG, 2019.  
167 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Patrícia Vargas Lopes de Araújo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 151-156.

1. Ecletismo na arquitetura - Viçosa (MG). 2. Conservação histórica.. 3. Patrimônio cultural - Viçosa (MG). I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. II. Título.

CDD 22. ed. 720.98151

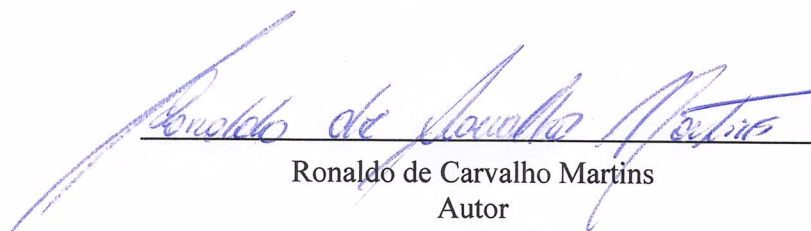
**RONALDO DE CARVALHO MARTINS**

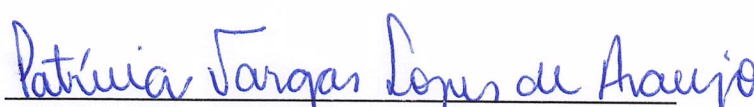
**O ECLETISMO EM VIÇOSA (MG):  
MODERNIZAÇÃO, PAISAGEM E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO  
ARQUITETÔNICO (1910 A 2019)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 28 de novembro de 2019.

Assentimento:

  
Ronaldo de Carvalho Martins  
Autor

  
Patrícia Vargas Lopes de Araújo  
Orientadora

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente, a Deus por ter me dado forças para superar todas as dificuldades.

Aos meus pais, José e Bárbara, agradeço pelo suporte, amor, incentivo e apoio condicional. A minha irmã, Isamara, que é meu talismã e a razão da minha caminhada. Aos meus irmãos, sobrinhas e o restante da família, agradeço todo o carinho.

A Universidade Federal de Viçosa, ao Departamento de História, ao corpo docente, direção e administração do Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes. Um agradecimento especial para o professor Leonardo Civalle e a professora Vanessa Lana que me ajudaram a costurar novos caminhos para a conclusão dessa pesquisa.

Registro meu agradecimento mais que especial a minha orientadora, Patrícia Vargas Lopes de Araújo, pelo suporte, pelas correções e pelos incentivos. Além de ter demonstrado ser uma excelente profissional, tornou-se uma grande amiga que levarei comigo para sempre.

Ao professor e amigo Alexandre Mascarenhas pela disponibilidade, confiança e empenho para elaboração desse trabalho.

Ao aluno de Comunicação Social, Maurício Vieira, que se disponibilizou a ajudar de forma carinhosa na produção do material prático dessa dissertação. A você Maurício, meu eterno obrigado.

Aos meus amigos de Ouro Preto e de Viçosa que sempre me apoiaram e estiveram comigo em todas as decisões tomadas. Um agradecimento especial para Flavi, Cida Lage, Luciene, Nanci, Carla Rocha, Wanderson Kal, Lilian Tavares, Bruna Silva, Elis, Clebson, Flavinho, Vitor Marques, Rick, Will, Vini, Renan e Camila, agradeço o afeto de sempre.

A Prefeitura e a Câmara Municipal de Viçosa, ao Eduardo do Arquivo Central e Histórico da UFV que me deixaram ter acesso aos dados sobre a história do município e que certamente contribuíram de forma única para concluir essa pesquisa.

Aos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff que abriram caminhos na educação e que foram fundamentais para terminar meus estudos.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

A todos que direta e indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

## RESUMO

MARTINS, Ronaldo de Carvalho, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, novembro de 2019, **O ecletismo em Viçosa (MG): modernização, paisagem e preservação do patrimônio arquitetônico (1910 a 2019)**. Orientadora: Patrícia Vargas Lopes de Araújo.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as edificações ecléticas do centro da cidade de Viçosa (MG), a partir de 1910, ano que marca o surgimento das mesmas no município. O período marca também o início do processo de modernização e de industrialização de Viçosa, cujas ações visavam alterar, por meio de projetos urbanos, a paisagem urbana e cultural da cidade. Para chegar até esses eventos que ocorreram na cidade, buscamos analisar como se desenvolveu o processo de povoamento da Zona da Mata Mineira e de Viçosa, respectivamente, a partir do início do século XVIII e a partir do início do século XIX. O estudo investigou ainda as primeiras décadas do século XX, quando o município sofreu interferências urbanísticas e apresentou a arquitetura eclética como modelo construtivo a ser seguido. Ao seguimento disso, explicamos as razões que levaram o ecletismo a assumir a tipologia construtiva de várias cidade brasileiras, principalmente aquelas que passaram por reformulações do seu espaço urbano. Para tanto, apoiamos nossa pesquisa nos conceitos sobre a cidade e suas dinâmicas culturais conduzidas pelo homem. Por fim, realizamos uma investigação sobre a gênese do ecletismo como estilo e como patrimônio no país até chegar nos motivos que conduzem o patrimônio edificado e eclético de Viçosa a se tornar alvo de destruição. O estudo aqui presente visa contribuir com a história da arquitetura brasileira, bem como fortalecer os discursos e os debates acerca da preservação da paisagem cultural de Viçosa a partir da produção do seus bens edificados.

**Palavras-chave:** Ecletismo na arquitetura. Viçosa (MG). Conservação Histórica. Patrimônio Cultural.

## ABSTRACT

MARTINS, Ronaldo de Carvalho, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, November, 2019, **Eclecticism in Viçosa (MG): modernization, landscape and preservation of the architectural heritage (1910 to 2019)**. Advisor: Patrícia Vargas Lopes de Araújo.

This research aimed to analyze the eclectic buildings in Downtown Viçosa (MG), from 1910, the year that marks the emergence of them in the city. The period also marks the beginning of the process of modernization and industrialization of Viçosa, whose actions aimed to change, through urban projects, the urban and cultural landscape of the city. To reach these events that occurred in the city, it was sought to analyze how developed the settlement process of Zona da Mata of Minas Gerais and Viçosa, respectively, from the beginning of the 18th century and from the beginning of the 19th century. The study also investigated the first decades of the 20th century, when the city suffered urbanistic interference and presented the eclectic architecture as a constructive model to be followed. Following that, it was explained the reasons that led eclecticism to assume the constructive typology of several Brazilian cities, especially those that underwent reformulations of their urban space. Therefore, it was supported our research into the concepts of the city and its human-driven skin dynamics. Finally, it was conducted an investigation into the genesis of eclecticism as a style and heritage in the country until we come to the motives that lead Viçosa's built and eclectic heritage to become a target of destruction. The present study aims to contribute to the history of Brazilian architecture, as well as to strengthen the discourses and debates about the preservation of the cultural landscape of Viçosa from the production of its built goods.

Keywords: Eclecticism in architecture. Viçosa (MG). Historical Conservation. Cultural Heritage.

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1:</b> Área que demarca a região do primeiro núcleo urbano de Viçosa (MG).....	30
<b>Mapa 2:</b> Perímetro de Estudo .....	64
<b>Mapa 3:</b> Entorno estudado.....	113

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Capela Senhor dos Passos, Viçosa (MG) .....	26
<b>Figura 2:</b> Avenida Santa Rita – Viçosa (MG) – após a década de 1930 .....	35
<b>Figura 3:</b> Avenida Bueno Brandão em construção, Viçosa (MG) - 1910 .....	36
<b>Figura 4:</b> Edifício Arthur Bernardes - UFV .....	38
<b>Figura 5:</b> Avenida da Ópera de Paris em 1880 .....	48
<b>Figura 6:</b> Casa nº 85 na Rua Benjamim Araújo – Viçosa (MG).....	63
<b>Figura 7:</b> Casa nº 137 na Rua Benjamim Araújo – Viçosa (MG).....	63
<b>Figura 8:</b> Imagem da antiga fábrica de tecido “Santa Maria”, hoje Colégio do Carmo de Viçosa .....	82
<b>Figura 9:</b> As duas matrizes: a primeira em estilo colonial e a segunda em estilo eclético .....	83
<b>Figura 10:</b> Vista externa da igreja da Matriz de Santa Rita de Cássia, Viçosa (MG).....	84
<b>Figura 11:</b> Desenho esquemático da fachada da igreja de Santa Rita de Cássia.....	84
<b>Figura 12:</b> Detalhes internos da igreja de Santa Rita de Cássia .....	84
<b>Figura 13:</b> Vista parcial da área central de Viçosa (MG) na década de 1970 .....	85
<b>Figura 14:</b> Vista parcial do centro de Viçosa, década de 1970, destacando as novas construções.....	86
<b>Figura 15:</b> Casa “Cora Bolivar” na Avenida Bueno Brandão, centro – Viçosa (MG), destaque para o edifício construído nos fundos do terreno.....	89
<b>Figura 16:</b> Solar dos Câmara, 1818 – Porto Alegre/RS .....	96
<b>Figura 17:</b> Teatro Amazonas, 1896 – Manaus/AM.....	96
<b>Figura 18:</b> Palácio dos Azulejos, 1878 – Campinas/SP. ....	96
<b>Figura 19:</b> Museu Republicano, 1923 – Itu/SP .....	96
<b>Figura 20:</b> Conjunto Arquitetônico e Paisagístico, do Porto de Manaus 1906 – Manaus/AM. ...	97
<b>Figura 21:</b> Mercado Municipal Adolfo Lisboa 1880.....	97
<b>Figura 22:</b> Vista parcial de Viçosa que mostra o processo acelerado de verticalização .....	103
<b>Figura 23:</b> Foto das primeiras edificações ecléticas de Viçosa .....	114
<b>Figura 24:</b> Página do catálogo que mostra as edificações que foram demolidas em Viçosa .....	117

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01:</b> Percentual de prédios construídos em Viçosa após a década de 1980 .....	86
--	----

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Características construtivas da casa Arthur Bernardes .....	69
<b>Tabela 2:</b> Dados sobre a quantidade de tombamentos entre os anos de 1938 até 1940 .....	92
<b>Tabela 3:</b> Dados sobre o Plano Diretor de Viçosa.....	104

## LISTA DE FICHAS

<b>Ficha A1:</b> Dados cadastrais do imóvel Casa Arthur Bernardes .....	70
<b>Ficha A2:</b> Análises técnicas, construtivas, estruturais, materiais e acabamentos do imóvel Casa Arthur Bernardes .....	71
<b>Ficha B1:</b> Dados cadastrais do imóvel Casa Dona Cora Bolivar .....	73
<b>Ficha B2:</b> Análises técnicas, construtivas, estruturais, materiais e acabamentos do imóvel Casa Dona Cora Bolivar.....	74
<b>Ficha C1:</b> Dados cadastrais do imóvel Escola Municipal Ministro Edmundo Lins .....	76
<b>Ficha C2:</b> Análises técnicas, construtivas, estruturais, materiais e acabamentos do imóvel Escola Municipal Ministro Edmundo Lins .....	77

## **LISTA DE SIGLAS**

**ESAV** - Escola Superior de Agricultura e Veterinária

**UFV** - Universidade Federal de Viçosa

**PDV** - Plano Diretor de Viçosa

**PMV** - Prefeitura Municipal de Viçosa

**CMCPA** – Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Ambiental

**IEPHA** – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

**IPHAN** – Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**PDV** – Plano Diretor de Viçosa

**SPHAN** – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**TCP** – Transferência do Potencial Construtivo

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas

**CMV** – Câmara Municipal de Viçosa

## SUMÁRIO

### PARTE I

CAPÍTULO 1: VIÇOSA: DE POVOADO A CIDADE MODERNA.....	21
1.1 A ocupação do Sertões do Leste .....	22
1.2 A formação do espaço urbano de Santa Rita do Turvo .....	26
1.3 A cidade de Viçosa no limiar da modernização .....	32
CAPÍTULO 2: AS CONCEPÇÕES MODERNAS SOBRE O ESPAÇO DAS CIDADES E O SURGIMENTO DO ESTILO ECLÉTICO .....	39
2.1 O pensamento ilustrado sobre a cidade e a trajetória da arquitetura eclética na Europa do século XIX .....	39
2.2 A modernização do Brasil e a chegada da arquitetura eclética .....	53
2.3 A arquitetura eclética em Viçosa, emergências de uma modernização .....	61
CAPÍTULO 3 – O PROGRESSO QUE AVANÇA E O PASSADO QUE DESMANCHA: DIÁLOGOS SOBRE TRADIÇÃO E MODERNIDADE NUM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO .....	79
3.1 Construir e preservar: as facetas da produção espacial de Viçosa a partir da segunda metade do século XX .....	71
3.2 A consagração do ecletismo como patrimônio nacional .....	90
3.3 Pensar a cidade como patrimônio .....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	106

### PARTE II

#### ATIVIDADE PRÁTICA/ PRODUTO

CATÁLOGO: O ECLETISMO EM FOTOS .....	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	151
ANEXOS .....	157

## INTRODUÇÃO

O interesse por estudar sobre a arquitetura eclética nas cidades do interior de Minas Gerais surgiu a partir de uma observação mais atenta sobre a paisagem arquitetônica de Ouro Preto (MG). Desde então, foi possível perceber algo diferente naquele meio: uma arquitetura bem peculiar, encaixada entre as casas do estilo colonial, que destoava de toda a paisagem harmonizada do restante do conjunto – era a arquitetura eclética.

A partir daí, cresceu o desejo em saber mais sobre esse estilo arquitetônico e o resultado gerou um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado: “O ecletismo em Ouro Preto”, que teve como objetivo central compreender o surgimento do estilo na cidade. O aprofundamento das pesquisas permitiu concluir que a cidade de Ouro Preto passou por uma tentativa de modernização no final do século XIX e algumas das fachadas das casas do estilo colonial do centro da cidade sofreram intervenções com alteração do estilo colonial para o eclético.

Ao longo desse processo investigativo, foi possível constatar também que outras cidades mineiras sofreram intervenções no seu espaço urbano e edificado, em virtude dos projetos de reformas urbanas que atingiram o estado após a propagação dos ideais de progresso e de modernização, defendidos pelo Brasil Republicano.

Nessa diretriz, escolhemos como objeto de pesquisa a arquitetura eclética da cidade de Viçosa (MG), motivada por três aspectos: o primeiro diz respeito à relevância histórica e artística que as casas ecléticas representam para o patrimônio dessa cidade; o segundo aspecto refere-se à curiosidade de descobrir se, assim como em Ouro Preto, o município de Viçosa teve projeto técnico que conduziu as reformas urbanas da cidade que fez surgir a arquitetura eclética; o terceiro advém do incômodo gerado pela percepção de que, na atualidade, o conjunto de casas ecléticas sofre, constantemente, ações de destruição vindas dos promotores imobiliários que visam construir, em seus lugares, prédios de inúmeros pavimentos com aparências mais modernas.

O terceiro aspecto acima apresentado era, inicialmente, nosso ponto de partida para a pesquisa. A princípio, a análise sobre a arquitetura eclética na cidade de Viçosa ficaria concentrada na década de 1980, quando a cidade começou a sofrer com o processo de verticalização. A análise estenderia aos anos 2000, quando o município aumentou significativamente o número de habitantes que procuravam por novas unidades habitacionais, forçando a administração pública municipal a repensar sobre a organização do espaço urbano da cidade, criando leis que previam melhor planejamento da ocupação e de uso do solo.

A metodologia de pesquisa seria estruturada nas diretrizes subscritas na Lei nº 1.383/2000<sup>1</sup>, de 30/11/2000, denominada Lei do Plano Diretor do Município de Viçosa-MG (PDV) e da aplicabilidade da Lei de Controle, Ocupação e Uso do solo do município, Lei 1420/2000<sup>2</sup>, enfatizando os artigos que discutem a preservação do patrimônio cultural e do conjunto edificado do município. Seriam adotados métodos avaliativos que consistiriam em analisar as falhas das administrações públicas e a falta da aplicabilidade dessas leis que permitiram e ainda permitem a destruição do conjunto de casas antigas da cidade.

Por outro lado, no desenvolvimento de algumas dessas análises chegaríamos às possíveis causas do nosso problema e não às origens que nos levariam a compreender os motivos sobre o atraso em reconhecer esse conjunto de casas como bem cultural da cidade. Esse atraso pode estar relacionado à revalorização do espaço construído em finais do século XX que, por sua vez, altera as identidades culturais locais, criando sentimentos de valorização mais relacionados ao presente do que aos produtos do passado.

Tomamos como apoio para esse ponto de vista a perspectiva de Pierre Nora que discute as tensões causadas entre a memória e a história. Conforme o autor, os lugares onde a memória se cristaliza e se refugia estão associados ao momento particular da nossa história; para ele, a aceleração, que é imposta pelo tempo, e os eventos oscilantes nesse meio são percebidos como homogêneos, efêmeros e transitórios. A memória seria, portanto, na sua coletividade, uma continuidade dos movimentos e das lembranças que são transmitidas entre as gerações. O autor cita, por exemplo, que aquilo que se oculta, se constrói pelo artifício e pela vontade de uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação, valorizando, por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o futuro do que o passado<sup>3</sup>.

Numa compreensão mais absoluta sobre o passado, o indivíduo não tem consciência de que o próprio passado é transformado de acordo com sua percepção; a chegada de novos

---

<sup>1</sup> **Lei Nº 1.383/2000, institui o Plano Diretor de Viçosa**, como instrumento orientador e normativo dos processos de transformação do Município nos aspectos políticos, socioeconômicos, físico-ambientais e administrativos, tem por finalidade orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada, prevendo políticas, diretrizes e instrumentos para assegurar o adequado ordenamento territorial, a contínua melhoria das políticas sociais e o desenvolvimento sustentável do município, tendo em vista as aspirações da população. Disponível em: [www.vicosamg.br](http://www.vicosamg.br). Acesso em: 08 out. 2018.

<sup>2</sup> **Lei Nº 1420/2000, institui a lei de Ocupação, Uso do Solo e Zoneamento do Município de Viçosa**, como regimento de orientar e estimular o desenvolvimento urbano, preservando as características urbanas que conferem identidade à Viçosa, permite também o desenvolvimento racional e integrado do aglomerado urbano, assegurando a concentração urbana equilibrada, mediante o controle do solo e do aproveitamento adequado do mesmo. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/v/vicosamg/lei-ordinaria/2000/142/1420/lei-ordinaria-n-1420-2000-institui-a-lei-de-ocupacao-uso-do-solo-e-zoneamento-do-municipio-de-vicosamg-2015-01-06-versao-compilada>. Acesso em: 08 out. 2018.

<sup>3</sup> NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *In: Projeto História*, nº 10, p.7-28. São Paulo: PUC/SP, dez. 1993.

elementos pode alterar a forma como ele é representado no presente. Esses elementos tanto podem provocar uma autopromoção e divulgação da produção socioespacial quanto gerar concepções negativas em relação aos produtos criados, levando até mesmo à falência dos valores concebidos.

Através desse raciocínio, compreendemos que os bens culturais são obras produzidas e apropriadas pela sociedade “que lhes dão forma, conteúdo, função e sentidos diversos, de acordo com as épocas e as necessidades do instante passageiro”<sup>4</sup>. Portanto, torna-se relevante o reconhecimento das formas de apropriação desses bens, pois permite entender as operações humanas no ambiente construído, que por sua vez desvenda os comportamentos sociais.

A partir dessas perspectivas, estipulamos como objetivo principal dessa dissertação o debate acerca da preservação das casas ecléticas de Viçosa, atribuindo-as a consagração de bens culturais do município.

Como ocorre em Viçosa, a ausência de pertencimento afetivo da comunidade pelos bens históricos resultou na indiferença ou no esquecimento dos eventos que constroem as narrativas culturais do município. Eventos estes que se dissiparam ao longo do tempo com a chegada de novas ondas culturais e que ajudaram a ressignificar o espaço urbano do município de Viçosa, provocando uma lacuna nas lembranças e nas memórias dos grupos sociais que os circundam. De nada adiantaria abordar a preservação do patrimônio edificado ou a ausência dele no cenário atual, se os verdadeiros indivíduos envolvidos nesse processo de salvaguarda (a população e as administrações públicas) não o reconhece como elemento da sua própria identidade.

A fim de compreender o desinteresse da população e da administração pública acerca do conjunto arquitetônico eclético do município, procuramos modificar a dinâmica da análise. Não partiremos dos fatos do presente e nos voltamos para uma perspectiva histórica, que resultou em estudar o período de surgimento dessa arquitetura na cidade.

Dessa forma, deslocamos nossa reflexão para o período das grandes reformas urbanas que afetaram várias cidades brasileiras entre as décadas finais do século XIX e as iniciais do século XX. Grupos políticos e sociais utilizaram os espaços das cidades como plataformas para firmar seus ideais envoltos ao desejo de progresso e de modernidade. Certamente, esses pensamentos deflagraram posturas que resultaram na transformação do espaço urbano de Viçosa e podem ter sido os responsáveis pelo surgimento da arquitetura eclética na cidade.

---

<sup>4</sup> COSTA, Everaldo Batista da. **Patrimônio e território urbano em cartas patrimoniais do século XX**. Finis terra, Lisboa, n.º. XLVII, 93, 2012, p. 5-28.

Nesse caminho e levando em consideração as diversidades dos fatos ocorridos no regime republicano, surgiram questões no estudo, como: qual a relação da arquitetura eclética encontrada em Viçosa com a de outras cidades, inclusive das capitais brasileiras? Em que medida é possível considerar a participação de grupos políticos e sociais nos planos de reformas urbanísticas do município? Será que além da melhoria dos espaços físicos, esses planos continham propostas de querer transformar os valores culturais e os costumes seculares da população, como aconteceu nas cidades do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte?

No decorrer da pesquisa, encontramos indícios, por meio de documentações fotográficas, de que as casas de estilo colonial da cidade de Viçosa, datadas do início do século XIX, sofreram alterações da sua tipologia, sendo, portanto, configurada para o estilo eclético. Adotamos, então, um processo investigativo que visou analisar os acervos e os registros documentais dos arquivos que estão sob a responsabilidade da UFV, da Prefeitura, da Câmara Municipal de Viçosa e até mesmo de particulares.

A busca por documentação nos arquivos procedeu de forma contínua no processo de análise, ora se estruturando nas fontes encontradas, ora realizando um trabalho empírico por meio da atividade de campo, fundamental para confrontar com o material pesquisado. Buscamos também auxílio nos mapas e nos registros escritos, com a intenção de descobrir indícios sobre a reorganização do espaço urbano e construído de Viçosa.

Ao agrupar as informações coletadas, percebemos a necessidade de estudar a cidade como lugar social, bem como discutir os conceitos que envolvem a “ideia de cidade” e as relações de poder que nela acontecem. Procuramos sintetizar, através do material teórico e da interpretação dos dados levantados, a compreensão de que a cidade é uma paisagem urbanizada, fruto das relações criadas pelo homem, ou seja, ação, participação e interação entre o homem e a natureza, que constituem a “paisagem cultural”<sup>5</sup>. Ao encontro disso, exploramos bibliografias que se atêm às questões sobre paisagem como cultura e encontramos, no arcabouço teórico da geografia, conteúdos que apoiam nossa discussão.

Nesse aporte teórico, o conceito de “paisagem cultural”, no viés de Claval (1999), é a paisagem constituída de duas facetas, uma funcional e outra simbólica, tornando-se uma vitrine permanente da cultura. Segundo ele, a paisagem cultural configura elementos que

---

<sup>5</sup> Desde 1992, a UNESCO reconhece a **paisagem cultural** como uma categoria de inclusão na lista do Patrimônio Mundial, a partir de três subdivisões, “paisagem claramente definida”, “paisagem essencialmente evoluída” e “paisagem cultural associativa”. O termo “Paisagem Cultural” foi adotado por órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio em nível nacional e internacional no final do século XX. Seria uma concepção dicotômica entre as esferas natural e cultural integrando o espaço de seus produtores. MAGALHÃES, Cristiane Maria. Patrimônio e paisagem cultural: reflexões sobre a preservação das paisagens urbanas contemporâneas. **Revista CPC**, São Paulo, nº 15, p. 007-026, nov. 2012/abr. 2013.

servem como mediação na transmissão de conhecimentos, valores ou símbolos que são transmitidos de geração a geração através das crenças, valores e saberes.

“Não há compreensão possível das formas de organização do espaço contemporâneo e das tensões que lhes afetam sem levar em consideração os dinamismos culturais. Elas explicam a nova atenção dedicada à preservação das lembranças do passado e à conservação das paisagens”<sup>6</sup>.

Para Santos, a paisagem cultural seria o resultado da ação, ao longo do tempo, da cultura sobre a paisagem natural. Segundo ele, “a paisagem é o conjunto de formas que, num determinado momento, expressam heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”<sup>7</sup>. Ela pode ser compreendida numa interligação mútua que a atividade humana promove no meio ambiente. Para Denis Cosgrove, “a paisagem, de fato, é uma “maneira de ver”, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma “cena”, numa unidade visual”<sup>8</sup>. Ela está intimamente ligada a uma nova maneira de ver o mundo como uma criação racionalmente ordenada, designada e harmoniosa, cuja estrutura e mecanismo são acessíveis à mente humana, assim como ao olho, e agem como guias para os seres humanos em suas ações de alterar e aperfeiçoar o meio ambiente.

Explorando esses conceitos, que envolvem a paisagem cultural como ação humana, resolvemos analisar, nesta pesquisa, a arquitetura eclética como estilo criado pelo homem, projetada sobre uma determinada paisagem que, em uma época específica, teve seu estilo como protagonista de ações estratégicas de determinados grupos, a fim de romper com a paisagem urbana preexistente.

Para contextualizar o movimento eclético em Viçosa e os conceitos que o define, estruturamos nosso trabalho em duas partes. Na primeira parte, dividimos o texto em três capítulos. No primeiro capítulo, refletimos sobre as especificidades relacionadas ao espaço-tempo dessa pesquisa, ou seja, apresentamos a contextualização histórica tanto do ecletismo quanto do cenário em que ele está inserido. O ponto de partida foi buscar referências bibliográficas e históricas sobre o processo de ocupação da Zona da Mata Mineira e de Viçosa, reportando alguns episódios que remontam as intervenções urbanísticas do início do século XX, que conseqüentemente trouxeram a arquitetura eclética para a cidade. Para tanto, apoiamos nossas discussões nos estudos apresentados por Lamas (2005), Carneiro (2008), Carrara (1999), Ribeiro Filho (1997), entre outros.

---

<sup>6</sup> CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: UFSC, 1999.

<sup>7</sup> SANTOS, Milton. O Espaço Geográfico: um Híbrido. In: SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

<sup>8</sup> COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte.: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: **Paisagem, Tempo e Cultura**. (Org) Corrêa, R. L. ET. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 92-123.

Para conduzir as reflexões nesse eixo histórico, foi necessário investigar de onde surgiu o ecletismo e qual foi o caminho percorrido por ele até chegar a Viçosa. Este é o conteúdo do segundo capítulo, que visa analisar o movimento de modernidade iniciado na Europa do século XIX, assim como o surgimento do estilo eclético. Consideramos importante relacionar o nascimento do ecletismo com a propagação do novo pensamento ideológico surgido na Europa após as eclosões revolucionárias que levaram ao nascimento e à ascensão da classe burguesa, paralelamente ao desenvolvimento industrial dos grandes centros urbanos de onde surgiram os projetos urbanísticos. A partir desses conceitos, discutimos como foi a chegada do ecletismo no Brasil e como este conduziu sua trajetória até a cidade de Viçosa. Nosso estudo se fundamentou em pesquisadores como Falcon (1991), Hobsbawm (1998), Baudelaire (1995), Fabris (1995, 1987), Patetta (1987), Pesavento (1995), Lefèvre (1972), Benchimol (1992), Walter Benjamim (1971) e Bonametti (2006). Também nos apoiamos em conteúdos teóricos de outros autores que falam sobre o surgimento das cidades, o espaço urbano, a classe burguesa, os processos de modernização e de progresso urbano.

O terceiro capítulo é dedicado a fazer uma análise sobre as ações e os discursos contemporâneos que impedem ou atrasam o processo de reconhecimento e de proteção de todo o conjunto eclético de Viçosa. Procuramos demonstrar como o município articula, através dos seus discursos, a valorização da diversidade cultural ao mesmo tempo em que contrapõe ações que fortalecem o desinteresse pela preservação do patrimônio cultural da cidade.

A segunda parte dessa pesquisa é denominada de PRODUTO. É uma exigência do programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, da Universidade Federal de Viçosa, UFV, e tem como objetivo a aplicação do conhecimento teórico adquirido em um contexto que visa fortalecer os laços entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Portanto, foi montado um catálogo das edificações ecléticas mapeadas e estudadas nessa pesquisa, criando uma conexão entre teoria e prática que auxiliaram nas discussões relacionadas às problemáticas urbanísticas encontradas no presente e que possui uma deficiência conjuntural histórica.

Sendo assim, as discussões levantadas nesse trabalho não visam ações imediatas que forçariam as administrações públicas a tomarem medidas na defesa do conjunto edificado e eclético da cidade, até porque entendemos que esse não é o caminho desejado. Nosso foco é fortalecer a ideia de preservação dessas casas como memórias subjetivas e componentes da paisagem cultural do município. A maneira como essas casas estão sendo destruídas pelas novas necessidades modernas de habitação deprecia as características urbanas, arquitetônicas,

decorativas e construtivas da cidade e contribui para a perda da identidade cultural de seus respectivos bens. Portanto, invocar o passado é trazer indícios de história e de memória. É a preservação dessa memória que entrelaça o passado, presente e o futuro.

# **PARTE I**

## **CAPÍTULO 1: VIÇOSA: DE POVOADO A CIDADE MODERNA**

No Brasil, as questões que envolvem as paisagens culturais urbanas e sua preservação encontram-se cada vez mais em evidência. O espaço da cidade em que ocorrem relações simultâneas entre natureza e cultura é tomado como campo de análise por diversas áreas científicas, que possuem diferentes abordagens que se desdobram nos dias atuais.

Neste capítulo, iremos abordar, historicamente, como foi o processo de formação do espaço urbano construído na cidade de Viçosa até a chegada da arquitetura eclética. Hoje, essa arquitetura domina parte do conjunto edificado do centro da cidade e constitui umas das estratégias das políticas públicas que visam integrá-la aos bens patrimoniais do município.

Nossa busca começa no momento do primeiro reordenamento urbano de Viçosa, período das décadas iniciais do século XVIII, quando houve a transferência da capela dedicada à Santa Rita de Cássia<sup>9</sup> para outro terreno da cidade, uma parte mais plana acima do ribeirão que divide o município – o São Bartolomeu. Nesse período, a igreja, por ser uma referência da centralidade social e política da época, ao realocar seu monumento religioso, incentivou o deslocamento de moradores que, aos poucos, foram construindo suas casas nas proximidades do novo monumento.

Um século mais tarde, Viçosa passou pela sua segunda transformação urbana, porém, desta vez, influenciada pelos projetos de modernização dos espaços urbanos vindos de outras cidades brasileiras, que acabaram influenciando nas decisões tomadas em relação à reformulação da organização do seu território. Nesse período de grandes reformas urbanísticas, surgiu, em Viçosa, a arquitetura eclética como modelo construtivo presente nos projetos de modernização, cujo objetivo era modificar as características do período colonial.

A seguir, iremos abordar como se deu o processo de ocupação da região da Zona da Mata Mineira desde o início do século XVIII, e da cidade de Viçosa, desde o início do século XIX. A análise termina por volta de 1940, quando a cidade coloca fim nos planos de reformas urbanas do período moderno e quando a ESAV sofre seu primeiro processo de reestruturação interna, a estadualização. Nesse contexto, observamos como a modernização do espaço urbano da cidade redesenhou as características físicas do município, pelas quais se apresentam até hoje.

---

<sup>9</sup> A antiga capela de Santa Rita de Cássia, hoje matriz, se encontra atualmente na Praça Silviano Brandão, no centro de Viçosa, e pertence à região leste da arquidiocese de Mariana. Disponível em: [santaritavicoso.com.br](http://santaritavicoso.com.br). Acesso em: 11 out. 2018.

## 1.1 A ocupação do Sertões do Leste

Em 1958, Valverde afirmou, por meio de um estudo realizado sobre a região da Zona da Mata de Minas Gerais, que foi a fisionomia da vegetação que deu origem ao nome da região, o qual carrega até os dias de hoje. Inicialmente chamado de Sertões do Leste<sup>10</sup>, a região possuía uma vegetação residual que se espalhava por toda sua extensão territorial, o que retardou seu processo de povoamento. Devido às dificuldades encontradas para penetrar em seu território, sua ocupação concentrou-se, num primeiro momento, nos vales das montanhas e nas partes mais altas das serras que eram cobertas pelas matas mais densas. Segundo Valverde, o lugar permaneceu sem história até o início do século XIX, devido às razões naturais e políticas<sup>11</sup>.

Entre as razões políticas estava o discurso da Coroa Portuguesa de que a região era ocupada por nativos “selvagens” pouco afeitos à “civilização” e que para entrar no seu território causaria conflitos sanguinários<sup>12</sup>. Essa imagem de ambiente impenetrável presente nas falas dos colonizadores era, na verdade, uma medida protetiva de controle sobre a região para que exploradores não se apossassem do seu território evitando, assim, o contrabando do ouro que ocorria nos arredores dos “caminhos oficiais”.

Houve, entretanto, uma política deliberada, por parte do governo português, de manter as condições desfavoráveis dessa região. Desde o momento que passou a interessar o seu desbravamento, tanto o governo – a princípio lusitano, depois brasileiro -, quanto os colonos, por iniciativa própria, facilmente venceram o homem e a natureza agrestes<sup>13</sup>.

A Coroa Portuguesa usou como estratégia de controle territorial a abertura de uma nova estrada que chegasse mais rápido ao Rio de Janeiro e que transportasse com segurança todo o ouro recolhido nas regiões das minas. Dessa forma, evitava passar com a mercadoria pelo caminho considerado inseguro na Serra da Mantiqueira. Para Carneiro, o processo que tange o impedimento de ocupação da região foi uma construção mental que serviu para criar

---

<sup>10</sup> A Zona da Mata Mineira antes era denominada Sertões do Leste como sinônimo de interior, numa referência feita por Luís da Câmara Cascudo no “*Dicionário do folclore brasileiro*”. Entre diversas caracterizações, Ângelo Carrara conceitua que o termo “sertão” dizia respeito a uma terra pouco povoada, uma referência criada pelos paulistas como área perigosa e habitada por índios.

CARRARA, Ângelo Alvez. **Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ. 1997, p 47-49.

<sup>11</sup> VALVERDE, Orlando. Estudo regional da Zona da Mata. **Revista brasileira de Geografia**, nº1, ano XX, Jan/Mar. 1958.

<sup>12</sup> LAMAS, Fernando Gaudereto. Povoamento e colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII. **Revista Histórica**, Arquivo do Estado de São Paulo, ed. 08, p.01. 2005

<sup>13</sup> VALVERDE, Orlando. Op. Cit.

uma imagem negativa sobre o território. Porém, o autor destaca que essa visão não impossibilitou que aventureiros desbravassem suas áreas em busca da fama de suas riquezas minerais e dos fascínios naturais que ali diziam ter<sup>14</sup>. Mesmo com as descobertas das jazidas de ouro nas regiões mineradoras, o leste de Minas Gerais teve um expressivo povoamento, pelo fato de seu território fazer divisa com as capitanias do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Como a economia do período colonial girava em torno da exploração das jazidas do ouro que era encontrado nas regiões mineradoras, a Coroa Portuguesa afrouxou sua fiscalização na região da Zona da Mata Mineira contribuindo para que o lugar fosse ocupado principalmente por forasteiros<sup>15</sup>. Tal processo de ocupação provocou o surgimento de povoados que iam alterando a composição da mata nativa e do meio ambiente através do trabalho agrícola e da exploração predatória, usadas para fins do próprio sustento ou de atividades comerciais. Essa ação de ocupação/exploração redefiniu a paisagem da região, sendo possível identificar nos registros dos Livros dos Dízimos do século XVIII, freguesias nas margens dos vales e dos rios, próximas às regiões mineradoras<sup>16</sup>.

Antigamente a região da Zona da Mata era dividida em três sub-regiões: Norte, Central e Sul<sup>17</sup>. De acordo com Carrara, a região norte foi a primeira a ser ocupada, justamente por fazer limite territorial com as freguesias das áreas de mineração. Já as regiões do Centro e do Sul, após sua ocupação, pautavam suas economias no cultivo da cana-de-açúcar e, mais tarde, na produção de café. Segundo o autor, a produção cafeeira foi o que incentivou o surgimento de novas fazendas na região, alargando a expansão do seu território<sup>18</sup>.

O movimento de ocupação se expandiu para outras regiões e nas primeiras décadas do século XIX já era possível observar núcleos urbanos com expressivo volume populacional. Nesse período, houve tentativas do Estado Português e do recente Império brasileiro de tentar mobilizar ocupações na região da Zona da Mata Mineira a fim de integrá-la ao eixo viário

---

<sup>14</sup> CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação regional da Zona da Mata no leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835)**. Belo Horizonte, UFMG, 2008, p. 20.

<sup>15</sup> CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *ibidem*, p. 3.

<sup>16</sup> CARRARA, Ângelo Alvez. **Estruturas agrárias e capitalismo**: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Universidade Federal de Ouro Preto, DHI, NHED, Mariana, 1999, pág.14 - 16

<sup>17</sup> Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Zona da Mata Mineira é uma região situada ao Sudeste de Minas Gerais com uma população estimada em 2 milhões de pessoas. Sua divisão geográfica foi considerada uma mesorregião entre os anos de 1989 até 2017, porém, através da criação do novo quadro regional brasileiro de 2017 a Zona da Mata Mineira passou a ser considerada uma **região geográfica intermediária e imediata** sendo atribuída a Juiz de Fora a centralidade dessa região. Fonte: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 12 jul. 2019.

<sup>18</sup> CARRARA, Ângelo Alvez. *Op. Cit*, p.14 - 16.

Centro-sul do país<sup>19</sup>. Eram variadas as formas de incentivos, que iam desde os materiais até os aspectos morais. Porém, o que se viu até a primeira metade do século XIX foi uma constante luta por terras e violentos conflitos entre os colonizadores com as comunidades indígenas.

Os conflitos na região só diminuíram, evitando o extermínio do povo nativo, após a nomeação de Guido Marlière ao cargo de “Diretor Geral dos Índios” em 1824<sup>20</sup>. Assim, a expressão de “área proibida”, utilizada para se referir ao Sertões do Leste, perdia seu efeito quando novas regiões eram ocupadas e tornavam-se pequenos povoados. Por causa desse crescimento territorial, as autoridades políticas regentes no momento exerciam o papel de querer “civilizar” no sentido de “regenerar” o povo nativo, fazendo-os perceber que era “vantajoso” ser civilizado e deixar a vida “selvagem”<sup>21</sup>.

Outro fator importante que alavancou o processo de povoamento da região foi a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, em 1808, evento que liberou a abertura de novas estradas para ligar as vilas e os pequenos povoados aos grandes centros urbanos. Esse progresso incentivou o crescimento econômico e aumentou a produção interna de várias regiões, bem como o comércio, que expandia suas redes.

Essa medida de expansão obrigou a liberação de terras monopolizadas até então pela Coroa Portuguesa e protegidas pelas Capitânicas, ajudando a transformar os Sertões do Leste num referencial centro produtor e de abastecimento, que atendia especialmente os interesses da Corte, que estava sediada na cidade do Rio de Janeiro<sup>22</sup>. Pode-se dizer que a região do leste mineiro produzia a partir da expectativa do que seria de interesse econômico ou desejado pelos novos moradores.

Uma nova concepção de poder econômico foi despertada no Brasil após a chegada da Corte Portuguesa e o resultado desse processo foi o crescimento de vilas e cidades com um caráter mais técnico e político. O processo de urbanização gerou “preocupações e prioridades definidas pelo nascente Estado brasileiro, a ponto de manter vigente uma legislação que não possuía validade em todo restante do país”<sup>23</sup>. Sendo assim, cada região era regida por leis que atendiam as especificidades de cada uma delas, salvo por suas variações geográficas, políticas e sociais.

---

<sup>19</sup> CARRARA, Ângelo Alvez. Idem. p.14-16.

<sup>20</sup> ÂNGELO, Leonardo Bassoli. **Guido Tomás Malière e a direção geral dos índios de Minas Gerais (1824-1829)**. UFJF, Juiz de Fora, 2011, p. 23-25.

<sup>21</sup> HIRSCHMAN, Albert. **As paixões e os interesses**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

<sup>22</sup> CAMBRAIA, Ricardo de Bastos. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836). **Rev. Deptº de História**, nº6, julho de 1988, p. 144.

<sup>23</sup> CAMBRAIA, Ricardo de Bastos. Idem. p. 147.

Sobre a economia do Sertões do Leste, a partir de meados do século XIX, a região foi marcada pela alta produção de café, tornando-se o principal locus de produção dessa cultura. A cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, era por onde esse produto escorria com o intuito de ser exportado para diversas regiões brasileiras e até para outros países. Porém, para que pudesse chegar até lá, era necessário enfrentar longos caminhos, considerados perigosos e sem infraestrutura. Isso levou o governo a construir a estrada de ferro denominada: “União e Indústria”, que ligava Petrópolis à cidade de Juiz de Fora, possibilitando, assim, o fluxo mais seguro de mercadorias e de pessoas<sup>24</sup>.

Na análise de Cassiano sobre as vilas e os povoados da Zona da Mata Mineira, o autor afirma que muitos núcleos urbanos cresceram sob a forma *Strassendorf*, ou seja, aldeias que se desenvolveram em torno de uma única rua ou da ferrovia<sup>25</sup>. Para o autor, foi a ferrovia que contribuiu com o desenvolvimento econômico e espacial para muitas delas. A partir da construção da ferrovia, passou a existir uma troca muito bem articulada entre os setores de subsistência, de ferramentas, de maquinários, de transportes e da construção civil. Esse fluxo ampliou o mercado regional e resultou no aparecimento de articulações que mudaram de vez as relações entre o tempo e o espaço vividos nessas cidades.

Portanto, o século XIX marca um importante período de reestruturação do espaço urbano no interior de Minas Gerais, principalmente na Zona da Mata Mineira. O momento revela que muitas cidades da região receberam as principais novidades comerciais, tornando-se a região mais rica do estado no final do século XIX.

O município de Viçosa destacou-se nesse cenário como uma freguesia que nasceu sem expressividade econômica, se tornando mais tarde um importante centro produtor e distribuidor de café, ganhando notoriedade econômica e política. Falaremos a seguir, da importância do surgimento desse povoado para nossa pesquisa e como sua área urbana foi se desenvolvendo a medida que novas atividades agrícolas foram se espalhando pela região, levando o município mais tarde, a transformar seu espaço urbano em prol das novas dinâmicas políticas, culturais e econômicas prosperadas pelo Brasil em processo de modernização.

---

<sup>24</sup> A estrada União e Indústria foi inaugurada em 23 de junho de 1861 por Dom Pedro II e ligava a cidade de Petrópolis (RJ) a Juiz de Fora (MG). Foi considerada a primeira rodovia macadamizada da América Latina e viabilizou o acesso para trabalhadores procedentes da Zona da Mata de Minas Gerais.

MESQUITA, Pedro Paulo Aiello. **A formação industrial de Petrópolis: trabalho, sociedade e cultura operária (1870-1937)**. UFJF, PPGH, Juiz de Fora (MG), 2012.

<sup>25</sup> CASSIANO, Caon Amorim. **Conexões geográficas: circulação, cidades, região**. Universidade de São Paulo, p. 9.

## 1.2 A formação do espaço urbano de Santa Rita do Turvo

O município de Viçosa está localizado na região Leste do estado de Minas Gerais e encontra-se a 225 km da capital do estado de Belo Horizonte. Situada na Zona da Mata Mineira, a história da região tem seus primórdios que remontam o período de 1800, quando ainda era conhecida como freguesia de Santa Rita do Rio Turvo. Teve a construção da sua primeira ermida em homenagem a Santa Rita de Cássia, segundo os registros da prefeitura municipal de Viçosa<sup>26</sup>.

Na imagem abaixo, **(Figura 1)**, mostra o monumento onde foi erguida a primeira ermida da cidade dedicada a Santa Rita de Cássia, edificação que hoje, possui dedicatória ao Santo Senhor dos Passos.

Sobre as razões que levaram ao surgimento do arraial de Santa Rita do Turvo, Ribeiro Filho afirma que:

A presença da igreja foi fundamental para a formação do povoado. As primeiras edificações foram construídas próximas a uma pequena capela junto ao ribeirão São Bartolomeu e à atual Rua dos Passos<sup>27</sup>.

**Figura 1 – Atual capela de Senhor dos Passos, Viçosa (MG).**



**Fonte: Luiz Eduardo, abril de 2015.**

<sup>26</sup> Fonte: Site oficial de Viçosa. Disponível em: <http://www.vicosamg.gov.br/principal>. Acesso em: 22 nov. 2018.

<sup>27</sup> RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. **A formação do espaço construído: cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG.** Rio de Janeiro, UFRJ/PROURB, 1997. p. 92.

Ainda de acordo com Ribeiro Filho, o terreno que abriga a capela foi uma concessão dada por Dom Frei Cipriano de São José, então bispo de Mariana, ao Padre Francisco José da Silva, por volta de 1800, com exigência de que no local fosse construída uma ermida sob a devoção à Santa Rita de Cássia, santa de sua devoção. Fato que contribuiu mais tarde para que o município recebesse esse nome.

O arraial de Santa Rita do Turvo surgiu paralelamente aos primórdios de ocupação da Zona da Mata Mineira. O lugar estava subordinado inicialmente à freguesia de Ubá e sua economia girava em torno das atividades de agricultura de subsistência, como o fumo e a cana-de-açúcar, priorizando mais tarde a do café. O povoamento dessa região ocorreu no período colonial e foi inicialmente ocupada por fazendeiros, aventureiros e ex-garimpeiros que saíram das regiões mineradoras após a gradual crise econômica.

Com já abordado anteriormente, no final do século XVIII, a região da Zona da Mata Mineira transformou a economia e o território de Minas Gerais. Desde o século XVII, após ter ganhado autonomia administrativa e por ter rompido relações com a capitania de São Paulo, a capitania das Minas estimulou um forte processo de ocupação e de exploração mineral voltadas para as atividades agrícolas. Tais eventos levaram à “marginalização geográfica”, que é o termo utilizado para definir as terras conhecidas, povoadas e exploradas no Oeste, no Norte e no Leste da Capitania<sup>28</sup>. Vários “arraiais” ou “lugares”<sup>29</sup> ergueram-se por meio do interesse da própria Coroa e já apresentavam planejamentos urbanos articulados e construídos, seguindo as experiências empíricas inspiradas em outros lugares. Porém, para conseguir bons resultados com o processo de ocupação, os “arquitetos” do período colonial procuravam demarcar terrenos que tivessem boas condições climáticas e que fossem favoráveis para o cultivo e a produção agrícola. Também buscavam uma região com terreno sólido que assegurasse a fundação de suas casas devido ao uso de matéria-prima natural no seu processo construtivo.

Fonseca afirma que para compreender o desenvolvimento das cidades coloniais é preciso estudar as relações existentes no interior das redes urbanas e não apenas na sua sede

---

<sup>28</sup> COSTA, Simone. **Economia, sociedade e urbanização em Minas Gerais (séculos XVIII-XIX), Vila Rica, futura Ouro Preto, e sua rua principal**. FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. 2017, p.20.

<sup>29</sup> Destacam-se as palavras “arraiais” e “lugares” de acordo com o vocabulário reinol, onde em Portugal indicavam os acampamentos militares, feiras e quermesses. No Brasil, passou a designar os núcleos de povoamento que não tinham autonomia institucional, neste caso, por não dependerem de câmaras sediadas alhures. Eram povoações modestas, mais próximas de aldeias ou lugares que não possuíam elevação a sedes administrativas. Neste caso, definimos como “povoação” que é o lugar de aglomeração humana, sem tamanhos específicos. Ver: ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; Roberto Lobato (Orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. 1ª Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro: 1997, p. 213.

econômica. Para a autora, mesmo cercadas por “Sertões”, “as povoações de Minas Gerais eram vistas como núcleos civilizados, *locus* de vida social e religiosa e elas constituíam instrumentos para controlar e submeter à população bastante heterogênea que ali se instalou”<sup>30</sup>. As vilas, portanto, nada mais eram que territórios utilizados pela Coroa para fazer chegar a justiça até os arraiais mais longínquos fundados no interior das regiões mais desenvolvidas.

Posteriormente a isso, no século XIX, Santa Rita do Turvo acrescia espacialmente e economicamente seu território, levando as autoridades locais a criarem o primeiro instrumento de controle da ocupação e uso do solo, com o intuito de organizar a vida social e urbana. Em 1854, a freguesia passou a registrar suas terras por meio de uma Lei chamada “Lei de Terras”. Segundo os registros documentais da Câmara Municipal, é possível perceber que muitas terras da sua área já estavam demarcadas e parceladas, destacando-se como principal beneficiária dessa divisão, a Igreja<sup>31</sup>.

A criação dessa lei foi, na verdade, um cumprimento imperial que dispunha de normas do direito agrário no Brasil. Trata-se de uma legislação específica para a questão fundiária, criada em 1850, Lei nº 601 (Lei de Terras), que estabelecia a compra como única forma de acesso à terra, abolindo definitivamente o regime de sesmarias. Foi sob proteção dela que produtores e proprietários de terras, especialmente os produtores de café, se beneficiaram com o domínio de terras que passaram a ser uma propriedade privada regularizada. A partir daí, a área urbana passou a ter um desenho racionalmente pensado com o parcelamento do solo divididos de formas regulares e geométricas. A Lei só foi editada em 30 de novembro de 1964, através da Lei nº 4.504, quando foi criado o “Estatuto da Terra”<sup>32</sup>.

De acordo com essa lei e o decreto de sua regulamentação, que institui a compra e a venda como modo de aquisição da terra, a tarefa de executar os serviços administrativos e técnicos de mediação, alinhamento e locação, delimitação de lotes, a ruas, as terras de domínio privado e de domínio público, formando alinhamentos, - modificando e/ou corrigindo o curso das ruas e o contorno dos largos – proporcionando uma forma para as cidades, cabia aos vereadores, e a tarefa de registrar as terras era de responsabilidade do vigário da paróquia, de acordo com artigo 97<sup>33</sup>.

---

<sup>30</sup> FONSECA, Claudia Damasceno. Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas Setecentistas. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 77-108, jan-jun. 2002, p.80.

<sup>31</sup> RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. **A formação do espaço construído: cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG**. Rio de Janeiro, UFRJ/PROURB, 1997. p. 98

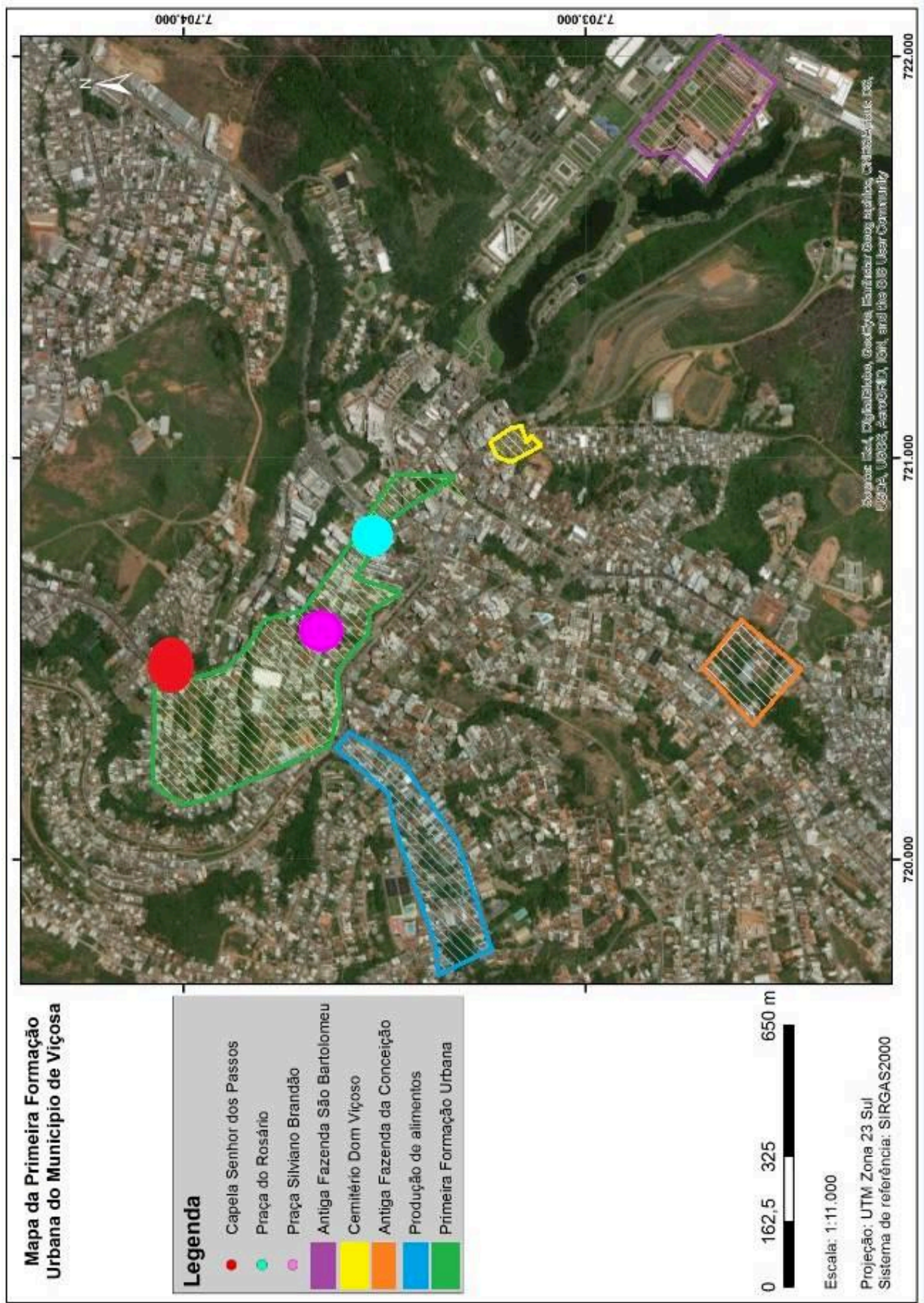
<sup>32</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm). Acesso em: 10 abr. 2019.

<sup>33</sup> RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. *Ibidem*. p. 104.

Na imagem abaixo (**Mapa 1**) é possível observar a região demarcada como o primeiro núcleo de povoamento de Viçosa. Por meio de análises das fontes fotográficas e dos registros documentais consultados, fizemos uma reconstrução daquilo que seria a área urbana e central do município no início do século XIX, que surgiu a partir da ótica criada pela localização do principal edifício religioso da cidade<sup>34</sup>. Numa análise preliminar, percebemos que a cidade categorizou dois tipos de ocupação: urbana e rural.

---

<sup>34</sup> Segundo RIBEIRO FILHO, esse tipo de traçado urbano planejado deriva do *Castrum*, nome dado aos acampamentos militares romanos que tinham uma praça quadrangular, planejada e fortificada, que serviam de armazém para as mercadorias e armas. Esse tipo de traçado se tornou muito comum após o advento do Cristianismo, no período da contra-reforma, onde as ordens religiosas eram as responsáveis por criarem os povoados, as vilas e as cidades, ou seja, a forma urbana acrescia a partir desse marco edificado. RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. Idem. p. 93.



Fonte: Neuman Otávio Freitas Assis, 2019.

Em 1876, o arraial passou a ser reconhecido como Vila de Santa Rita do Turvo através da Lei Providencial nº 1817, de 30 de setembro de 1871. Depois foi elevada à categoria de cidade com o nome de Viçosa de Santa Rita através do Decreto Lei nº 2216, de 1876, em homenagem ao Bispo de Mariana, Dom Viçoso. Nessa época, as atividades agrícolas ganharam forças no cenário brasileiro e a produção do café tornou-se a principal atividade econômica da região de Viçosa.

Os agricultores, eufóricos com o crescimento produtivo, procuraram meios de transportar suas mercadorias até o litoral brasileiro, especificamente até a zona portuária. Isso só foi possível após a chegada da linha férrea Leopoldina, que inicialmente concentrou suas linhas na região Sul. O projeto de construção da ferrovia se concretizou quando, em 10 de outubro de 1871, foi promulgada a Lei provinciana de nº 1.826, que autorizava o início das obras, mas somente ligando as cidades de Leopoldina até Porto Novo do Cunha (hoje, Além Paraíba).

Em março de 1872, por meio do decreto Imperial nº 4.914, o engenheiro Antônio de Paulo de Mello Barreto, concebeu uma companhia que ficou responsável pela construção da estrada e em outubro do mesmo ano iniciou a implantação do primeiro trecho. Em 1875, Juiz de Fora já apresentava uma expressiva malha ferroviária. Em 1877 foi a vez de Leopoldina receber os trilhos e três anos depois seriam inauguradas as estações de Ubá, de Visconde do Rio Branco e de São Geraldo. Somente em 1880, após desafiar a subida da serra, os trens chegaram ao distrito de Coimbra alcançando em 1884 a cidade de Viçosa<sup>35</sup>.

Neste ano de 1884, a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina passou por uma crise financeira sendo obrigada a substituir sua administração para um grupo da Inglaterra e seu nome passou a ser “The Leopoldina Railway Company Ltd”. Nesse período de reestruturação, a estrada se modernizou e novas linhas foram incorporadas ao seu trajeto oficial, adquirindo trinta e oito pequenas ferrovias. No seu auge, a Leopoldina Railway atinge 3.000 km, passando por três estados brasileiros, mas foi desativada na primeira metade do século XX, após o país enfrentar uma crise na produção de café e passar por novas restrições impostas pelo Governo Federal após a Segunda Guerra Mundial<sup>36</sup>.

A chegada da ferrovia até a região de Viçosa só foi possível graças à prosperidade econômica desenvolvida pelo município. No setor produtivo, o impacto da chegada da

---

<sup>35</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)**. Universidade Federal de Ouro Preto, DHI, NHED, Mariana, 1999, p. 27.

<sup>36</sup> GIESBRECHT, Ralph Mennucci. **Estações Ferroviárias do Brasil**. Disponível em: [http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl\\_rj\\_petropolis/brmaua.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_rj_petropolis/brmaua.htm). Acesso em: 04 abr.2019.

ferrovia foi sentido principalmente no campo, onde os produtores viram-se obrigados a modernizar sua linha de produção, reduzindo, assim, a força de trabalho escrava.

Paralelamente à chegada da ferrovia na cidade, veio a mudança do sistema político brasileiro. Em 1889, o país deixava de ser Império e passava a ser República. Essa mudança provocou o aumento do livre comércio internacional e Viçosa foi atraída pelas novas ideias especialmente a estrangeira, que fizeram aumentar, relativamente, os desejos da população de consumir o espaço da cidade como sinal de progresso intelectual e social. Os sintomas de modernidade, que afetaram a cidade, marcam a chegada dos planos de reformas urbanas e de embelezamento, assunto que iremos discutir a seguir.

### **1.3 A cidade de Viçosa no limiar da modernização**

O movimento de modernização que atingiu Viçosa no início do século XX relaciona-se com o período das grandes reformas urbanas ocorridas em algumas cidades brasileiras, entre as décadas finais do século XIX e início do século XX, destacando-se, Belo Horizonte, em 1897, e Rio de Janeiro, entre 1902 a 1906. O jeito como esse movimento de reformas foi sentido nas cidades era visto, principalmente, nas propostas de reorganização do espaço físico, urbano que objetivava, entre tantos outros ideais, criar e estabelecer novas relações de sociabilidade.

Nessa onda de mudanças, vários territórios brasileiros tornaram-se campos de experiências de projetos arrojados, baseados nos modelos executados pelos grandes centros urbanos europeus. Com a propagação do pensamento moderno pelo Brasil, os projetos assumiam um caráter mais técnico e tentavam elaborar plantas que organizavam as cidades, a partir dos discursos da ciência e da tecnologia, como mecanismos necessários para alcançar o progresso. Como garantia da execução desses projetos, o Estado assumiu a administração do território urbano das cidades tornando-se o principal responsável pela elaboração de leis que garantiria a melhoria de vida e a qualidade dos espaços da sociedade. Certamente, o Estado sempre foi o principal intervencionista do conjunto urbano pelo qual justifica sua conduta como primordial para o controle social.

No período das grandes reformas urbanas brasileiras, os governantes de vários lugares tentaram criar modelos de “cidades ideais”, acreditando que elas deveriam ser espaços múltiplos, racionalmente pensados e com suas funções humanas claramente definidas. Essa ideia, surgida após a Revolução Industrial, tornou a cidade de Londres o primeiro território

urbanizado a receber acepções técnicas que buscavam melhorar a rede viária, a mobilidade urbana e o arranjo estético da paisagem arquitetônica, respaldados nos padrões higienistas.

No Brasil, muitas cidades tiveram seus desenhos urbanos alterados, devido ao acolhimento das novas propostas modernas, que visavam, especialmente, a melhoria do espaço urbanizado. Essas propostas eram respostas dadas ao crescimento urbano acelerado, que alterou a estrutura das cidades deixando-as crescer sem planejamento adequado. As ideias tomaram dimensões políticas e sociais, espalhando-se por diversas regiões brasileiras e alcançaram até as cidades do interior de Minas Gerais, como Viçosa. As propostas de cidade moderna chegaram ao município na primeira década do século XX e foram logo reconfigurando suas características urbanas e, sobretudo, arquitetônicas.

Segundo Ribeiro Filho:

Era necessário criar uma nova imagem para a cidade, e nada mais propício do que se referenciar em modelos consagrados de intervenções urbanísticas nas metrópoles brasileiras e estrangeiras<sup>37</sup>.

Não foi de uma hora para outra que o município de Viçosa resolveu adotar as características de uma cidade moderna. Desde as décadas finais do século XIX existiam Resoluções de controle e ordenamento espacial e social do município. Consta que nos Livros de Atas da Câmara Municipal, de 1890, já eram cobrados impostos pelo uso dos serviços de iluminação pública, de abastecimento de água e esgoto, de limpeza urbana e até para as atividades indústrias<sup>38</sup>. Esses impostos significavam uma forma de garantir as condições mínimas necessárias para que a cidade estivesse dentro dos padrões higienistas estipulados pelo Governo.

Com o aumento populacional e a expansão urbana do município, a elite social e econômica local adotou medidas administrativas que visavam reduzir algumas das problemáticas da cidade, com intuito de transformar as características de alguns lugares do centro<sup>39</sup>.

A classe mais abastada da cidade fazia cumprir seus desejos de progresso através de melhorias do espaço urbano e dos meios de transportes. Consta no Livro de Atas da Câmara Municipal da cidade, no registro nº 3, de 3 de julho de 1893, que na região de Coimbra, antes pertencente a Viçosa, a administração local permitiu a demolição de casas para que pudesse

---

<sup>37</sup> RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. Ibidem. p. 101.

<sup>38</sup> Resolução de nº 1 de Outubro de 1892, consta no livro de registro da Câmara Municipal de Viçosa no artigo 1º. (Ver anexo1).

<sup>39</sup> RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. Ibidem. p. 101.

ser aberta uma nova rua por onde passaria os trilhos da nova ferrovia pertencente à Estrada de Ferro Leopoldina. O trecho a seguir exemplifica o dito:

Resolução nº 3 de 3 de Julho de 1893.

Ao povo do município de Viçosa por seus vereadores resolveu tornar em seu nome público e mando executar a seguinte resolução: Artigo 1º. Fica o agente executivo autorizado desprender da quantidade de cinco centos de réis R\$ 5000,000 para abertura de uma rua que do largo do Coimbra que terá Estação de mesmo nome na E. F. da Leopoldina, sendo ésta destinada para assim compensações por desapropriação e construção das obras necessárias. Artigo 2º. Os terrenos e prédios desapropriados ficarão pertencentes a Câmara Municipal (...)<sup>40</sup>.

Crescia nesse momento certa ansiedade e desejo sobre o progresso e sobre as novidades modernas, mas também aumentavam as preocupações sobre a reorganização espacial e urbana.

Uma das primeiras ações desenvolvidas pelas autoridades municipais foi no tratamento estético do conjunto de casas do centro da cidade. Várias edificações sofreram intervenções nas fachadas, alterando suas características do estilo colonial para o eclético.

Ao tentar acompanhar o que se produzia no espaço urbano de outras cidades modernizadas do país, Viçosa conduziu a aberturas de ruas e avenidas, com o intuito de melhorar a circulação de veículos, de pessoas e de mercadorias.

Destacamos aqui, a abertura de duas dessas vias. A primeira é a Avenida Santa Rita<sup>41</sup> que foi autorizada pela Câmara Municipal e dividiu seu terreno em duas etapas: uma para a via pública e outra para a construção das novas edificações que seguissem a tipologia da arquitetura eclética (**Figura 2**).

No início do século, na localidade denominada Pasto do Barros, construiu-se uma ampla avenida, retilínea, que mais tarde, foi redesenhada aos moldes dos bulevares franceses, com largas calçadas na parte central e nas laterais, interligando a rua do Cruzeiro à estrada para a fazenda da Conceição. Esta avenida recebeu o nome de Santa Rita em homenagem a padroeira da cidade<sup>42</sup>.

De acordo com a Resolução nº 264 de 22 de setembro de 1908, a avenida foi parcelada e os lotes foram entregues a particulares. Em troca dessa “gentileza” política, o governo pedia lealdade no cenário eleitoral local. Segundo Ribeiro Filho, o prazo para a construção das casas

<sup>40</sup> Resolução nº3. De 3 de julho de 1893 (ver anexo).

<sup>41</sup> Resolução nº 127, de 21 de setembro de 1900 artigo 3º.

<sup>42</sup>RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. **A formação do espaço construído: cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG.** Rio de Janeiro, UFRJ/PROURB, 1997. p. 102.

nessa rua foi estipulado para três meses, caso o proprietário tivesse condições financeiras para executar a obra<sup>43</sup>.

**Figura 2 - Avenida Santa Rita – Viçosa (MG) – após a década de 1930.**



**Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.**

Essa pressa para criar um espaço moderno na cidade revelou outra faceta do processo de modernização aplicado no município. Aqueles que não tinham recursos financeiros ou que faziam parte da oposição política eram excluídos desse “aburguesamento” social. Como aconteceu no Rio de Janeiro, o movimento de modernização de Viçosa também tinha como objetivo fixar a classe elitizada no centro da cidade, afastando, cada vez mais, a população pobre de suas imediações.

A segunda intervenção urbanística realizada foi a abertura da Avenida Bueno Brandão, em 1919, e teve como estratégica abrir mais espaços para a circulação de pessoas e mercadorias em torno da estação ferroviária. A seguir (**Figura 3**) é possível observar a imagem da avenida em construção. A abertura dessa avenida já vinha sendo projetada desde 1914 e após ter finalizada sua obra, foi construída uma balaustrada, que possivelmente teve inspiração nos bairros da Glória e de São Cristóvão, no Rio de Janeiro; e da Praça da Estação, em Belo Horizonte<sup>44</sup>. Para compor a orla dessa avenida, foram construídos vários sobrados ecléticos, ricos em detalhes decorativos, imitando os modelos dos bairros então modernizados do Rio de Janeiro.

<sup>43</sup> RIBEIRO FILHO. Op. cit. p.102.

<sup>44</sup> RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. **A formação do espaço construído: cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG.** Rio de Janeiro, UFRJ/PROURB, 1997. p. 111.

**Figura 3 – Avenida Bueno Brandão em construção, Viçosa (MG) – 1910.**



**Fonte: Jornal Cidade de Viçosa 26/11/1922. Acervo digital do ACH/UFV.**

Segundo Lourena da Silva, a posição elevada em relação à Praça da Matriz e à proximidade com a estação ferroviária só reforça que ali, naquela região, habitavam moradores da classe alta da cidade<sup>45</sup>.

Na década de 1920, o município passou por outra atividade de reestruturação urbana, só que desta vez foi motivada pela chegada da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV). Segundo Mello, entre as décadas de 1930 a 1960, a microrregião onde se localiza Viçosa não teve significativas mudanças urbanas, provavelmente por causa da estagnação econômica na qual o país se encontrava após a crise de 1929<sup>46</sup>.

Em contrapartida, o município de Viçosa aumentava seu espaço urbano, devido ao aumento econômico que a nova instituição trazia à cidade. Essa boa fase econômica remete ao período em que a universidade tentou resolver o empirismo agrícola e pecuário da região, através das atividades práticas e de experimentos com fins para o desenvolvimento da ciência em Minas Gerais<sup>47</sup>.

Rosilene Bernardes destaca que a escolha da construção do campus universitário em Viçosa teria sido técnica-econômica e não política, por ser a cidade natal do ex-presidente

---

<sup>45</sup> LOURENA DA SILVA, Medelin. **Expansão da cidade de Viçosa (MG): A dinâmica centro-periferia.** PPGG, 2016, UFES, p.55.

<sup>46</sup> MELLO, Fernando Antônio Oliveira. **Análise do processo de formação da paisagem urbana do município de Viçosa, Minas Gerais.** CCA, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2002, p. 54.

<sup>47</sup> SABIONI, G. S.; ALVARENGA, S. C. de. UFV: oito décadas em fotos. Viçosa: Editora UFV, 2006. P. 31.

Arthur Bernardes<sup>48</sup>. Pensamento que é compartilhado por João Carlos Mello Lisbôa, engenheiro que conduziu as obras da ESAV.

A escolha do local, Zona da Matta, foi por ser a região de maior riqueza agrícola e de densidade populacional. [...] pois que, além das condições locais, de excelente clima, boa água potável, altura conveniente, apresenta a Escola posição central, está collocada no centro da Zona da Matta, a de maior Agricultura do Estado e de mais forte densidade população [...] O aspecto geral do estabelecimento é realmente encantador, **o rigor das construções**, a pujança dos campos de cultura, as estradas, a natureza do local e muitos outros requisitos lhe dão panorama de grande beleza<sup>49</sup>.

Nesse trecho relatado por Lisbôa, destacamos uma frase que nos chama atenção. A expressão “o rigor das construções” evidenciou uma premissa importante para que Viçosa fosse escolhida como sede da nova Escola Superior de Agricultura. Nesse aspecto, o cenário construtivo da cidade apresentava grande quantidade de edificações ecléticas, que remetia à beleza urbana e à modernidade esperada pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

Em comum acordo com o próprio Governo do Estado, a nova instituição não seguiu os padrões institucionais das escolas europeias, mas dos modelos de ensino norte-americano dos “Land Grant Colleges”. O tecido urbano do campus seguiu um planejamento retilíneo, com longas avenidas bem arborizadas, com seus edifícios centralizados nos terrenos com afastamentos laterais e frontais, quebrado uma tradição de implantação colonial. Contudo, as construções mais importantes da instituição seguiram as características ecléticas, como é o caso do Edifício Arthur Bernardes (Figura 4) e do prédio onde hoje funciona a Reitoria.

---

<sup>48</sup> BERNARDES, Rosilene. **Ampulheta urbana**: uma análise da construção da Universidade Federal de Viçosa e de sua influência na (des)construção da cidade de Viçosa-MG através das transformações no tempo espaço. Universidade Federal de Viçosa, DEGEO, Viçosa, 2013, p. 14.

<sup>49</sup> BERNARDES, Rosilene. **idem**, p. 14. Apud: Borges, J.M; SABIONI, G.S. (orgs). **Relatório de construção da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais – ESAV (1929) elaborado pelo Engenheiro João Carlos Bello Lisbôa**. Viçosa, Ufv, Imprensa Universitária, 2004, p. 3-6.

**Figura 4 - Edifício Arthur Bernardes - UFV.**



**Fonte: Acervo da Universidade Federal de Viçosa.**

Assim, as interpretações sobre a paisagem urbana da cidade de Viçosa esbarram em dois tempos: a primeira refere-se ao início de formação do município, que se originou de um desenho urbano e arquitetônico, seguindo os traços do período colonial. A segunda marca a transição dos padrões do período colonial para os de características do período moderno, com aplicações de projetos de reformas urbanísticas e a chegada da ESAV, ambos responsáveis por transformar diretamente o espaço urbano e arquitetônico da cidade.

A evolução urbana que mostramos nesse capítulo teve intuito de narrar a forma como desencadeou o processo de ocupação e de formação do espaço urbano de Viçosa, dando maior importância para a chegada do movimento moderno que trouxe a arquitetura eclética, responsável por alterar as características tipológicas e construtivas do conjunto arquitetônico da cidade.

A seguir, fizemos uma análise teórica sobre a forma que o pensamento racional difundido na Europa do século XVIII influenciou na construção de um novo território ocupado, principalmente no campo das cidades. A forma que esse pensamento foi difundido pelo mundo fez chegar seus ideais até o Brasil, provocando reações no meio urbano de várias cidades, inclusive em Viçosa. Dessa forma, nosso debate finaliza numa análise sobre a arquitetura eclética, produto que se firmou a partir do período que envolveu o movimento moderno.

## **CAPÍTULO 2 - AS CONCEPÇÕES MODERNAS SOBRE O ESPAÇO DAS CIDADES E O SURGIMENTO DO ESTILO ECLÉTICO**

Antes de iniciarmos uma análise descritiva sobre as características arquitetônicas do conjunto eclético da cidade de Viçosa, torna-se relevante abordar também qual foi o caminho percorrido por esse movimento estilístico, desde os movimentos de reformas urbanas ocorridos na Europa no século XIX.

O ecletismo é considerado, por muitos, como um fenômeno vasto e interdisciplinar. Sua identidade como movimento entrecruza com o período de inserção do novo pensamento intelectual racionalizado na Europa e do início das grandes reformas urbanas que tentavam, entre tantos objetivos, buscar uma nova linguagem arquitetônica que correspondesse às transformações pelas quais as sociedades em desenvolvimento de progresso buscavam. Neste caso, é importante investigar como se desenvolveu o movimento que acabou assumindo a identidade urbana de muitas cidades brasileiras.

### **2.1 O pensamento ilustrado sobre a cidade e a trajetória da arquitetura eclética na Europa do século XIX**

Tome-se qualquer bom francês, que lê um jornal, no seu café, pergunte-se a ele o que entende por progresso, e ele responderá que é o vapor, a eletricidade e a luz, do gás, milagres desconhecidos dos romanos, testemunho incontestável de nossa superioridade sobre os antigos. Tal é o grau de escuridão que se instalou nesse cérebro infeliz<sup>50</sup>.

A modernidade, vista pelo olhar de Walter Benjamin, encontra na lírica de Charles Baudelaire uma forma de resistência que criticou os efeitos da modernidade como a responsável pela criação da imagem de que a cidade era uma metrópole moderna, um lugar surpreendente e, ao mesmo tempo, cruel. Porém, essa crítica revela um olhar mais profundo, um sentimento de evolução da capacidade intelectual e científica do homem, compreendidas nos desejos pelo progresso, sentidos, especialmente, no ambiente urbanizado.

Essa crença pelo progresso da sociedade, identificada na fala de Baudelaire, expressa uma confissão existente entre duas dimensões - o progresso material e espiritual - e suas coordenadas se convergem em dois campos: das inovações tecnológicas e dos processos criativos do homem moderno; e das naturezas defendidas pelo pensamento nesse período.

---

<sup>50</sup> BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. 1. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, - (Obras EscolhidasIII; v.3), p. 125.

Baudelaire fala do homem que mergulha na multidão como se estivesse dentro de um tanque de energia elétrica e, logo depois, o indivíduo se choca com a experiência vivida, com a natureza humanizada dentro do mundo civilizado<sup>51</sup>. Esse choque transfigura a identidade humana, condicionada a constantes perdas e ganhos dentro do espaço construído, dentro do laboratório que é criado para quem se sacrificaria a viver numa cidade moderna.

Para compreender melhor essas reflexões *baudelairianas* sobre os efeitos da modernidade no espaço citadino, será necessário transcorrer os inúmeros acontecimentos socioculturais sofridos pela Europa desde o século XVIII, quando a adoção de novos valores intelectuais resultou em novas experiências, sentidas, especialmente, na vida urbana.

Essas experiências estavam conectadas com o início do processo de industrialização das cidades, com o avanço dos meios de produção e da produtividade agrícola, bem como com o cercamento dos campos que empurraram os trabalhadores para as áreas urbanizadas, aumentando, significativamente, a população dos grandes centros urbanos. Essa procura pelo espaço citadino, cercado de promessas, resultou na chegada de novos ideais que mudaram as estruturas dos centros urbanizados, onde a sociedade foi partícipe da desarticulação cultural promovida pelo novo sistema, o capitalista.

O período pós-revoluções criou, no século XVIII, um terreno fértil para o cultivo de uma mentalidade cientificista e de culto à razão. O processo de industrialização impactou em ações que foram sentidas além de um simples processo de utilização das máquinas. Ele transferiu para a cidade a responsabilidade de moldar as características do sujeito, colocando seu espaço urbanizado acima de qualquer crença. Os pensadores intelectuais da época, como os iluministas, acreditavam que o progresso urbano era resultado da existência de um pensamento otimista, que já circulava na Europa no século XVIII, e acrescia ao homem a convicção de que ele próprio encontraria sua riqueza e sua civilização somente por meio da cidade e na cidade. A divulgação desse pensamento estimulou o sujeito a construir suas concepções sobre a perfectibilidade humana, superando seus preceitos e suas ideologias tradicionais, a fim de obter maior controle sobre a própria natureza. Estavam arraigados assim, naquele século, os ideais do Iluminismo<sup>52</sup>.

Os ideais do movimento Iluminista, percorridos na Europa no chamado *Século das Luzes*, alimentavam a ideia de que as urbes eram territórios valorizados, fontes de culturas e capazes de modificar qualquer indivíduo que nelas habitavam e que traziam o progresso e a

---

<sup>51</sup> Idem. p. 125.

<sup>52</sup> ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. **Vila de Campanha da Princesa: Urbanidade e Civilidade em Minas Gerais no século XIX 1798-1840**, 2008. p. 25.

civilização dos povos. A cidade tornou-se o lugar responsável por estimular a criação da técnica e o sentimento de riqueza, que levariam ao bem-estar da civilização<sup>53</sup>.

Esses prazeres, segundo o pensamento ilustrado, só seriam produzidos dentro do ambiente urbanizado e carregavam aspirações dos seus principais idealizadores, os indivíduos ocupantes dos escalões médios da sociedade que julgavam ser os detentores do pensamento intelectual. Esse grupo acreditava que o progresso humano não era conquistado apenas pelo viés da ciência; necessariamente ele decorria de questões políticas, morais e artísticas. A razão seria, portanto, o meio mais seguro de alcançar o progresso.

Esse rompimento sobre a maneira de pensar da sociedade, não foi de imediato, de certo modo, foi um processo empírico em que a razão substituiu o papel de Deus para explicar as crenças e os costumes. Os pensadores considerados intérpretes desse movimento eram os que promoviam ações que fortaleciam a ideia de a cidade ser um lugar ilustrado e cosmopolita, ocupado por homens letrados que partilhavam conhecimento, independente das classes sociais que as compunham<sup>54</sup>.

Na visão de Hobsbawm, o Iluminismo teve como beneficiários as classes economicamente progressistas que eram compostas por grandes proprietários, administradores sociais e econômicos que defendiam a ciência, a classe média instruída, os fabricantes e os empresários<sup>55</sup>.

Para Falcon, a força intelectual do Iluminismo pode ser compreendida nas ações de cunho prático, pois, segundo o autor, “pensar racionalmente é dar instrumentos a cada indivíduo de agir conforme sua consciência racional de ser humano”<sup>56</sup>. A cidade, segundo esse pensamento, torna-se o centro irradiador dessa cultura, o que lhe atribuiria novas funções, utilidade e funcionalidade.

Para o cosmopolitismo do “Século das Luzes”, “o verdadeiro homem civilizado não deveria ter pátria, seria um cidadão do mundo que tem no espaço das cidades, um compartilhar”<sup>57</sup>. Certamente, essa mudança na ordem do pensar transformou o ambiente social e contribuiu para o surgimento da estética e a preocupação com o gosto. Esses homens, considerados dotados de civilidade, defendiam a existência de um ambiente próspero e moderno, capaz de enquadrar os valores da vida, que eram conquistados por meio de atitudes e de comportamentos de civilidade.

---

<sup>53</sup> CARVALHO, Marieta Pinheiro de. **Uma ideia de cidade ilustrada. As transformações urbanas da Nova Corte portuguesa (1808-1821)**. UERJ, IFCH, PPGH, abril de 2003. p. 11.

<sup>54</sup> Idem. p. 12

<sup>55</sup> HOBBSAWM, E.I. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. 15ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2001, p.15.

<sup>56</sup> FALCON, Francisco José Calazans. **Iluminismo**. Editora Ática, 3ª edição. 1991, p.37.

<sup>57</sup> CARVALHO, Marieta Pinheiro de. Op. Cit. p. 25.

Compartilhando de uma outra visão, o Romantismo surgiu buscando o nacionalismo, que viria a se consolidar com os estados nacionais da Europa. Inicialmente, o movimento apareceu como uma atitude de espírito, porém, mais tarde, ele incorporaria a forma de movimento artístico e filosófico, através da qual seus atores retratavam o drama humano, os amores trágicos, os ideais utópicos e os desejos de escapismos. O movimento defendia que a felicidade era encontrada na subjetividade humana, ou seja, no estado de espírito do próprio indivíduo, e que era necessário valorizar os sonhos e suas fantasias, juntamente com a sua imaginação popular, e não a forma racionalizada do seu intelecto.

Romantismo, termo que vem de “romance”, no sentido de história interessante, fantástica, extravagante, aparece como um conceito marcado por originar uma nova percepção estética, o surgimento do “belo” e do pitoresco. Os românticos acreditavam que algo valioso havia se perdido com os efeitos da modernidade e, para enfrentar a cultura da perda, era necessário fortalecer o imaginário do indivíduo através da criação artística. Admitiam que o povo (neste caso o homem do campo, os artesãos ou o camponês pré-revoluções) exemplificava as virtudes e os costumes de uma nação.

Numa relação entre os dois pensamentos, Baudelaire afirma que, o iluminismo originou ações e comportamentos que eram sentidos no meio urbano enquanto o Romantismo não implicou em nenhum corpo de doutrina concreta; o movimento foi, na verdade, uma forma de sentir, e poder definir-se como: “intimidade, pluralidade, cor e aspirações do infinito”<sup>58</sup>.

Enquanto o pensamento iluminista fundava-se na ideia de “razão”, no valor à faculdade intelectual do homem, às ideias de progresso, à ciência e à civilização superando as tradições do passado, o Romantismo despertava emoções sobre a personalidade humana, apregoava o sentimento profundo pela beleza da natureza, o sonhar com o passado, o sentimento virtuoso do homem, a pureza, a bondade. Os iluministas buscavam a perfeição, a forma acabada, contornos definidos e íntegros, os românticos encaravam que o único modo de crescimento possível seria o espírito do homem, ou seja, os valores que o carregava para si<sup>59</sup>.

As consequências das ações desses dois movimentos sobre a cidade foram sentidas nos constantes confrontos e debates sobre as noções de progresso, de civilização e de natureza humana que tomaram conta da Europa, a partir do século XVIII, e trouxeram nova compreensão sobre o papel das sociedades e dos países, definido pelos princípios políticos dos indivíduos. Esse conjunto de mudanças pós-revoluções mudou a visão do homem sobre a

---

<sup>58</sup> BAUDELAIRE, Charles. **Poesia e Prosa**. Rio de Janeiro. Ed. Nova Aguilar, 1995.

<sup>59</sup> ARAÚJO, *ibidem*, p. 45.

cidade; a cidade não seria mais vista somente como um espaço representativo, mas como um território assumido de formulações técnicas que acumulam em seu meio, ao longo do tempo.

Nesse período ocorre uma desconstrução cultural que, segundo Mattos:

Seus atores viram ruir suas crenças, ideologias e tradições em favor de um tipo de vida que se organizava, construindo um novo tecido social, no qual o homem partilhava ao mesmo tempo um ambiente inovador que permitia poder, euforia, crescimento e transformação, mesmo que isso ameaçasse as estruturas vigentes<sup>60</sup>.

O homem tornou-se, então, o principal intervencionista desse cenário e criou uma relação dialética entre poderes, uma sobreposição de forças que contribuem para que a todo o momento a paisagem da cidade seja modificada, resultado de uma ação social e historicamente produzida<sup>61</sup>.

Bresciani afirma que a “cidade é como espaço público, ou seja, um lugar de comunicação de diferentes grupos sociais que apresentam mutações, já que esses diferentes grupos fazem apropriações distintas desse espaço”<sup>62</sup>. Para a autora, a cidade é uma obra humana ressignificada por diversos grupos que criam e articulam ações de caráter intervencionista, modificando, constantemente suas funções, seus significados e suas utilidades. Essas interferências remodelam sua função e sua estética, alterando a visão de um espaço perfeitamente definido, funcional e previsível para um lugar representativo, diversificado e universal, ressaltado pela sua heterogeneidade e sua fragmentação.

Mattos define a modernidade na Europa do século XIX a partir da visão de dois autores. O primeiro é Walter Benjamin, que compara seus efeitos à cultura da perda. Para ele, ao assumir a experiência urbana da vida moderna, o “homem foi lançado a um novo ritmo de vida, fazendo com que ele perdesse as referências que o ligavam à tradição coletiva”<sup>63</sup>.

O outro autor citado é Charles Baudelaire; este, ao observar as transformações da cidade de Paris, no período das reformas urbanas (1853-1870), afirma que o efeito da modernidade também foi sentido nas relações sociais, principalmente nas ruas, onde a individualidade humana aflorou em meio às tentativas de requalificação do espaço urbano e de melhorias da qualidade de vida.

---

<sup>60</sup> MATTOS, Maria de Fátima da Silva Costa Garcia de. A Modernidade vista pelo olhar impressionista. **Plures Humanidades**, Ribeirão Preto, v.13 n.2, p.97 jul/dez., 2012, p.98

<sup>61</sup> ARAÚJO. Op. cit., p.12.

<sup>62</sup> Bresciani, Maria Stella Martins. Cidade e História. In: Oliveira, Lúcia Lippi (org.). **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002. (p.16-35).

<sup>63</sup> MATTOS, Maria de Fátima Silva Costa Garcia. **O sentido da Modernidade no imaginário do século XIX**. Apud BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: KOTHE, Flávio R. (Org.). Walter Benjamin. São Paulo: Ática, 1985. p. 97-99.

“Charles Baudelaire (1821-1867), captando as transformações e contradições da sociedade burguesa e capitalista, observa com avidez o cenário frio das ruas – onde os passantes não mais enxergavam uns aos outros -; deslocando-se pelas ruas e avenidas, tentava registrar na memória a imagem do que via e do que não desejava perder. (...) A leitura que fazia da vida era a de uma grande engrenagem, movida pelos trabalhadores, empenhados em ver concretizadas as promessas de empregos e de novos produtos para o consumo, apregoados pela transformação social, sobretudo pela industrialização, que também exigia outros equipamentos urbanos<sup>64</sup>.”

Para esses os dois autores mencionados, a modernidade foi sentida no encontro entre as novas transformações e nos desencontros com as antigas tradições. A experiência de Baudelaire se destaca nesse contexto, porque ele viveu a modernização de Paris e tinha uma visão de “cidade” como um espaço de dupla troca de ensinamentos, um lugar onde se aprende e se ensina as sutilezas da vida moderna.

A consolidação da modernidade processou-se tanto de maneira material quanto simbólica e visual nos espaços das cidades. As características desse movimento estiveram presentes nos objetos, nas decorações das casas, nas ruas arborizadas, nos cafés das praças, nos bulevares, nas largas avenidas, no comércio, nos salões de festas, nas roupas, nos gestos e, majoritariamente, no comportamento humano, que determinava a atitude de ser um burguês<sup>65</sup>. Assim, como demonstrado na vivência de Baudelaire, a percepção da modernidade ou da vida moderna era uma interdependência entre o sujeito e o espaço. Estes foram se desenvolvendo a partir do gosto da sua principal clientela, a classe burguesa, que utilizou os símbolos modernos como triunfo material, a fim de exaltar suas conquistas e atingir prestígio social.

A industrialização das cidades foi o que deu subsídio para a classe burguesa enfrentar seus pressupostos comuns e construir um ambiente caracterizado de cidade-urbano-industrial, ou seja, um espaço organizado que escondesse suas problemáticas sociais e urbanísticas causadas pelo processo de industrialização. Esse cenário escondia outra realidade, outra faceta urbana: as mazelas e os conflitos sociais que foram gerados por “essa magia e encantamento que encobriam as relações inerentes ao trabalho do homem, que só se importava em impor-se através das credibilidades e das aparências”<sup>66</sup>.

A cidade industrial cresceu sob a ótica de divisão de classes, que ficou ainda mais evidente nas formulações dos planos de modernização que afetariam uma pequena parcela da

---

<sup>64</sup> Idem. p. 97-99.

<sup>65</sup> O burguês do século XVIII e XIX deixa de ser aquele habitante do “*Burgo*” e de operar nas pequenas fortalezas, nos povoados ou até mesmo nas pequenas cidades que serviam de abrigos às populações que viviam em suas muralhas e adquiriu outra função social, tornando-se um ser livre e preparado para os novos paradigmas de uma vida em ação dentro da própria cidade. O burguês procurou se estabelecer em grupos que almejavam *Status* de vida social e política e passou a representar as forças de conservação da sociedade.

<sup>66</sup> MATTOS. op. cit., p. 99.

população. Nesse caso, o indivíduo que não pertencia ao eixo escolhido pelos projetos de reformas ficaria desprovido da vida pública “aburguesada”.

Os planos de modernização acompanhavam a nova escala de fenômenos modernos que já circulavam entre as dinâmicas das cidades. Cabe citar as ferrovias, o crescimento populacional, o aumento dos meios de transportes e, principalmente, o comércio. Aos poucos, os fenômenos modernos foram proporcionando novas diretrizes que resultaram em mudanças de regras e comportamentos atrelados ao meio urbano. De acordo com Cavalcanti:

Se o iluminismo pode ser concebido como a infâmia da modernidade, seguramente legou-lhe modelos de planejamento, mais ainda: um modelo de olhar. (...) Além das modificações trazidas ao olhar por essa remodelação da paisagem, a fixação das regras fundamentais da perspectiva permitiu moldar as formas de ver. A reprodução fria, geométrica, sistemática, racionalista e a percepção em ótica infinita da dimensão finita constroem um sistema de representações (artísticas, econômicas, legais, políticas, psicológicas etc.)<sup>67</sup>.

Londres e Paris foram as primeiras cidades que introduziram esses modelos de planejamento. Em meados do século XIX, Londres já mostrava ser um extenso território urbano, com seus aproximados 2,5 milhões de seres humanos, tornando-se a capital comercial do mundo. A cidade industrial, tida por muitos como território infinito, habitado por milhares de pessoas criou várias problemáticas urbanas que lhe rendeu o título de “território do verdadeiro caos”. Essa denominação levou as administrações públicas a intervir sobre seu espaço urbanizado e garantir melhor interação entre o homem, objeto e ambiente<sup>68</sup>.

Nascia então o *urban planning*, ou planejamento urbano, que foi um mecanismo técnico utilizado pelo Estado para compreender melhor seu território e criar soluções que pudessem melhorar os espaços das cidades e, conseqüentemente, as condições de vida de seus habitantes.

Seus dispositivos de atuação começaram pela região central de Londres, no espaço habitado pela classe operária que ocupava edificações sem infraestruturas adequadas para o convívio adensado e seguiam a lógica construtiva dos séculos passados. Esse adensamento urbano em locais insalubres ajudou a proliferar, na década de 1830, a epidemia de cólera que se alastrou por grande parte da Europa, matando centenas de pessoas. A eclosão epidêmica causou pânico generalizado, pressionando o parlamento a agir contra o flagelo social, a fim de reduzir as proporções causadas pela doença. Foi necessário criar, entre as medidas, um plano

---

<sup>67</sup> CAVALCANTI, José Antônio. **Cidade iluminista, Modernidade e Modernismo**. ZUNÁÍ, revista de poesia e debates. 2003-2007.

<sup>68</sup> ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B.A. Schumann, supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto, - [Edição revista]. - São Paulo: Boitempo, 2010, p. 67.

de higienização que consistiu em intervenção na malha urbana da cidade, espaço que julgavam ser a origem da doença.

Leis sanitárias começaram a vigorar visando à higienização dos espaços a fim de melhorar a saúde dos moradores. A qualidade habitacional passou a ser supervisionada pelo Estado e, segundo Benevolo, “foram definidos novos regulamentos para a construção adequada, medidas que afetavam principalmente a casa dos operários, onde era preciso seguir uma nova composição de conjuntos construtivos”<sup>69</sup>.

A implantação do “Movimento Higienista”, na primeira metade do século XIX, foi responsável por medidas que regularam a limpeza da cidade a partir da construção de esgotos e canais de águas, isolando-a de qualquer contaminação. Essas intervenções surgiram como umas das primeiras experiências de requalificação urbana dentro do processo de globalização do século XIX. Depois da implantação desse plano, algumas cidades europeias passaram por um processo semelhante de emulação de experiências no domínio urbanístico ou de transformação de suas infraestruturas.

As reformas urbanas vieram como tentativa de “solução” para encarar os desafios que surgiram nas cidades industriais. Esses modelos de reformas seguiam duas vertentes: por um lado, os reformadores urbanos, considerados os urbanistas neoconservadores, fizeram intervenções em cidades como Paris, Viena (remodelação urbana), Barcelona e Nova Iorque (expansão urbana), que trabalharam em cima das mudanças produzidas pela indústria, reforçando o caráter técnico do urbanismo. Por outro lado, os considerados “socialistas utópicos” ou os “pré-urbanistas”, reformadores que apresentavam propostas de cunho utópico, pensando no restabelecimento da “ordem” perdida. Era uma ideia centrada no abandono da cidade industrial, na qual o homem voltaria a viver no campo, algo que remetia a uma atitude nostálgica<sup>70</sup>.

O urbanismo neoconservador pode ser explicado na reforma urbana de Paris (1853-1869) de Georges-Eugène Haussmann. Era um plano de caráter puramente estético, técnico e higienista, pois valorizava, na sua proposta, ações que incluíam aberturas de novas ruas (chamadas de artérias), a construção de praças, parques e lugares públicos arborizados seguindo um formato geométrico. Visava também melhorias urbanísticas de algumas zonas periféricas, reconstrução e demolição de alguns prédios ao longo das áreas centrais, renovação e o tratamento do sistema de água e de esgoto, novas iluminações públicas, melhorias no

---

<sup>69</sup> BENEVOLO, Leonardo. **As origens da urbanística moderna**. Lisboa: Presença, 1994.

<sup>70</sup> CASTELNOU, Antônio. **Teoria do urbanismo**. Universidade Federal do Paraná, Arquitetura e Urbanismo, Curitiba, 2007, p. 51-56.

sistema de transporte, bem como manutenção e requalificação dos edifícios públicos dispostos em evidências na planta arquitetônica.

O plano de Haussmann, realizado a mando de Napoleão III (1803-73), acabou se repercutindo nos planos de Florença (1864), Marselha (1865), Estocolmo (1866) e de Tolouse (1868); assim como influenciou as propostas para Roma, Bolonha, Colônia, Leipzig, Copenhague, Adelaide e Brisbane, entre outras. Uma de suas peculiaridades foi a busca da valorização de edifícios monumentais, reforçando sua função de marcos perspectivos e simbólicos. Isto teve grande influência nas concepções do *City Beautiful Movement*, assim como conduziu a reformas urbanas, inclusive no Brasil, aplicando-se em cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.<sup>71</sup>

Paris se tornou a cidade haussmanniana destacada por excelência de “cidade burguesa”. Seu espaço revitalizado seguiu especificamente os interesses da burguesia que impuseram um modelo específico condicionado ao urbanismo racionalista, visando mais a técnica do que alguns aspectos históricos. Na parte técnica desse plano, a cidade teve melhorias nos espaços públicos, graças aos avanços da geometria e da topografia, e no campo arquitetônico prevaleceu o emprego sistemático de novos materiais, como o vidro, o ferro e o concreto armado, que vieram por meio da cisão dos ensinamentos de arquitetura e da engenharia nas escolas politécnicas.

Na imagem abaixo (**Figura 5**), podemos ver que esses ensinamentos reconheciam a importância histórica da arquitetura, tanto que os principais monumentos parisienses foram preservados de forma que exaltassem a cultura e o poder político do país, deixando-os alocados em pontos estratégicos que davam grandes visibilidades quando se circulava pelas suas avenidas modernizadas.

---

<sup>71</sup> CASTELNOU. *Ibidem*, p. 56.

**Figura 5 – Avenida da Ópera.**



**Fonte: Foto de Charles Marville. Paris Rues, 1880.**

Inicialmente, no projeto de modernização houve um prelúdio à cultura clássica para compor as formas urbanas e arquitetônicas, porém, o que se viu como resultado foi uma influência do estilo eclético, sobretudo nos “equipamentos urbanos”, como hoje são conhecidos. Equipamentos compostos por prédios da prefeitura, centros administrativos, ministérios, escolas, liceus, mercados, abatedouros, hospitais, prisões, quartéis, câmaras de comércio, estações ferroviárias e assim por diante<sup>72</sup>.

Surgiu, então, uma nova composição de estilo arquitetônico que retratou uma linguagem coletiva e empregou um sistema de formas e elementos que estabeleceu um novo padrão construtivo. Esse movimento foi patrocinado pela classe em ascensão, a burguesia, que defendia a todo custo o racionalismo técnico, contrapondo ao estilo Barroco<sup>73</sup>.

O ecletismo surgiu como um movimento intelectual, uma atitude do espírito que rompia com os conceitos formais criados pela sociedade moderna e burguesa que estavam arraigadas no pensamento iluminista. Suas razões estão relacionadas com a revolução industrial que culminou no surgimento e na ascensão da classe burguesa, assim como no

---

<sup>72</sup> DANSETTE, Adrien. **Du 2 décembre ou 4 septembre**, Paris, Hachette, 1972.

<sup>73</sup> SILVA, Elvan. **A forma e a fórmula: cultura, ideologia na arquitetura da Renascença**. Porto Alegre, Sagra-DC Luzatto, 1991, p. 290-294.

aparecimento de questões fundamentais do movimento moderno que, por meio das forças políticas e sociais, tornou o estilo uma linguagem arquitetônica.

Segundo Denis Diderot, o eclético é um filósofo que passa por cima de preconceitos, tradições, antiguidade, consenso universal, autoridade e tudo que domina a opinião de massa. Essa definição apareceu nos primeiros escritos da “*Encyclopedie*” [Enciclopédia] de 1755, em que o autor completa dizendo que o ser eclético possui um espírito que pensa por si mesmo, examinando e discutindo todos os princípios gerais e não aceita nada que seja evidenciado pela razão<sup>74</sup>.

Pedone reforça essa definição afirmando que essa autonomia intelectual e/ou moral criada pelo indivíduo eclético influenciou na formação ideológica de profissionais de vários seguimentos, inclusive os arquitetos, que puderam ter mais autonomia de trabalho devido à liberdade dada ao profissional eclético<sup>75</sup>.

Neste pensamento, o ecletismo abriu caminhos para os arquitetos da modernidade questionarem o gosto pela “beleza” até então estabelecidos pelos cânones clássicos, libertando-os do compromisso com as regras tradicionais. Esses profissionais estavam determinados a criar uma arquitetura que fosse mais autêntica e moderna, mas que não fugisse por completo das regras dos estilos passados.

Essa cautela em romper com o sistema tradicional foi, na verdade, à saída encontrada para se criar uma arquitetura de transição que tivesse ligação entre a arte e o progresso, entre tradições e novos valores, equilibrando o passado, presente e futuro<sup>76</sup>. Essa atitude tornou menos dolorosa a aceitação dos projetos desses profissionais que lentamente submetia o ecletismo dentro do processo psíquico social e urbano.

De acordo com Colin, ainda no século XVIII, o estilo eclético já era classificado como “Protoecletismo”, porque houve certo desvio nas obras dos arquitetos desse período, que estavam comprometidos com o neoclássico ou o neogótico.

É o caso do Pavilhão Real de Brighton, de John Nash (1815-38), um pavilhão indiano-mourisco de sucesso de público. É também, o caso da Casa do Parlamento de Londres (1840-65), de Sir. Charles Barry, revivalista neoclássico e Augustus Pugin, um nome primordial do revivalismo neogótico, em seu viés eclesiologista. Ou ainda, da Friedrichswersche Kirche, em Berlim (1824), de Karl Friedrich Schinkel, um dos maiores nomes do neoclassicismo alemão. Esta igreja mistura, à maneira do ecletismo sincrético do final do século, a linguagem românica e gótica<sup>77</sup>

---

<sup>74</sup> Apud PEDONE. Op. Cit., p. 127.

<sup>75</sup> Idem. p. 8.

<sup>76</sup> Idem. p. 103.

<sup>77</sup> COLIN, Silvio. **Ecletismo na arquitetura I**. Disponível em: coisasdaarquitetura.wordpress.com. Acesso em: 10 out. 2018.

Porém, em todo o século XIX e início do XX, o que se viu foi maior visibilidade da arquitetura eclética que se firmou após o declínio dos “Neos”, que tendenciavam aos estilos grego, romano, gótico, renascentista e barroco com certa interferência das arquiteturas chinesas, japonesas, indiana, mourisca e étnicas. Países como a França, a Inglaterra e a Alemanha já debatiam sobre os seus estilos vigentes e entendiam que eles precisavam ser atualizados. Numa profunda reavaliação, perceberam que já existia uma interferência do estilo eclético no revivalismo do neogótico e do neoclássico. Essa percepção facilitou para que o ecletismo fosse introduzido nas principais escolas de arquitetura e engenharia da época.

Foi nas academias que os arquitetos encontraram apoio para aprofundarem-se nos conhecimentos históricos e associá-los às práticas singulares dos seus projetos. A *École des Beaux-Arts* é um centro de ensino que ficou marcada pelos rígidos estudos sobre o neoclassicismo, que a partir de 1830, instaurou um sistema de discussão que incorporava o ecletismo na sua grade de ensinamento. Essa instituição foi pioneira na elaboração de estudos mais sistemáticos sobre o ecletismo como arquitetura<sup>78</sup>.

No programa da *École des Beaux-Arts*, não havia contradição entre modernidade e história. A história não limitava a criação, ao contrário, ela autorizava adaptações, permitia compreender melhor os novos elementos da época. Os arquitetos podiam compor livremente, cada um de acordo com sua tendência e seu temperamento. Essa idéia não envolvia a noção de modelo, o interesse pela história procedia da liberdade inspirada pela extrema diversidade de exemplos e obras-primas deixadas durante os séculos<sup>79</sup>.

Os arquitetos comprometidos com o estilo eclético dedicaram-se na elaboração de projetos que fugissem da rigidez imposta pelos padrões clássicos, porque a clientela consumidora desse movimento exigia trabalhos mais autônomos. Contudo, essa liberdade excessiva, dada a diversos profissionais, teve um preço e ele foi calculado pelo enorme número de edificações que surgiram em diversas cidades da Europa e que replicavam os principais monumentos de suas cidades. Essas construções aproximavam de um “falso histórico”, termo utilizado para classificar os trabalhos criados pelos arquitetos que excediam

---

<sup>78</sup> FABRIS, Annateresa. **A crítica modernista à cultura do ecletismo**. R. Italianística, ano III, nº3, p 73-84, 1995.

<sup>79</sup> Na *École des Beaux-Arts*, o estudante entrava em uma escola que lhe parecia moderna: “Atravessando a porta de entrada da Rua Bonaparte, ele passava entre os bustos de Puget e de Poussin que a molduravam. Ele lia a possibilidade de contradições; que era possível ser ao mesmo tempo clássico e barroco. Ninguém lhe pedia para reunir uma mistura extravagante, mas a mensagem era: Puget não é inferior a Poussin, nem Poussin é mais tedioso que Puget. [...] Isso reforçava a recusa de modelos normativos, que eram mais presentes nas obras de arte. Os estudantes não eram, portanto, induzidos a uma síntese impossível. Prova disso é a opinião dos professores, que sempre concluíam dizendo: ‘é preciso ser vocês mesmos’. Era uma maneira de dizer aos estudantes que enquanto eles tinham que saber e receber tudo eram bem melhor escolher e encontrar equivalentes.” FOUCART, Bruno. La leçon de Duban. In: *L’Architecture D’Aujourd’Hui, École des Beaux-Arts de Paris*. Paris, 1997, p. 63.

na fidelidade de reconstrução. O contingente construtivo revelou que neste período os profissionais estavam mais preocupados em denotar grandes épocas do que criar estilos, paralisando ou diminuindo seu processo de criatividade<sup>80</sup>.

O lado positivo dessa produção em escala foi o aumento de diálogos entre os arquitetos e seus clientes. Apesar dos profissionais possuírem todo o conhecimento técnico-científico por trás da elaboração dos projetos, eram os contratantes que tomavam a maioria das decisões na escolha dos elementos, deixando os trabalhos finais mais próximos de suas personalidades. Essa aproximação classificou o ecletismo como arquitetura de “representação”, simbolizada como um produto que vai além do seu contexto material. Sua composição de formas e elementos expostos principalmente na sua fachada revela a funcionalidade do imóvel e o *status* econômico do seu ocupante.

Na visão de Fabris,

A atitude poliestilística do ecletismo denota não apenas um fato artístico, mas uma nova organização social e cultural, que põe fim a toda e qualquer ideia de unidade para apontar para o múltiplo, o diversificado, para privilegiar o instável e o relativo em detrimento do absoluto e do eterno. Sua metodologia fundamental consiste na decupagem, na concepção da arquitetura como linguagem dotada de valores simbólicos e emotivos que deveriam ser transmitidos a todas as camadas da sociedade<sup>81</sup>.

As produções desses símbolos que são manifestados na estética da arquitetura eclética evidenciam aquilo que é defendido por vários pesquisadores do tema. A arquitetura do século XIX foi utilizada como domínio e força de coesão da sociedade e sua representação física, material e decorativa evidenciou o contexto econômico e social do período, seja ele atrelado ao Estado ou ao indivíduo particular. Não é por acaso que a manifestação do estilo eclético se concentra na fachada, onde estão expostos signos de uma sociedade que se consagrou por meio da aquisição dos bens materiais. Foi a classe burguesa que adotou o estilo como um produto compatível com suas propostas de progresso material e de modernização espiritual. Como percebe Patetta,

Foi a clientela burguesa que exigiu e obteve os grandes progressos nas instalações técnicas, nos serviços sanitários da casa, na sua distribuição interna, que solicitou uma evolução rápida das tipologias nos grandes hotéis, nos balneários, nas grandes lojas, nos escritórios, nas bolsas, nos teatros e nos bancos<sup>82</sup>.

---

<sup>80</sup> PATETTA. *Ibidem.*, p.5

<sup>81</sup> FABRIS, Annateresa. *Arquitetura eclética no Brasil: o cenário de modernização*. Anais do Museu Paulista, Nova série, nº 1. ECA/ Universidade de São Paulo. 1993, p.134.

<sup>82</sup> PATETTA. *Op. Cit.* p. 13.

A burguesia encontrou na fragmentação eclética o meio mais eficaz de manifestar suas aspirações e expressá-las “no grande teatro da vida urbana a adesão à moda, sua classe, seus ideais, sua fé religiosa e – por que não? Seus sonhos”<sup>83</sup>. Ela utilizou como plataforma política e social o movimento e a arquitetura eclética, como forma de se (re)afirmar perante os paradigmas de progresso e de modernidade.

O estilo sustenta-se no momento histórico de surgimento e de formação da burguesia do século XIX. Sua arquitetura adaptou-se facilmente aos desejos dessa classe e foi evidenciada no caráter funcional dos ambientes e dos objetos e, sobretudo, na inquietude intelectual de determinados grupos que, em determinadas épocas, criaram fenômenos que percorrem a história do urbanismo e da arquitetura burguesa.

Pode-se perceber que o ecletismo e o urbanismo novecentista se desenvolveram em perfeita simbiose, principalmente nas cidades que passavam por reformulações dos seus espaços urbanos. Enquanto o urbanismo preocupou-se em lidar com as intervenções urbanísticas e transformar seus antigos muros medievais em alamedas arborizadas, o ecletismo surgiu como agente conciliador dessa transformação, permitindo que o cenário arquitetônico das cidades fosse composto por uma expressividade, uma monumentalidade com a intenção de glorificar uma ideologia ou uma classe.

Portanto, nessa pesquisa, o ecletismo não será representado como um monumento isolado ou como uma arte criadora de símbolos que enfeitam as fachadas das edificações, ele será discutido como uma arte polissêmica que vai além das suas composições físicas. Sua arquitetura não expressa somente a volumetria e as formas, ela representa o espaço onde a sociedade de um determinado período utilizou dos seus ideais para expressar seus desejos pela modernidade e pelo progresso. Sendo assim, seria fidedigno abordar o movimento eclético como um fenômeno vasto, que requer uma abordagem interdisciplinar e aborda a história do pensamento humano e da arquitetura urbana.

A partir disso, fizemos uma conexão entre os planos de modernização da Europa com os ocorridos no Brasil; ambos os espaços incorporaram o ecletismo como arquitetura dos planos de reformas urbanas. Porém, enquanto na Europa o ecletismo se firmou como um estilo próprio de uma modernidade respeitando alguns estilos do passado, porém, no Brasil, o passado que o estilo evoca não é o nacional. O Estado brasileiro procurou, de todas as formas, construir uma identidade de nação fosse respaldada nas referências da cultura estrangeira.

---

<sup>83</sup> FABRIS, Annateresa. **A crítica modernista à cultura do ecletismo**. R. Italianística, ano III, nº3, p 73-84, 1995. Apud. SALGUEIRO. Heliana Angolti. *L'influence de l'architecture française du XIX siècle au Brésil: le cas de Belo Horizonte*, Montpellier, 1986, p.44.

## 2.2 A modernização do Brasil e a chegada da arquitetura eclética

As transformações ocorridas nas cidades europeias por meio dos processos de industrialização, de urbanização e de modernização, a partir do século XVIII, foram algumas das mais rápidas e globalizadas formas de relacionamento do homem com o meio ambiente. Os ideais propagados por esses movimentos influenciaram diversos lugares em todo o mundo, inclusive no Brasil. O contato das classes mais altas da sociedade com as teorias e os pensamentos que se desenvolveram nos territórios europeus permitiu a divulgação de ideais que atingiu diretamente a interferência da técnica sobre o espaço urbano. O homem, ao apoiar-se nas concepções que veio desde o pensamento ilustrado procurou ferramentas para transpor-se culturalmente, a fim de atingir o tão desejado progresso e a civilização que poderiam ser encontrados no ambiente urbanizado e moderno.

Nas décadas finais do século XIX, o Brasil foi marcado por profundas transformações que atravessam os campos políticos, econômicos e socioculturais. Essas transformações mudaram a concepção que se tinha sobre o tempo e o espaço. O período marcou também o fim do Império brasileiro e a chegada da Primeira República, evento que mergulhou o país em um novo dinamismo econômico e alterou profundamente as ordens hierárquicas vigentes.

Sevcenko explica que o homem criou uma nova percepção sobre espaço compartilhado e presenciou a transformação dos seus costumes, do seu modo de vida e da forma que se relacionava com os objetos. Segundo ele, o homem foi o personagem principal de todas as mudanças urbanas e:

De fato, nunca em nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos. Isso não apenas no Brasil, mas no mundo tomado agora como um todo integrado<sup>84</sup>.

A população desse período, tomada pelos sintomas de modernidade, atravessou uma revolução industrial-científica-tecnológica resultante da absorção dos ideais modernos que atingiram várias regiões. Assim, como percebe Sevcenko, a globalização da economia capitalista europeia e a entrada do capital estrangeiro forçaram o Brasil a se adaptar aos novos meios de produção, incorporando, no país, sinais de uma vida mais moderna, que pudesse ocupar o lugar do ambiente tradicional existente. As consequências desses novos ideais e suas

---

<sup>84</sup> SEVCENKO, Nicolau. NOVAES, Fernando. **História da Vida Privada no Brasil**. O Prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. Vol. 3. São Paulo. Cia das Letras, 1998, p. 07-08.

reverberações desenvolveram na sociedade afoita pelos sintomas de modernidade um sentimento de tentar transformar seus modos de vida, modificando suas tradições e suas crenças.

Na dimensão espiritual, o sentimento de modernidade estava condicionado ao de transformação cultural do homem e a sua revolução seria dada na luta pela destruição dos seus valores intrínsecos, considerados inválidos para o ambiente novo e moderno. Na dimensão material, podemos dizer que a revolução espiritual seria um complemento da existência de um espaço físico e moderno que fosse capaz de proporcionar ao homem condições para materializar suas aspirações.

Ser moderno, então, era uma condição construída de dentro para fora e, logicamente, ao ser extraído do intelecto humano, não beneficiaria todas as pessoas. A sociedade que julgava ser a detentora do intelecto moderno do período era a classe burguesa, composta, basicamente, pela elite intelectual e política brasileira, o grupo responsável pela ampliação das funções das cidades e pela inserção dos novos padrões culturais dados a elas. Essa classe foi a principal articuladora da mudança do sistema político brasileiro que, conseqüentemente, abriu a economia aos capitais estrangeiros, sobretudo aos ingleses e americanos.

Para Sevcenko, um conjunto de fatores ajudou a ampliar as funções das cidades nesse período, entre eles estão: a mudança da ordem econômica (mundial e nacional); o surgimento de uma nova classe social e política (cafeicultores e grupos arrivistas, chamados de “homens novos”) que se tornou a base política das décadas seguintes; a influência da classe científica e dos pequenos empresários; o processo de abolição de 1888, que “desmobilizou” os contingentes escravistas do território brasileiro; a abertura do processo imigratório estrangeiro com práticas de trabalhos assalariados; a abertura do mercado nacional, que passou a ser mais intenso e dinâmico e, por fim, a difusão dos lemas de progresso, de civilização e de modernidade. Nessas cidades cresceram os meios de transportes, melhoraram as comunicações, surgiram novos comércios e mais zonas produtivas.

As maiores cidades brasileiras tornaram-se atrativos de moradias para uma população recém-saída do fim do período escravista e que estava insatisfeita com a decadência da produção cafeeira do interior do país. Essas pessoas partiram do campo para as cidades, especialmente as capitais, em busca das ofertas de trabalho e de melhorias na qualidade de vida.

A capital da República, o Rio de Janeiro, foi o primeiro lugar que sentiu os reflexos dessas transformações. Com o decreto nº 3353/88 - Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, que findava a escravidão no território brasileiro, houve um significativo crescimento urbano

orquestrado, principalmente, pela saída do homem do campo<sup>85</sup>. Essa população, na maioria pobres e remanescentes de escravos, foi atraída pelas oportunidades ligadas às atividades comerciais, portuárias e das pequenas indústrias que se instalaram na região central da cidade. Como relata Benchimol, a quantidade de pessoas circulando pelo Rio de Janeiro contribuiu para o desordenamento urbano, principalmente habitacional, pois os novos habitantes se dispunham a viver em casas e em casarios sem quaisquer condições de higiene ou saneamento básico, com elevado grau de insalubridade e de falta de infraestrutura urbana<sup>86</sup>.

Esse adensamento urbano chamou a atenção das autoridades cariocas que tentou promover a medicalização de algumas áreas do centro da cidade. O governo tomou várias iniciativas para reduzir os conflitos sociais concentrados nesses lugares, tais como a proibição dos rituais religiosos, cantorias e danças, as manifestações de tradições negras, entre outros. Além disso, os governantes enxergavam que a convivência adensada era um agravante à saúde pública e à segurança da cidade<sup>87</sup>.

Diante das calamidades públicas que surgiram, o Estado entendeu que era necessário intervir no território da cidade como solução de dar ao Rio de Janeiro, maior visibilidade política internacional. A partir de alguns entendimentos políticos surgiram as primeiras mudanças da era moderna, que visavam acabar com os problemas sociais e urbanos.

No argumento de Benchimol, o motivo para a ampliação das discussões em torno do saneamento da capital ocorreu em função do retorno de epidemias, como a da febre amarela, que voltou a castigar a cidade no final do século XIX. Ainda no início do século XX, como eram latentes essas mazelas, o governo municipal, comandado pelo prefeito Francisco Franco Pereira Passos, adotou uma série de medidas que tentou acabar com esses problemas. Entre elas estavam a limpeza de ruas e de praças públicas; a descontaminação de navios ancorados no porto; a tentativa de retirada de imigrantes para fora da cidade; a aberturas de hospitais; a inspeção nos cortiços, visando a sua remoção ou a diminuição do número de moradores<sup>88</sup>.

Leis foram criadas e/ou alteradas para instalar novas propostas de higienização, manutenção da ordem pública e organização da cidade. A atenção maior era voltada para as áreas consideradas pelo governo e pela classe abastada como regiões de “alta periculosidade”. Essas áreas, como afirma José Murilo de Carvalho, eram compostas pela população negra,

---

<sup>85</sup> SILVA, Thiago Dantas da Silva. SANTOS, Maria Rodrigues dos. **Abolição e a manutenção das injustiças: a luta dos negros na primeira república brasileira**. Cadernos Imbondeiro, João Pessoa, v.2, n.1, 2012, p. 48.

<sup>86</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro do século XX**. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. 1992.

<sup>87</sup> SEVCENKO. Ibidem, p. 07-08.

<sup>88</sup> BENCHIMOL. Ibidem, p. 138.

pobre, moradora da região central, que vivia aglomerada em casas e cortiços em torno da região portuária<sup>89</sup>.

Na opinião de Porto da Rocha, o prefeito Pereira Passos era o homem de confiança do então Presidente da República, Rodrigues Alves, considerado por ele como um grande administrador técnico, desvinculado dos interesses privados e da política brasileira. Segundo o autor, era considerado “politicamente neutro”, uma vez que sua imagem estava vinculada mais à técnica e não a política<sup>90</sup>.

Associado ao Governo Federal, Pereira Passos foi designado a projetar e operar uma reforma urbana no centro da cidade do Rio de Janeiro, tendo como objetivo inserir a cidade na era da modernidade e eliminar os vestígios de uma cidade colonial.

Contudo, a reforma que Pereira Passos buscou era de construir um espaço urbano que integrava a população do Rio de Janeiro ao cenário urbano regenerado, principalmente na sua região central. Como afirma Azevedo, essa região, no final da sua execução, desenvolveria uma pedagogia de civilização com seus cidadãos e transformaria a imagem da cidade carioca num exemplo de espaço moderno<sup>91</sup>.

Benchimol completa essa afirmação dizendo que as grandes obras urbanísticas do governo de Pereira Passos tinham como objetivo transformar o Rio de Janeiro numa cidade “moderna, higiênica e civilizada”, compatível com as metrópoles da Europa e da América do Norte<sup>92</sup>.

As propostas que a cidade do Rio de Janeiro recebeu foram colocadas em três planos: a sanitária, a urbana e uma especial para a região do porto. O início do processo de modernização da cidade seria realizado através da destruição de centenas de sobrados e casarios da região central sob a justificativa de que essas construções comprometiam a estética, a malha física e sanitária da cidade, assim como sua segurança, pois bloqueavam o fluxo de pessoas e mercadorias no interior do seu núcleo.

O processo de “regeneração”, como tratado pela imprensa da época, revelou que por trás do plano de reforma de Pereira Passos existia um discurso de exclusão da população pobre do centro da cidade, a fim de deixar somente as classes mais favorecidas, consideradas as elites sociais, como elucida Silva:

---

<sup>89</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo. Cia das Letras, 2006, p.18.

<sup>90</sup> ROCHA, Osvaldo Porto. **A era das demolições**. Rio de Janeiro. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. 1995, p. 49.

<sup>91</sup> AZEVEDO, André Nunes de. A reforma urbana do prefeito Pereira Passos e o ideal de uma civilização nos trópicos. **Intellêctus**, Ano XIV, n.2, 2015, p. 72-87.

<sup>92</sup> BENCHIMOL. *Ibidem.*, p.139.

Os higienistas e a classe dominante 'culpava' a população pobre em especial os indivíduos negros, seus bairros (cortiços) e moradias pela proliferação de doenças, que (segundo eles) impediam a chegada de indivíduos de outros países, prejudicando a imigração de europeus, além de manchar a imagem do Brasil como nação.<sup>93</sup>

O processo civilizatório por trás do plano da reforma urbana carioca também pode ser compreendido através de uma leitura iconográfica sobre a arquitetura da cidade. Várias edificações incorporadas ao plano de modernização surgiram como complemento ao plano de embelezamento da cidade, entre elas: o teatro municipal, que foi projeto do engenheiro Oliveira Passos, a expansão do Paço Municipal, o Pavilhão de Regatas, o Pavilhão Mourisco e várias habitações no bairro Botafogo<sup>94</sup>. Ao lado de alguns monumentos tradicionais, a arquitetura era exibida como um novo e imponente monumento, fruto da modernização alcançada.

O estilo arquitetônico predominante nessas edificações foi o eclético francês, justificado pelas referências arquitetônicas do plano de reforma urbana de Paris, que serviu de inspiração para Pereira Passos. A influência francesa no século XIX significava um parâmetro de civilização e de modernidade para outros países; essa referência consistiu em um desejo de construir, aqui, uma cultura que mais se aproximava dos padrões vividos lá fora.

Para Bruand, a arquitetura brasileira do início do século XX reflete aquilo que se impõe até os dias de hoje, ela detecta o desejo de “ser estrangeiro”, da sede de cosmopolitismo que tomou conta do Brasil após a instauração da Primeira República<sup>95</sup>. Segundo o autor, essa noção de prosperidade trazida pelo *slogan* republicano (progresso, indústria, capital e modernização) projetava a criação de novas ondas culturais que, ao mesmo tempo, mascaravam as tensões vividas nas cidades.

O eclético foi o estilo que incorporou fielmente a arquitetura de ferro dentro do processo construtivo. O estilo modificou um vasto sistema de alvenarias e de materiais tradicionais que, por sua vez, não se adaptavam mais aos novos meios construtivos, sustentando a ideia de que os materiais utilizados na construção tradicional não comportariam os limites almejados pelos novos projetos arquitetônicos. Nesse contexto, o modo vernáculo de construir perdia, aos poucos, espaço para o novo sistema de formas e de materiais por não conseguir agregar inúmeros elementos e materiais na sua concepção final.

---

<sup>93</sup> SILVA. *Ibidem.*, p. 02.

<sup>94</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Ibidem.* p. 98.

<sup>95</sup> BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo, Perspectiva. 1981, p. 33.

Segundo Fabris, não houve um imediato abandono das formas vernaculares, isso porque o ecletismo ainda utilizava das técnicas ensinadas nas Escolas de Artes e Ofícios divulgadas por meio de catálogos, manuais construtivos, postais, revistas e periódicos<sup>96</sup>.

A arquitetura eclética trabalhou a espetacularização do cenário construtivo revelado no espaço urbano. Os novos produtos industrializados de larga escala, como o ferro, deram segurança para que os arquitetos, artífices brasileiros, pudessem criar uma arquitetura mais leve e viável economicamente.

A participação da arquitetura de ferro nos projetos do início do século XX permitiu aos arquitetos remontar de forma precisa toda a técnica adquirida e aplicar nos projetos, pois “esse processo denota uma importância de conhecimento das fontes de informações que compõe o imaginário do arquiteto eclético”<sup>97</sup>.

Além do Rio de Janeiro, essa inovação arquitetônica chegou até cidades como São Paulo, Belo Horizonte, Belém, Manaus, Porto Alegre e outras do Sul do país. Essas cidades aderiram ao eclético nos seus planos de reformas urbanas como medida de embelezamento do seu conjunto arquitetônico. Foi através das propostas de modernização, guiadas pelos catálogos modernos da época, que a arquitetura eclética surgiu nessas cidades como símbolo artístico e inovador capaz de transformar em espetáculo o espaço urbano, especialmente os lugares de acesso público. A fusão das linguagens dos estilos arquitetônicos, característica imutável do ecletismo, propagava a ideia de que a arte de construir era um prestígio social, uma ascensão de classe, um patrimônio pertencente a poucos e para poucos. Isso responde por que esse estilo foi tão aceito e admirado pela classe detentora do capital da época.

São Paulo, por conta da atividade cafeeira, tornou-se, no final do século XIX, a cidade mais dinâmica e o principal centro econômico do país. A produção de café fez da cidade um centro urbanizado, voltado para a industrialização que estava centrada nos propósitos expansionistas de modernização do seu território. Nas primeiras décadas do século XX, esse crescimento econômico forçou as autoridades administrativas a pensarem melhor o uso do seu espaço para adaptar-se aos novos fluxos populacionais. Na verdade, o governo paulistano queria modernizar sua estrutura urbana equiparando-se com cidades como Rio de Janeiro e a recém-criada Belo Horizonte.

Como explica Daniela Passos, a modernização de São Paulo teve um aspecto urbano mais autônomo, pois priorizou a circulação urbana, a criação de bulevares largos e

---

<sup>96</sup> FABRIS, Annateresa. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário de modernização. **Anais do Museu Paulista**, Nova série, nº 1. ECA/ Universidade de São Paulo. 1993, p.138.

<sup>97</sup> Idem. p.137.

arborizados, com edificações modernas e higiênicas. A diferença com a cidade carioca foi que, nesse caso, a cidade paulista não estava subordinada às ideias haussmannianas, nem seguiam as referências adotadas pelos profissionais que atuaram no Rio de Janeiro; ela procurava, no fundo, construir seu próprio caminho urbanizador<sup>98</sup>.

Segundo Passos:

No processo de urbanização e remodelação da cidade de São Paulo, mesmo havendo ações de caráter higienistas, de controle e disciplina da população mais pobre, através de medidas sanitárias o que prevaleceu foi a intenção de transformar a capital paulista numa vitrine condigna para a economia cafeeira<sup>99</sup>.

Na remodelação urbana de São Paulo, o ecletismo teve grandes referências construtivas, como o Teatro Municipal e a Pinacoteca do Estado, que foram edifícios projetados pelo arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo. Neste período, todos os programas residenciais e equipamentos públicos, como teatros, escolas e museus, além dos edifícios comerciais, foram concebidos seguindo os princípios adotados pelo movimento eclético. As fachadas dos edifícios públicos recebiam ornamentação, conforme o programa e a funcionalidade do prédio.

A criação da cidade de Belo Horizonte teve suas especificidades em relação às cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, isso porque apresenta um diferencial muito importante dentro do seu processo de urbanização – o da criação. A gênese do seu território seguiu uma visão racionalizada a fim de criar um modelo de “Estado Republicano” espelhado nas cidades europeias e norte-americanas. Podemos dizer que seria uma intervenção estatal de cidade planejada e modernizadora. Porém, como aconteceu na capital da República, a criação e a construção da cidade apontaram no seu conjunto final apenas um resultado, a concretização dos desejos de uma classe elitizada que tentava romper com o passado, preconizando a modernização e o desenvolvimento nacional.

O ideal de modernização incorporado na política e na sociedade mineira foi fundamental para criar uma cidade que tornaria o novo espaço sede do Governo do Estado de Minas Gerais. O movimento da nova ordem republicana, inspirado nas ideias positivistas e científicas e adotado pelos construtores defendidos nos projetos do engenheiro Aarão Reis, dividiu Belo Horizonte em três zonas: o espaço moderno reservado às elites; a zona suburbana fora dos limites da Avenida do Contorno, que funcionava como fronteira entre a cidade

---

<sup>98</sup> PASSOS, Daniela. **A formação do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte**: um estudo de caso à luz de comparações com a cidade de São Paulo e Rio de Janeiro. *Mediações*, Londrina, v. 21, n.2, jul/dez. 2016, p. 346.

<sup>99</sup> Idem. p. 347.

planejada e as periferias e, por último, a zona rural, que servia como área de abastecimento para os moradores da capital<sup>100</sup>.

Essa divisão mostra a hierarquização do seu território, que foi transformado em áreas limitadas e identificáveis. Assim como nas outras capitais citadas anteriormente, esse enquadramento estabeleceu uma divisão social dentro da cidade com previsão de harmonização unitária, visando afastar a “desordem urbana”. Isso ocorreu porque, as cidades desse período eram pensadas como espaços abertos e livres para a circulação, tornando-se, através dos seus planos de reformas, uma paisagem neutralizada e palcos dos diversos acontecimentos que (re)produziam formas diferenciadas de sociabilidades.

Para Sennett, o “espaço das cidades modernas era mais destinado à circulação do que à permanência”<sup>101</sup>. Para o autor, as cidades planejadas passaram a funcionar como espaços isolantes, pois seu território criado impossibilitava aglomerações e distanciava os tumultos e as redes de sociabilidades.

A partir desse desenvolvimento teórico podemos afirmar que, após a instauração da República brasileira, houve a tentativa de construir um cenário moderno no país, que foi representado, principalmente, no conteúdo dos equipamentos urbanos dentro das cidades. As intervenções ou invenções que as cidades brasileiras sofreram nesse período tinham único propósito: atender as exigências da elite burguesa a concretizar suas aspirações. Essa classe estava mais preocupada com o controle da massa social – classe pobre – e de tornar ativa uma pequena parte da população: os grupos pertencentes aos estratos médios e altos da sociedade.

Consideramos, portanto, que essas cidades, modificadas espacialmente, foram palcos de constantes conflitos que transformaram o modo de vida da própria sociedade que ali se estabelecia. O espaço da cidade é o território onde são difundidas novas técnicas e novas memórias e conhecê-las através dos vestígios deixados pelos grupos é permitir descortinar toda sua historiografia e toda trama social que a inventou. A própria arquitetura sempre foi moldada a partir do pensamento que se assemelha à ação do homem, deixando não só os legados da sua trajetória, mas também fragmentos da sua existência.

No próximo tópico, fizemos uma análise sobre a modernização do espaço urbano de Viçosa, que acabou remodelando a tipologia do seu conjunto edificado.

---

<sup>100</sup> OLIVEIRA, Éder Aguiar Mendes de. **A imigração Italiana e a organização operária em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX**. Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2004, p. 34.

<sup>101</sup> SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

### 2.3 A arquitetura eclética em Viçosa, emergências de uma modernização

Trazer essas reflexões que falam sobre a modernização das cidades do interior do Brasil e sobre o surgimento da arquitetura eclética dentro desses espaços em transformações é dispor de um único entendimento que pode ser compreendido na fala de Francisco Acquarone e contextualizada por Fabris: “a arquitetura brasileira a partir do século XIX estava condicionada em abandonar o colonial em prol da ‘infinidade de casas horríveis’”<sup>102</sup>.

Mesmo que a visão de Acquarone esteja ligada a uma análise mais superficial, valorizando a forma arquitetônica do objeto eclético, não deixaremos de observar que essa fala revela o juízo de valor pelo qual foi condicionado o estilo eclético, tornando, para muitos, o grande vilão do período moderno.

Se nas capitais brasileiras já era difícil aplicar projetos urbanísticos, imagina nas cidades interioranas que mantinham certa fidelidade às tradições defendidas por habitantes pouco acostumados as mudanças dos seus espaços. Foi por isso que as elites sociais desempenharam papéis importantes dentro do período de reformas urbanas, pois partiram delas as ideias e os projetos de reestruturação urbano/social, mesmo que na maioria das vezes atropelavam o restante da opinião pública.

A partir da primeira década do século XX, surgiram novos conceitos sobre habitação. O estilo eclético passou a despertar o interesse não só da burguesia detentora do capital, mas também das camadas menos favorecidas economicamente da sociedade. Segundo Nestor Goulart Reis, essa propagação arquitetônica foi provocada pelo “fenômeno industrial” que propiciou a importação de novos produtos e mercadorias e ajudou a reproduzir uma nova arquitetura.

No seu estudo sobre o “Quadro da arquitetura no Brasil”, Goulart Reis revela que a evolução das técnicas construtivas do país dependia, exclusivamente, da produção em escala de materiais previamente importados e que esses produtos eram incorporados nas edificações nas formas que iam desde os sistemas estruturais chegando até os acabamentos<sup>103</sup>.

Essa dependência expunha a fragilidade da indústria brasileira do início do século XX que ainda carecia de infraestruturas para atender a demanda nacional. Entretanto, essa sujeição mercantilista por produtos estrangeiros não impediu os profissionais da construção

---

<sup>102</sup> FABRIS, Annateresa. *Arquitetura eclética no Brasil: o cenário de modernização*. Anais do Museu Paulista, Nova Série nº1 1993, p. 131. Apud: ACQUARONE, Francisco. **História das artes plásticas no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. 1980, p. 42-143.

<sup>103</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo, Perspectiva, 2011, 11ª Ed, 2006, p. 156.

civil de dominarem os novos métodos construtivos nem se limitarem por projetos que expressavam apenas uma época ou estilo.

Assim como nas capitais brasileiras, essa nova tendência construtiva não divergiu por completo quando inserida nas cidades do interior. Como reforça José Murilo de Carvalho, o período da República significou o símbolo exclusivo das aspirações democráticas e a cidade era o lugar do desenvolvimento da cidadania. Porém, esses projetos foram pouco eficientes, dado que o regime republicano difundia propostas que criavam a desigualdade democrática<sup>104</sup>. Sendo assim, os maiores projetos de modernização foram executados nas capitais brasileiras e não nas regiões interioranas do país. Os pequenos municípios precisavam romper primeiramente com os laços sociais arraigados numa população tradicionalista para que depois pudessem consolidar os planos do Estado Nacional que tentavam criar cidades modernas capazes de emergir novas redes de sociabilidade<sup>105</sup>.

Em Viçosa, cidade do interior do estado de Minas Gerais, o ecletismo só chegou depois de concluídos os projetos de implantação e modernização das cidades de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro; e quando ganhou notoriedade política dentro cenário nacional, revelando parlamentares que ocuparam os cargos mais importantes do legislativo brasileiro. Através da consulta ao periódico *A Cidade de Viçosa*<sup>106</sup> (**Anexo 3**) é possível notar fotografias que revelam que, por volta de 1910, já havia presença de casas com características do estilo eclético na área central da cidade, porém, inseridas dentro dos padrões tradicionais construtivos. Tal observação mostra que a cidade já havia incorporado as novas tendências arquitetônicas, mas que ainda carecia de infraestrutura urbana que atendesse às exigências do período moderno.

Junto com o novo estilo arquitetônico, surgiram propostas políticas que visavam transformar o espaço urbano do município. Essas propostas partiram do entendimento de que era necessário modificar a paisagem rural da cidade dando características mais modernas.

Os projetos tiveram apoio da elite social viçosense, que era composta, em sua maioria, por políticos, empresários, produtores de café, comerciantes e religiosos. O grupo

---

<sup>104</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Ibidem*. p. 12.

<sup>105</sup> ARRUDA, Rogério Pereira. *Álbum de Belo Horizonte: signo da construção simbólica de uma cidade no início do século XX*. UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2000, p. 57.

<sup>106</sup> O jornal **A Cidade de Viçosa** foi um periódico que circulou na região entre os anos de 1892 à 1928. A circulação normalmente era aos domingos e divulgava as diretrizes do Partido Republicano Mineiro (PRM). Seu fundador foi o deputado federal e senador da República (1886-1904) Carlos Vaz de Mello. COSTA, Aline Rosane; AZEVEDO; Denilson Santos. **História serial e as recorrências temáticas no jornal “A cidade Viçosa” (1892-1928)**. UFV, PROBIC – FAPEMIG. p. 02.

influenciado pelos paradigmas de modernidade aderiu as propostas de reformar o espaço urbano sob o desejo de seguir as cidades de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro<sup>107</sup>.

As primeiras intervenções aconteceram em dois perfis – arquitetônico e urbano. No conjunto arquitetônico foram tomadas medidas para solucionar a estética da cidade, incorporando o ecletismo como modelo construtivo das edificações, substituindo as de tipologia colonial. No traçado urbano foram abertas novas ruas e outras alargadas com objetivo de adequar as novas tendências dos meios de transportes, como a passagem dos trilhos da ferrovia e a chegada dos novos veículos motores, que substituiriam os carros de tração animal. Dessa forma, a cidade tentava criar ares mais modernos que iam modificando valores culturais e os costumes da população até então estabelecidos.

De posse dessas informações, resolvemos fazer uma análise visual sobre o perfil edificado da cidade do período das reformas urbanas. Percebemos que algumas casas ainda apresentam características estilísticas do ecletismo apenas nas fachadas, deixando o restante do imóvel no sistema tradicional edificado. Certamente, essas intervenções pontuais estabeleceram uma medida emergencial em acelerar o processo de modernização da cidade. Tal justificativa pode ser exemplificada nas duas construções a seguir (**Figura 6 e 7**), situadas na Rua Benjamin Araújo, antiga “Rua do Comércio” de Viçosa; as casas possuem fachadas do estilo eclético, porém, no restante do corpo construtivo, há elementos e técnicas presentes do estilo tradicional.

**Figura 6 - Casa nº 85 na Rua Benjamin Araújo Viçosa (MG).**



**Fonte: Ronaldo Martins, 2019.**

**Figura 7 - Casa nº 87 na Rua Benjamin Araújo Viçosa (MG).**



**Fonte: Ronaldo Martins, 2019.**

<sup>107</sup> RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. **A formação do espaço construído: cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG.** Rio de Janeiro, UFRJ/PROURB, 1997. p. 101..

Essa análise permite constatar que, inicialmente, o plano de modernizar Viçosa teve um caráter emergencial e procurou resolver a estética da cidade por meio da substituição da tipologia das fachadas do seu núcleo central, para que depois fossem realizadas ações interventivas no tecido viário, evento que demandaria mais tempo.

Notamos assim, um processo imediatista, como o ocorrido na cidade de Ouro Preto (MG), em 1892, quando a antiga capital mineira passou por uma tentativa de modernização do seu espaço urbanizado com intuito de assegurar seu título de sede do estado. As intervenções ocorreram principalmente nas fachadas de algumas casas, às quais foram atribuídas a nova arquitetura eclética, mantendo os demais sistemas construtivos e estruturais no estilo tradicional<sup>108</sup>.

Retornando à análise sobre Viçosa, as vias abertas tiveram maiores escalas com arborização na parte central, imitando as Avenidas Afonso Penna, em Belo Horizonte, e Avenida Central, no Rio de Janeiro<sup>109</sup>. As avenidas Bueno Brandão e Santa Rita de Cássia foram as que receberam as principais intervenções urbanísticas, uma vez que foram criadas com o propósito de exemplificar a modernização da cidade. Criamos, então, um mapa, (**Mapa 2**), que visa delimitar o perímetro no qual as edificações ecléticas estão concentradas e onde foram realizadas algumas das intervenções urbanísticas de âmbito viário.

---

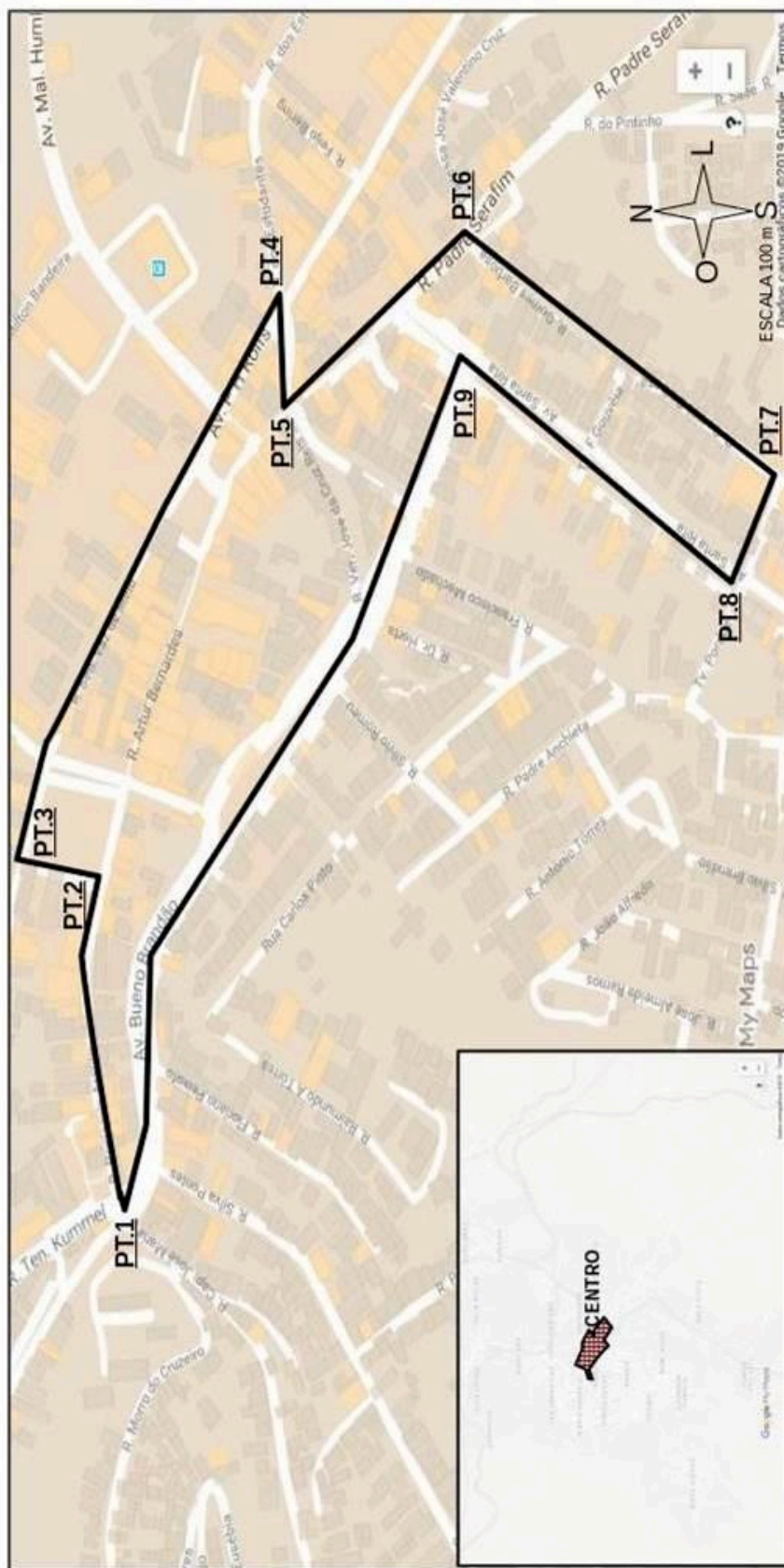
<sup>108</sup> MARTINS, Ronaldo de Carvalho. **O ecletismo em Ouro Preto**. Instituto Federal de Minas Gerais, Campus – Ouro Preto, Ouro Preto, 2014.

<sup>109</sup> MARTINS, Walkíria Maria de Freitas. **A pena e o compasso: políticas públicas patrimoniais e a produção da paisagem urbana de Viçosa – MG, entre 1980 e 2010**. DHI/UFV, 2016, p. 16.



Universidade Federal de Viçosa  
Pós-Graduação Stricto Sensu  
Mestrado Profissional em  
Patrimônio Cultural, Paisagens  
e Cidadania

## MAPA DESCRITIVO DO PERÍMETRO ESTUDADO



### DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO DE ESTUDO

O perímetro de estudo que visa mapear as edificações ecléticas da Zona Central (ZN) de Viçosa inicia-se no ponto **PT.1** (Praça Emílio Jardim). Do ponto **PT.1** segue pela Rua Benjamin Araújo até o ponto **PT.2** (Praça Silvano Brandão). Deste ponto segue até o ponto **PT.3** na esquina com a Rua Virgílio Val passando pela Rua Senador Vaz de Melo até o ponto **PT.4** (início da Avenida P. H. Rolfs). Do ponto **PT.4** segue pela Rua TV César Santana até o ponto **PT.5** (Rua Padre Serafim). A partir do início desta rua segue até o ponto **PT.6** (entrocamento com a Rua Gomes Barbosa). Deste ponto segue o ponto **PT.7** (esquina com a Travessa Luís Megale) e chega até o ponto **PT.8** (Avenida Santa Rita). Seguindo a avenida toda até o ponto **PT.9** (alinhamento com a Avenida Bueno Brandão). A partir deste ponto segue por toda extensão até o início do trajeto **PT.1**.

Após a análise feita por trabalho de campo, constatamos que a região considerada como *locus* primário de ocupação do município possui um conjunto edificado que, atualmente, não corresponde às construções que foram erguidas nos séculos XVIII, XIX e início do XX. Todas as edificações desses períodos foram substituídas por outras de variados estilos e tamanhos, que no entendimento de Regiane Leite são chamados de “sistemas autoconstruídos”<sup>110</sup>. Segundo a autora, significa que são edificações construídas ou alteradas, seguindo as concepções de seus moradores, sendo muitas idealizadas sem respaldo técnico ou estilístico.

Percorrendo o trajeto pela Rua dos Passos, fizemos outra observação. A via pública manteve seus aspectos formais desde os primórdios de ocupação do município, com a testada das casas alinhadas aos limites das ruas. O motivo dessa preservação pode ser explicado pelo fato da área dispor de um terreno mais acidentado que o do centro da cidade, acima do Ribeirão São Bartolomeu, impedindo que obras de infraestrutura fossem realizadas nas suas imediações.

Segundo Goulart Reis, as ruas das cidades mineiras no século XVIII não possuíam calçamentos, nem passeios e, muito menos, apresentavam um trânsito intenso. Nesse período, as vias eram definidas por cercas de madeira e a união entre uma fachada e outra era o que marcava seu limite. Essa aproximação da edificação com a via pública acentuava a ausência do verde dos jardins domésticos na fachada frontal, existindo apenas pomares nos fundos dos terrenos<sup>111</sup>.

Ainda conforme Reis Filho,

A uniformidade dos terrenos correspondia à uniformidade dos partidos arquitetônicos: as casas eram construídas de modo uniforme e, em certos casos, tal padronização era fixada nas Cartas Régias ou em posturas municipais. Dimensões e números de aberturas, altura dos pavimentos e alinhamentos com as edificações vizinhas foram exigências correntes do século XVIII. Revelam uma preocupação de caráter formal cuja finalidade era garantir as cidades e vilas brasileiras com aparências portuguesas<sup>112</sup>.

Traçar novas ruas e avenidas e/ou revitalizar as existentes eram algumas das tarefas dos planos de modernização das cidades brasileiras do início do século XX. Enquanto as vias do período colonial desenvolviam-se de forma quase que espontânea, deixando ao gosto dos

---

<sup>110</sup> LEITE, Regiane Valentim. **Paisagens autoconstruídas: o papel da assistência técnica habitacional na produção do espaço no bairro Nova Viçosa, Viçosa (MG)**. PPG-DAU, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2017.

<sup>111</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo, Perspectiva, 2011, 11ª Ed, 2006, p. 23-24.

<sup>112</sup> Idem. p. 24.

proprietários a maneira que seriam construídas suas moradias, no período das grandes reformas urbanas, as engenharias dos espaços eram respaldadas nas questões técnico-sanitárias, ou seja, com exigência de abastecimento de água, habitações modernas, ruas largas e bem definidas, favorecendo a circulação de pessoas e mercadorias.

Na ausência de edificações do estilo eclético nessa área de Viçosa, voltamos nosso olhar para outras áreas: Praça Silviano Brandão, Rua Virgílio Val, Rua Presidente Tancredo Neves, Rua Benjamim Araújo, Rua Arthur Bernardes, Praça do Rosário, Rua Senador Vaz de Melo, Rua Padre Serafim, o entorno da Estação Ferroviária, Rua Gomes Barbosa e as avenidas Bueno Brandão e Santa Rita. Nessas regiões foi possível identificar quais foram as intervenções urbanísticas e arquitetônicas que a cidade sofreu no início do século passado e como se formou o conjunto de casas ecléticas em seu meio.

Iniciamos nossos trabalhos pela Praça Silviano Brandão que constituiu, ao longo dos tempos, inúmeras narrativas históricas acerca dos variados acontecimentos religiosos e civis. Desde seu surgimento, seu logradouro foi configurado seguindo um ordenamento greco-romano<sup>113</sup> e sempre funcionou como um núcleo social para os moradores e autoridades.

A forma espacial e a localização da praça foi o que determinou o desenho urbano de várias ruas do seu entorno. Sua integração entre morfologia, estética e apropriação permite compreender que esse espaço incorpora as principais memórias da historiografia urbana da cidade.

A posição espacial da igreja dedicada a Santa Rita de Cássia, situada na extremidade central da praça, exemplifica a soberania que os edifícios religiosos exerciam sobre as vilas e as cidades brasileiras, desde o período colonial. Esse tipo de locação urbana é uma forma de conduzir o cidadão a pertencer à vida pública, porém de forma monitorada. Ainda assim, podemos ver, em muitas cidades brasileiras, que é a ordem religiosa que delimita os cultos, as reuniões públicas e promovem as festividades de acordo com os seus interesses.

O conjunto de casas que circunda a Praça Silviano Brandão mantém parte das características do estilo eclético do início do século XX, porém, muitas edificações foram destruídas e substituídas por prédios ou casas de estilo mais contemporâneo.

---

<sup>113</sup> “Na antiguidade grego-romana, a praça era o espaço público de maior importância da cidade e funcionava como seu centro vital. Materializava na figura da *Ágora* ou do *Fórum*, a praça, com seu conjunto arquitetônico, desempenhava um papel crucial: era o *locus publicci* da vida cidadina. Era nesse espaço que o conceito de *civitas* se fazia presente”. Tanto era a importância desse território, que o arquiteto Marcus Vitruvius destaca o espaço como uso coletivo na formação das cidades, e a criação da praça era crucial para a existência dos principais edifícios institucionais.

CALDEIRA, Junia Marques. **A praça brasileira: trajetória de espaço urbano – origem e modernidade**. IFCH, UEC, Campinas, São Paulo. 2007, p.03.

Uma das formas de identificar as características tipológicas das edificações ecléticas é analisar a forma habitacional. De acordo com Goulart Reis, as casas do início do século XX tinham entradas laterais que, em geral, estavam associadas a um jardim<sup>114</sup>.

Um fato curioso, analisado através de fotografias é de que essas edificações não compõem o conjunto de casas originais do período de fundação de Viçosa. Havia, nessa localidade, casas do estilo colonial que foram substituídas pelas de tipologia eclética no início do século XX. Certamente a casa que mais expressa a tipologia eclética própria do período moderno de Viçosa é a residência do ex-presidente do Brasil Arthur da Silva Bernardes. Imóvel que incorpora as principais características da planta arquitetônica, de implantação, composições simétricas nas fachadas, de composição, de proporção, de decoração e de ornamentação<sup>115</sup>.

Por expressar grande voluptuosidade arquitetônica, escolhemos o imóvel como nosso primeiro objeto de estudo. A justificativa para essa escolha é dada pela expressividade estilística e histórica que a casa mantém até os dias de hoje, tornando-se símbolo do patrimônio cultural de Viçosa. Atualmente, a casa funciona como museu dedicado à vida e à memória do ex-presidente e seu conjunto faz parte dos bens tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA)<sup>116</sup>. A data do início de sua construção, segundo os registros do próprio Instituto, é de 1922, sendo finalizada em 1926, e ficou sob responsabilidade do engenheiro João Carlos Bello Lisboa.

No imóvel escolhido, o ecletismo expressa toda a técnica construtiva e decorativa, segundo as características do movimento eclético. O edifício eclético expressa a situação econômica, política e social do habitante, ou seja, aborda a vivência pela qual estavam inseridos os ocupantes no momento exato de sua execução<sup>117</sup>.

---

<sup>114</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo, Perspectiva, 2011, 11ª Ed, 2006, p. 171.

<sup>115</sup> ROCHA-PEIXOTO, INEPAC. **Um perfil dos 25 anos de Preservação do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro**. Arquitetura Revista. Ed. FAU/UFRJ, Rio de Janeiro, v.8,1990, p.8-23.

<sup>116</sup> O tombamento estadual da Casa Arthur Bernardes, no município de Viçosa, foi aprovado pelo Decreto Estadual n.º 29.399, de 21 de abril de 1989, sendo então determinada sua inscrição no Livro de Tombo n.º II, do tomo de Belas Artes e no Livro de Tombo n.º III, do tomo Histórico, das obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos.

Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-prottegido/bens-tombados/details/1/49/bens-tombados-casa-arthur-bernardes>. Acesso em: 14 nov. 2018.

<sup>117</sup> REIS FILHO, Nestou Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. Ed. Perspectiva. 10ª ed. São Paulo, 2002.

**Tabela 1 – Características construtivas da casa Arthur Bernardes.**

<b>CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS DA EDIFICAÇÃO CASA ARTHUR BERNARDES</b>	
<b>LOCAL</b>	<b>MATERIAIS, USOS E FUNÇÕES</b>
Implantação	Implantada no centro do terreno.
Elementos estruturais	Prevalência do ferro fundido, vidros e tijolos cozidos.
Telhados	Uso da platibanda, presença de elementos decorativos em ferro forjado e argamassa, torreão (abóboda) coberta por metal, telha tipo “Marselha”.
Paredes	Alvenaria com tijolos cozidos e argamassa revestida com cal.
Disposição dos cômodos	Abandono das alcovas e uso de cômodos separados e independentes, alguns revestidos com azulejos, presença de salas, cozinha e banheiro no interior da edificação, corredores levando aos cômodos dos fundos.
Pisos	Inserção dos ladrilhos hidráulicos e de cerâmicas
Pé direito alto	Presença de aberturas na parte superior do pé-direito, janelas altas bipartidas em duas folhas externas com avanços de beirais e uso de varanda.
Acesso	Entrada pela fachada lateral feita por escada, com degraus largos e em pedra.
Fachada	Fachada principal voltada para a rua e a lateral esquerda e a dos fundos voltados para o jardim, com perfeitos traços geométricos.

**Fonte: Próprio autor.**

As fichas a seguir (**Fichas A1 e A2**) mostram os detalhes construtivos e elementares que compõem a edificação eclética em estudo.



## INVENTÁRIO DAS EDIFICAÇÕES ECLÉTICAS

Ficha individual

Casa Arthur Bernardes - Viçosa/MG

CADASTRO BÁSICO			UFV
ESTRUTURAS ARQUITETÔNICAS E URBANÍSTICAS			
INSTITUIÇÃO	Universidade Federal de Viçosa	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Departamento de História
PROGRAMA	Pós-graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania		
TÍTULO	O Ecletismo em Viçosa: o “embelezamento” da paisagem urbana segundo a arquitetura eclética		
RESPONSÁVEL	Ronaldo de Carvalho Martins – e-mail: <a href="mailto:ronop18@hotmail.com">ronop18@hotmail.com</a> – contato: (31)99646-1723		

## DADOS CADASTRAIS

01 - MUNICÍPIO/DISTRITO	Viçosa/ Sede		
02 - NÚMERO TOMBO:	Decreto Estadual nº 29.399 de 21/04/89		
03 - DENOMINAÇÃO	04 - UF:	05 - N°:	06 - CÓDIGO DE CADASTRO:
Casa Arthur Bernardes	MG	69	
07 - ENDEREÇO:	Praça Silviano Brandão 69, Centro		08 - ANO CONSTRUÇÃO:
			1922-1926
09 - PROPRIETÁRIO/POSSE/CONCESSÃO ATUAL:	10 - USO ORIGINAL:	11 - USO ATUAL:	
Universidade Federal de Viçosa	Residência	Museu	

## 12 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO IMÓVEL

A construção da residência iniciou-se em 1922, porém, devido a escassez de materiais e mãos-de-obra qualificada só foi concluída em 1926. O responsável pela obra foi o engenheiro João Carlos Bello Lisboa, ex-diretor da antiga Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), e construtor da residência do primeiro diretor da instituição, o norte-americano Peter H. Rolf, prédio que atualmente abriga a Reitoria da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Sua localização dá destaque ao edifício, uma vez que este se encontra na praça principal da cidade, próximo à matriz. Está implantada no alinhamento da via e com afastamento laterais. Desenvolve-se em dois pavimentos e um porão alto. O acesso principal para entrar no imóvel é feito pela lateral direita e chama atenção a presença de uma escada encurvada que liga ao segundo pavimento. No segundo pavimento há um alpendre cercado por uma balaustrada que serve de guarda-corpo da varanda.

Texto extraído do Guia de Bens Tombados Volume 2 do IEPHA/MG.

13 - NÍVEL DE PRESERVAÇÃO:	EXTERNO: <input checked="" type="checkbox"/> original <input type="checkbox"/> modificado <input type="checkbox"/> totalmente alterado/substituído INTERNO: <input checked="" type="checkbox"/> original <input type="checkbox"/> modificado <input type="checkbox"/> totalmente alterado/substituído		
14 - ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO:	EXTERNO: <input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Ruínas INTERNO: <input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Ruínas		
15 - CARACTERIZAÇÃO DO BEM:	<b>ESTRUTURAS E MATERIAIS:</b>		
Cobertura	<input checked="" type="checkbox"/> Cerâmica <input checked="" type="checkbox"/> Madeira <input checked="" type="checkbox"/> Metálico <input type="checkbox"/> Vidro	<input type="checkbox"/> Outro:	
Paredes	<input type="checkbox"/> madeira <input checked="" type="checkbox"/> Alvenaria portante <input type="checkbox"/> Pedra <input type="checkbox"/> Metálico <input type="checkbox"/> Concreto armado	<input type="checkbox"/> Outro:	
Esquadrias, vedação, janelas e portas	<input checked="" type="checkbox"/> madeira <input type="checkbox"/> Alvenaria portante <input checked="" type="checkbox"/> Vidro <input type="checkbox"/> Metálico <input type="checkbox"/> Concreto armado	<input type="checkbox"/> Outro:	
Piso	<input checked="" type="checkbox"/> madeira <input checked="" type="checkbox"/> Cerâmico <input type="checkbox"/> Pedra/rocha <input type="checkbox"/> Metálico <input checked="" type="checkbox"/> Concreto	<input type="checkbox"/> Outro:	
Componente estrutural externo:	<input type="checkbox"/> madeira <input type="checkbox"/> Alvenaria <input type="checkbox"/> Pedra/rocha <input type="checkbox"/> Metálico <input checked="" type="checkbox"/> Concreto armado	<input type="checkbox"/> Outro:	
Componente estrutural interno:	<input checked="" type="checkbox"/> madeira <input checked="" type="checkbox"/> Alvenaria <input type="checkbox"/> Pedra/rocha <input type="checkbox"/> Metálico <input checked="" type="checkbox"/> Concreto armado	<input type="checkbox"/> Outro:	
16 - INTEGRANTE DO CONJUNTO TOMBADO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	17 - NÍVEL DE PROTEÇÃO:	<input type="checkbox"/> Municipal <input checked="" type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Federal
18 - POSSUI BENS MÓVEIS INTEGRADOS?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Qual(is)? Objetos do antigo morador.	
19 - O IMÓVEL JÁ FOI RESTAURADO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Data:	Quantidade: Responsável técnico:
		'1996	
20 - DESCRIÇÃO DO ENTORNO DO IMÓVEL:	O imóvel está localizado na praça principal da cidade, denominada Silviano Brandão. A área se destaca por ser uma região de prédios e casas de uso residencial e comercial. A edificação possui afastamento em todas as fachadas e seu terreno ligando dois quarteirões.		
21 - EXISTE INERESSE NA PRESERVAÇÃO PELO PROPRIETÁRIO:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Porque?	N° FICHA: A/1
22 - QUE TIPO DE USO?	<input type="checkbox"/> Residência <input type="checkbox"/> Comércio <input type="checkbox"/> Administrativo <input type="checkbox"/> Armazenamento <input checked="" type="checkbox"/> Outro		



## INVENTÁRIO DAS EDIFICAÇÕES ECLÉTICAS

Ficha individual

Casa Arthur Bernardes - Viçosa/MG

CADASTRO BÁSICO			UFV
ESTRUTURAS ARQUITETÔNICAS E URBANÍSTICAS			
<b>INSTITUIÇÃO</b>	Universidade Federal de Viçosa	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Departamento de História
<b>PROGRAMA</b>	Pós-graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania		
<b>TRABALHO</b>	O Eclétismo em Viçosa: o "embelezamento" da paisagem urbana segundo a arquitetura eclética		
<b>RESPONSÁVEL</b>	Ronaldo de Carvalho Martins – e-mail: <a href="mailto:ronop18@hotmail.com">ronop18@hotmail.com</a> – contato: (31)99646-1723		

### ANÁLISE DAS TÉCNICAS CONSTRUTIVAS, ESTRUTURAIS, MATERIAIS E ACABAMENTOS

23 - DESCRIÇÃO DA TÉCNICA	24 - FOTO/ILUSTRAÇÕES	
<p><b>Alvenaria:</b> O edifício mantém as características originais principalmente da alvenaria composta por materiais autoportante, como os tijolos cerâmicos que estão unidos entre si com argamassa. A argamassa também faz parte dos elementos decorativos da fachada e da balaustrada.</p>		
<p><b>Revestimento:</b> Parte do revestimento já foi substituído devido a ação do tempo e de intempéries.</p>		
<p><b>Piso:</b> Nas áreas externas do andar térreo, alguns cômodos são revestidos de piso cerâmico e outros de ladrilhos hidráulicos. Nas áreas internas a maioria é de madeira nas salas e quartos e ladrilhos nos banheiros e cozinhas, em sua maioria originais.</p>		
<p><b>Cobertura:</b> A estrutura interna do telhado é de madeira e a externa é revestida por telhas cerâmicas do estilo "Marselha" que estão escondidas por uma platibanda que finaliza a fachada da edificação.</p>		
<p><b>Esquadrias:</b> As janelas e as portas são executadas de madeira e está presente em todos os cômodos da casa. Todas possuem vidros que ajudam na iluminação interna e materiais metálicos nas maçanetas e os trincos.</p>		
FICHA TÉCNICA		
<b>25 - FOTOS:</b> Ronaldo Martins / Mauricio Vieira	<b>26 - DATA:</b> 2017-2019	<b>Nº FICHA:</b>  A/2
<b>27 - RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b> Ronaldo Martins	<b>28 - ORIENTADOR:</b> Patrícia V. L. De Araújo	

Seguimos nossa pesquisa, analisando as edificações da Avenida Bueno Brandão que, segundo informações da prefeitura, começaram a ser projetadas em 1914, com a intenção de liberar o trânsito das proximidades de onde seria construída a estação ferroviária do centro da cidade.

Os proprietários dos lotes dessa avenida receberam recomendações, como consta na resolução nº 345, de 17 de janeiro de 1914, para construírem suas casas seguindo as características do ecletismo, visto nas casas dos bairros da Glória e de São Cristóvão do Rio de Janeiro, ou até mesmo do conjunto edificado da Praça da Estação de Belo Horizonte. Segundo essa resolução, as edificações deveriam conter platibandas nas fachadas e não poderiam ter menos que dezoito palmos<sup>118</sup> de pé-direito.

Essas casas construídas próximas à estação ferroviária tinham como objetivo criar um padrão arquitetônico e urbanístico único e, ao mesmo tempo, organizar o espaço, dividindo a população de acordo com suas rendas financeiras<sup>119</sup>. Nesse período, Viçosa destacava-se economicamente, devido à expansão da produção de café na região, e o centro da cidade passou a ser habitado por uma classe social com maior poder aquisitivo. Nesse propósito, as casas dessa região, necessariamente, deveriam ser modernas e ocupadas pela elite burguesa.

A casa, em estudo, edifício Cora Bolívar, tem sua localização na Avenida Bueno Brandão, nº 254, centro de Viçosa e foi tombada pela PMV, pelo Decreto nº 4057/2006, de 30 de agosto de 2006. A edificação foi construída em 1917 e foi moradia da poetisa Cora Bolívar e de seu marido, Dr. Sebastião Ferreira da Silva, médico residente de Viçosa. Desde 2001, a casa sofreu tentativas de demolições para que fosse construído, no seu lugar, um prédio respaldado nas delimitações do Plano Diretor de Viçosa (PDV). Segundo a autora, com a permissão do Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural de Viçosa (CMPCV) e possibilitado, a partir do instrumento de Transferência do Potencial Construtivo (TPC), posto dentro do PDV, foi liberada a construção de um prédio acoplado ao corpo principal da “Casa de Dona Cora”, com intuito de “preservar a memória da cidade”<sup>120</sup>.

---

<sup>118</sup> Palmo - Distância entre a ponta do polegar e a do dedo mínimo, bem afastado um do outro (de 22 a 24 cm). Disponível em: <https://www.ebah.com.br/content/ABAAAHHh0AC/apostila-metrologia>. Acesso em: 28 out. 2019.

<sup>119</sup> RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. *Ibidem*. p. 111.

<sup>120</sup> Walkiria. *Op. Cit.* p. 211.



## INVENTÁRIO DAS EDIFICAÇÕES ECLÉTICAS

Ficha individual

Casa Dona Cora Bolivar - Viçosa/MG

CADASTRO BÁSICO			UFV
ESTRUTURAS ARQUITETÔNICAS E URBANÍSTICAS			
<b>INSTITUIÇÃO</b>	Universidade Federal de Viçosa	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Departamento de História
<b>PROGRAMA</b>	Pós-graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania		
<b>TÍTULO</b>	O Eclétismo em Viçosa: o "embelezamento" da paisagem urbana segundo a arquitetura eclética		
<b>RESPONSÁVEL</b>	Ronaldo de Carvalho Martins – e-mail: <a href="mailto:ronop18@hotmail.com">ronop18@hotmail.com</a> – contato: (31)99646-1723		

### DADOS CADASTRAIS

<b>01- MUNICÍPIO/DISTRITO</b> Viçosa/ Sede	<b>02 - NÚMERO TOMBO:</b> Decreto Municipal nº 4057/2006 – 30/08/2006		
<b>03 – DENOMINAÇÃO</b> Casa Cora Bolivar	<b>04 - UF:</b> MG	<b>05 - Nº:</b> 254	<b>06 – CÓDIGO DE CADASTRO:</b>
<b>07 – ENDEREÇO:</b> Avenida Bueno Brandão 254, Centro			<b>08 - ANO CONSTRUÇÃO:</b> 1917
<b>09 – PROPRIETÁRIO/POSSE/CONCESSÃO ATUAL:</b> Construtora A3 empreendimentos		<b>10 – USO ORIGINAL:</b> Residência	<b>11 – USO ATUAL:</b> Edifício residencial

### 12 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO IMÓVEL

A edificação foi construída em 1917 e foi residência da poetisa Cora Bolivar e de seu marido o médico Dr. Sebastião Ferreira da Silva. O imóvel foi tombado pelo município de Viçosa contemplando apenas a fachada e parte da sua volumetria construtiva. A ação foi um resultado de reconhecimento sobre o valor histórico e artístico do imóvel e da memória dos seus antigos moradores. A edificação é uma referência arquitetônica da época moderna que o município atravessou no início do século XX, e hoje, sua construção faz parte dos bens tombados pelo município como símbolo do conjunto urbano-cultural, significativo à comunidade local.

<b>13 – NÍVEL DE PRESERVAÇÃO:</b>	EXTERNO: <input checked="" type="checkbox"/> original <input type="checkbox"/> modificado <input type="checkbox"/> totalmente alterado/substituído INTERNO: <input type="checkbox"/> original <input checked="" type="checkbox"/> modificado <input type="checkbox"/> totalmente alterado/substituído		
<b>14 – ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO:</b>	EXTERNO: <input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Ruínas INTERNO: <input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Ruínas		
<b>15 – CARACTERIZAÇÃO DO BEM:</b>	<b>ESTRUTURAS E MATERIAIS:</b>		
Cobertura	<input checked="" type="checkbox"/> Cerâmica <input checked="" type="checkbox"/> Madeira <input checked="" type="checkbox"/> Metálico <input type="checkbox"/> Vidro	<input type="checkbox"/> Outro:	
Paredes	<input type="checkbox"/> madeira <input checked="" type="checkbox"/> Alvenaria portante <input type="checkbox"/> Pedra <input type="checkbox"/> Metálico <input type="checkbox"/> Concreto armado	<input type="checkbox"/> Outro:	
Esquadrias, vedação, janelas e portas	<input checked="" type="checkbox"/> madeira <input type="checkbox"/> Alvenaria portante <input checked="" type="checkbox"/> Vidro <input type="checkbox"/> Metálico <input type="checkbox"/> Concreto armado	<input type="checkbox"/> Outro:	
Piso	<input checked="" type="checkbox"/> madeira <input checked="" type="checkbox"/> Cerâmico <input type="checkbox"/> Pedra/rocha <input type="checkbox"/> Metálico <input checked="" type="checkbox"/> Concreto	<input type="checkbox"/> Outro:	
Componente estrutural externo:	<input type="checkbox"/> madeira <input checked="" type="checkbox"/> Alvenaria <input type="checkbox"/> Pedra/rocha <input type="checkbox"/> Metálico <input type="checkbox"/> Concreto armado	<input type="checkbox"/> Outro:	
Componente estrutural interno:	<input checked="" type="checkbox"/> madeira <input checked="" type="checkbox"/> Alvenaria <input type="checkbox"/> Pedra/rocha <input type="checkbox"/> Metálico <input checked="" type="checkbox"/> Concreto armado	<input type="checkbox"/> Outro:	
<b>16 – INTEGRANTE DO CONJUNTO TOMBADO?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<b>17 - NÍVEL DE PROTEÇÃO:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Federal
<b>18 – POSSUI BENS MÓVEIS INTEGRADOS?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Qual(is)? Pinturas murais na entrada lateral esquerda.	
<b>19 – O IMÓVEL JÁ FOI RESTAURADO?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Data: 2006	Quantidade: Responsável técnico:
<b>20 – DESCRIÇÃO DO ENTORNO DO IMÓVEL:</b> O imóvel está localizado no centro da cidade e compõe a paisagem cercada por prédios e casas de uso comercial e residencial.			
<b>21 – EXISTE INERESSE NA PRESERVAÇÃO PELO PROPRIETÁRIO:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Porque?	Nº FICHA: B/1
<b>22 - QUE TIPO DE USO?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Residência <input type="checkbox"/> Comércio <input checked="" type="checkbox"/> Administrativo <input type="checkbox"/> Armazenamento <input type="checkbox"/> Outro		



## INVENTÁRIO DAS EDIFICAÇÕES ECLÉTICAS

Ficha individual

Casa Cora Bolivar - Viçosa/MG

CADASTRO BÁSICO			UFV
ESTRUTURAS ARQUITETÔNICAS E URBANÍSTICAS			
<b>INSTITUIÇÃO</b>	Universidade Federal de Viçosa	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Departamento de História
<b>PROGRAMA</b>	Pós-graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania		
<b>TRABALHO</b>	O Eclétismo em Viçosa: o “embelezamento” da paisagem urbana segundo a arquitetura eclética		
<b>RESPONSÁVEL</b>	Ronaldo de Carvalho Martins – e-mail: <a href="mailto:ronop18@hotmail.com">ronop18@hotmail.com</a> – contato: (31)99646-1723		

### ANÁLISE DAS TÉCNICAS CONSTRUTIVAS, ESTRUTURAIS, MATERIAIS E ACABAMENTOS

23 - DESCRIÇÃO DA TÉCNICA	24 - FOTO/ILUSTRAÇÕES	
<p><b>Alvenaria:</b> O edifício mantém somente a alvenaria da fachada como original. Na parte interna houveram intervenções que substituíram praticamente todos os materiais originais. Sua composição é em sua maioria, feita de produtos contemporâneos como os tijolos.</p>		
<p><b>Revestimento:</b> O revestimento de alguns cômodos é feito de argamassa de cimento, areia e cal. Em outros cômodos como as áreas do banheiro possuem revestimentos cerâmicos. Na entrada do imóvel há pinturas murais espalhadas em duas paredes. Na parte interna, as pinturas compõem o arremate das paredes.</p>		
<p><b>Piso:</b> No pátio externo possui ladrilhos feitos de argamassa de cimento e de material cerâmico na varanda. Nos cômodos internos possui pisos de madeira nas áreas de convívio social e de ladrilhos cerâmicos que imitam os originais nos banheiros.</p>		
<p><b>Cobertura:</b> O telhado foi totalmente alterado e sua estrutura é de laje arrematado com telhado com telhas cerâmicas.</p>		
<p><b>Esquadrias:</b> Material feito de madeiras em todos os cômodos de todos os pavimentos. Possui também alguns detalhes em ferro e vidro.</p>		
FICHA TÉCNICA		
<p><b>25 - FOTOS:</b> Ronaldo Martins / Mauricio Vieira</p>	<p><b>26 - DATA:</b> 2017-2019</p>	<p><b>Nº FICHA:</b> B/2</p>

Outra via planejada para ser um dos símbolos da modernidade de Viçosa do início do século XX, a Avenida Santa Rita, foi construída para ligar a região central até a Fazenda da Conceição, hoje conhecida como Rua da Conceição. Sua abertura foi justificada pelo processo de expansão territorial que as autoridades introduziram na cidade através dos projetos de modernização. Seu desenho seguia formas amplas e retilíneas, inspirado nas referências técnicas da Avenida Central do Rio de Janeiro.

Considerando o conceito prévio de modernidade como aquilo que nega o anterior, aquilo que vem para substituir o que já existia, é possível dizer que a ideia de construção da avenida não seguiu bem esse caminho, pois não seria necessário destruir nada. De acordo com a Resolução nº 127, de 21 de setembro de 1900, e da Resolução nº 264 de 22, de setembro de 1908, o lugar denominado “Pasto do Barros” nada mais era que um grande terreno de várzea ocupado por uma única família<sup>121</sup>.

Selecionamos dessa avenida o imóvel nº 337 (**Ficha C/1 e C/2**) onde funcionou a cadeia pública da cidade, que desde 1962 abriga a Escola Municipal Ministro Edmundo Lins. O prédio foi tombado pelo município pelo Decreto nº 3438/99 e, desde sua construção, segundo fontes da prefeitura, o edifício já passou por três grandes reformas: a primeira, na década de 1970, consistiu em reparos e manutenção da sua estrutura física; a segunda, em 1997, foi de ampliação e adaptação do seu espaço para atender às demandas institucionais; a terceira, em 2015, foi de adaptação para que fosse construída uma quadra poliesportiva. Em janeiro de 2016, o Departamento de Cultura e Patrimônio da Prefeitura utilizou dinheiro arrecadado de recursos do ICMS Patrimonial para que fossem realizadas obras de restauração na fachada principal do edifício.

---

<sup>121</sup> Ibidem. RIBEIRO FILHO, 1997. p. 102.



**INVENTÁRIO DAS EDIFICAÇÕES ECLÉTICAS**  
**Ficha individual**  
**Escola Municipal Ministro Edmundo Lins - Viçosa/MG**

CADASTRO BÁSICO			UFV
ESTRUTURAS ARQUITETÔNICAS E URBANÍSTICAS			
<b>INSTITUIÇÃO</b>	Universidade Federal de Viçosa	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Departamento de História
<b>PROGRAMA</b>	Pós-graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania		
<b>TÍTULO</b>	O Eclétismo em Viçosa: o “embelezamento” da paisagem urbana segundo a arquitetura eclética		
<b>RESPONSÁVEL</b>	Ronaldo de Carvalho Martins – e-mail: <a href="mailto:ronop18@hotmail.com">ronop18@hotmail.com</a> – contato: (31)99646-1723		

**DADOS CADASTRAIS**

<b>01 - MUNICÍPIO/DISTRITO</b> Viçosa/ Sede	<b>02 - NÚMERO TOMBO:</b> Decreto Municipal nº 3438/99 – 30/04/1999		
<b>03 – DENOMINAÇÃO</b> Escola Municipal Ministro Edmundo Lins	<b>04 - UF:</b> MG	<b>05 - Nº:</b> 337	<b>06 – CÓDIGO DE CADASTRO:</b>
<b>07 – ENDEREÇO:</b> Avenida Santa Rita, Centro	<b>08 - ANO CONSTRUÇÃO:</b> Década de 1930		<b>11 – USO ATUAL:</b> Escola
<b>09 – PROPRIETÁRIO/POSSE/CONCESSÃO ATUAL:</b> Prefeitura Municipal de Viçosa	<b>10 – USO ORIGINAL:</b> Institucional		

**12 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO IMÓVEL**

O prédio que abriga atualmente a escola municipal funcionava antigamente a cadeia pública da cidade que foi construída na década de 1930. Em 1945 o prédio começou a ser adaptado para virar escola, porém, só foi inaugurado em 1955. Consta nos registros da prefeitura, que o prédio passou por três grandes reformas ao longo dos anos: a primeira foi em 1970 que foi coordenada pelo CARRPE – Campanha de Reparo e Restauração dos Prédios Escolares do Estado. A segunda foi em 1997 coordenada pela própria prefeitura que teve como objetivo principal, ampliar o espaço interno e construir a quadra poliesportiva. A terceira foi em 2015 que teve como foco restaurar a fachada do monumento. O imóvel foi tombado pelo município em 1999 em razão do seu valor histórico-artístico e por retratar através das suas características físicas e simbólicas, os períodos de transformação urbana que o município passou durante todo o século XX.

<b>13 – NÍVEL DE PRESERVAÇÃO:</b>	EXTERNO: <input checked="" type="checkbox"/> original <input type="checkbox"/> modificado <input type="checkbox"/> totalmente alterado/substituído INTERNO: <input type="checkbox"/> original <input checked="" type="checkbox"/> modificado <input type="checkbox"/> totalmente alterado/substituído		
<b>14 – ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO:</b>	EXTERNO: <input type="checkbox"/> Bom <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Ruínas INTERNO: <input type="checkbox"/> Bom <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precário <input type="checkbox"/> Ruínas		
<b>15 – CARACTERIZAÇÃO DO BEM:</b>	<b>ESTRUTURAS E MATERIAIS:</b>		
Cobertura	<input checked="" type="checkbox"/> Cerâmica <input checked="" type="checkbox"/> Madeira <input checked="" type="checkbox"/> Metálico <input type="checkbox"/> Vidro	<input type="checkbox"/> Outro:	
Paredes	<input type="checkbox"/> madeira <input checked="" type="checkbox"/> Alvenaria portante <input type="checkbox"/> Pedra <input type="checkbox"/> Metálico <input type="checkbox"/> Concreto armado	<input type="checkbox"/> Outro:	
Esquadrias, vedação, janelas e portas	<input checked="" type="checkbox"/> madeira <input type="checkbox"/> Alvenaria portante <input checked="" type="checkbox"/> Vidro <input checked="" type="checkbox"/> Metálico <input type="checkbox"/> Concreto armado	<input type="checkbox"/> Outro:	
Piso	<input checked="" type="checkbox"/> madeira <input checked="" type="checkbox"/> Cerâmico <input type="checkbox"/> Pedra/rocha <input type="checkbox"/> Metálico <input checked="" type="checkbox"/> Concreto	<input type="checkbox"/> Outro:	
Componente estrutural externo:	<input type="checkbox"/> madeira <input checked="" type="checkbox"/> Alvenaria <input type="checkbox"/> Pedra/rocha <input type="checkbox"/> Metálico <input type="checkbox"/> Concreto armado	<input type="checkbox"/> Outro:	
Componente estrutural interno:	<input checked="" type="checkbox"/> madeira <input checked="" type="checkbox"/> Alvenaria <input type="checkbox"/> Pedra/rocha <input checked="" type="checkbox"/> Metálico <input checked="" type="checkbox"/> Concreto armado	<input type="checkbox"/> Outro:	
<b>16 – INTEGRANTE DO CONJUNTO TOMBADO?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<b>17 – NÍVEL DE PROTEÇÃO:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Federal
<b>18 – POSSUI BENS MÓVEIS INTEGRADOS?</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Qual(is)? Pinturas murais na entrada lateral esquerda.	
<b>19 – O IMÓVEL JÁ FOI RESTAURADO?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Data: 1970/1997/2015	Quantidade: 3 vezes Responsável técnico: PMV
<b>20 – DESCRIÇÃO DO ENTORNO DO IMÓVEL:</b> O imóvel está situado em uma das avenidas de maior movimento da cidade, dentro de uma área comercial e residencial.			
<b>21 – EXISTE INERESSE NA PRESERVAÇÃO PELO PROPRIETÁRIO:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Porque? Institucional	<b>Nº FICHA:</b> <b>C/1</b>
<b>22 - QUE TIPO DE USO?</b>	<input type="checkbox"/> Residência <input type="checkbox"/> Comércio <input checked="" type="checkbox"/> Administrativo <input type="checkbox"/> Armazenamento <input checked="" type="checkbox"/> Outro		



**INVENTÁRIO DAS EDIFICAÇÕES ECLÉTICAS**  
**Ficha de campo individual**  
**Escola Municipal Ministro Edmundo Lins - Viçosa/MG**

CADASTRO BÁSICO			UFV
ESTRUTURAS ARQUITETÔNICAS E URBANÍSTICAS			
<b>INSTITUIÇÃO</b>	Universidade Federal de Viçosa	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Departamento de História
<b>PROGRAMA</b>	Pós-graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania		
<b>TRABALHO</b>	O Eclétismo em Viçosa: o “embelezamento” da paisagem urbana segundo a arquitetura eclética		
<b>RESPONSÁVEL</b>	Ronaldo de Carvalho Martins – e-mail: <a href="mailto:ronop18@hotmail.com">ronop18@hotmail.com</a> – contato: (31)99646-1723		

**ANÁLISE TÉCNICAS CONSTRUTIVAS, ESTRUTURAIS, MATERIAIS E ACABAMENTOS**

23 - DESCRIÇÃO DA TÉCNICA	24 - FOTO/ILUSTRAÇÕES	
<p><b>Alvenaria:</b> O edifício mantém parte das suas características originais, porém, foi bastante alterado devido as reformas de ampliação. O corpo principal da edificação mantém sua originalidade que é feita de alvenaria autoportante com tijolos cerâmicos unidos entre si com argamassa.</p>		
<p><b>Revestimento:</b> O revestimento da edificação é de argamassa e pintura.</p>		
<p><b>Piso:</b> Nos cômodos internos, o piso é de material cerâmico e nas áreas externas é feito de chão argamassado com cimento, salvo de algumas exceções onde há revestimento de material cerâmico.</p>		
<p><b>Cobertura:</b> O telhado foi bastante alterado, e hoje seu material é um misto de madeira com metal. Já a cobertura é de material cerâmico e metálico.</p>		
<p><b>Esquadrias:</b> As portas são de madeiras, exceto o portão principal de entrada que é de ferro. As janelas são de madeira com detalhes em vidro.</p>		
FICHA TÉCNICA		
<b>25 - FOTOS:</b> Ronaldo Martins / Mauricio Vieira	<b>26 – DATA:</b> 2017-2019	<b>Nº FICHA:</b> <b>C/2</b>
<b>27 - RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b> Ronaldo Martins	<b>28 - ORIENTADOR:</b> Patricia V. L. De Araújo	

As casas ecléticas do centro da cidade de Viçosa constituem os exemplares que restam do período moderno que atingiu o município no início do século XX. Essas casas redesenham o tecido urbano que se formou após as propostas de modernização e de reformulação do espaço urbano com a chegada da escola ESAV. Nesse contexto, a cidade não transformou apenas seus lugares e objetos, transformou também o modo de vida da população e a maneira que ela enxergava o próprio espaço. As influências recebidas pelos paradigmas modernos mudaram o imaginário da sociedade local, que assumiu outras formas de comportamento social.

Atualmente, algumas casas do centro da cidade foram selecionadas como patrimônio cultural do município, mas algumas delas não tiveram a mesma sorte e acabaram sendo destruídas para dar lugar aos novos empreendimentos imobiliários. Mesmo que exista uma crescente valorização e entendimento sobre os referenciais do passado e da importância de se preservá-los, o patrimônio arquitetônico de Viçosa sofre diariamente perdas que acabam colocando em risco as informações sobre as origens de um povo e como desenvolveu sua formação cultural, seus hábitos e seus antecedentes.

Diante de tamanhos questionamentos sobre o estado de conservação dos exemplares arquitetônicos e sobre a atuação dos órgãos públicos voltados à preservação do patrimônio da cidade, fizemos esse apanhado histórico, descritivo e informativo sobre a relevância da arquitetura eclética para o cenário arquitetônico nacional e usamos Viçosa como exemplo, para que sejam conservados os objetos e a fim de manter suas dinâmicas.

Como afirma Lemos, “preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma cidade velha, preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares”<sup>122</sup>. No âmbito dessa afirmação, entendemos que a cidade é um elemento de constantes transformações, mas é necessário proporcionar a convivência harmoniosa entre o novo e o antigo. Sendo assim, o centro, onde está concentrada a maioria do patrimônio e onde ocorre as diversas dinâmicas da vida urbana, necessita de um olhar mais profundo e empático aos produtos que foram criados e que contam sobre a história local.

Portanto, após essa análise evolutiva a respeito da arquitetura eclética, discutiremos, no capítulo seguinte, a gênese do estilo eclético como patrimônio no Brasil, bem como os riscos que a forma de urbanização na cidade de Viçosa colocou e ainda coloca no conjunto edificado do município durante todo o século XX e início do XXI.

---

<sup>122</sup> LEMOS, Carlos. A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 19.

### **CAPÍTULO 3 – O PROGRESSO QUE AVANÇA E O PASSADO QUE DESMANCHA: DIÁLOGOS SOBRE TRADIÇÃO E MODERNIDADE NO MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO**

No primeiro capítulo, fizemos um traçado evolutivo sobre a urbanização de Viçosa até a década de 1930, período que marcou a chegada da ESAV e o fim das reformas urbanas municipais que remodelaram a paisagem urbana da cidade.

A partir da década de 1940, a cidade teve gradual crescimento urbano em consequência da estadualização da ESAV, que virou UREMG. Na década de 1970, não obstante a federalização da UREMG, que passou a ser UFV, o município recebeu um contingente maior de novos moradores, o que demandou o surgimento de novas moradias.

A partir desse período, a urbanização de Viçosa concentrou-se na área central do município e nas imediações da instituição de ensino, onde foram sendo construídos novos prédios, colocando em risco a preservação das casas de potencialidades históricas. Em especial, as edificações ecléticas viraram alvos da especulação imobiliária, que tomava como medida destruir as casas para que em seus lugares fossem erguidos edifícios com até quatorze pavimentos.

Pensando na melhor forma de analisar o progresso urbano com a questão que envolve a preservação das casas de interesse histórico para o município, iremos debater, neste capítulo, as possibilidades de ações que visam reduzir o impacto provocado pela ação do mercado imobiliário da cidade e como esse conjunto edificado ainda pode ser preservado de acordo com sua instância histórica e estética.

Dividimos este capítulo em três eixos temáticos: o primeiro reconstrói a trajetória e a ação do urbanismo em Viçosa a partir da segunda metade do século XX, atentando para as alterações da paisagem urbana e das casas históricas, em especial as ecléticas; o segundo diz respeito à gênese do conceito de patrimônio no Brasil, que adotou a arquitetura eclética como bem cultural nacional; o terceiro, por sua vez, objetiva entrelaçar esses dois pontos – urbanismo e preservação – bem como discutir os caminhos pelos quais os órgãos públicos e a população de Viçosa podem ser direcionados para proteger e preservar seu conjunto edificado de valor histórico.

### **3.1 Construir e preservar: as facetas da produção espacial de Viçosa a partir da segunda metade do século XX**

As quatro primeiras décadas do século XX em Viçosa podem ser consideradas um dos momentos mais vertiginosos em relação ao processo de urbanização do município. A chegada dos novos meios de transportes, a visibilidade política e econômica, a construção da universidade e os movimentos de reformas urbanas trouxeram novas dinâmicas para a cidade, que alteraram sua paisagem cultural.

O decreto de Lei nº 761, de 6 de setembro de 1920<sup>123</sup>, autorizava o Governo do Estado a criar uma escola superior em Minas Gerais. Já o Decreto nº 6.053, de 30 de março de 1922<sup>124</sup>, autorizava que essa escola fosse erguida em Viçosa. A chegada dessa nova instituição fez surgir na região, novas áreas produtivas que resultaram no aumento do poder econômico principalmente da cidade.

Segundo informações coletadas no arquivo da UFV, “com o incremento da produção agropecuária em Minas Gerais, o então presidente do estado, Arthur da Silva Bernardes, tomou a iniciativa de criar uma escola que oferecesse bases para o desenvolvimento de atividades agropastoris”<sup>125</sup> e que seguisse exemplos de ensino e pesquisa das instituições norte-americanas.

Nessa época, o estado de Minas Gerais apresentava gradual crise econômica e agrícola em relação ao contexto nacional que enfrentava queda na exportação do café. Porém, Viçosa respondeu de fluxo contrário à essa instabilidade, tornando-se a cidade detentora de um dos melhores mercados agrícolas em razão da chegada da ESAV.

Entre os principais motivos que levaram à criação da instituição na região está a estratégia política, que tentava reverter a crise da produção no campo da Zona da Mata mineira com a formação de técnicos e profissionais que ajudariam os agricultores locais a melhorarem o cultivo de seus produtos.

A partir de 1940, o Brasil apresentou significativo aumento populacional, principalmente nas áreas urbanas. Esse evento, conhecido como “êxodo rural”, foi descrito

---

<sup>123</sup> Disponível em:

<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=761&comp=&ano=1920>. Acesso em: 28 jun. 2019.

<sup>124</sup> Disponível em: <http://arquivo.ufv.br/pre/files/fra/catalogo2007/06-InformacoesGerais.PDF>. Acesso em: 29 set. 2019.

<sup>125</sup> Extraído do texto Resumo histórico da UFV. Divulgado pela página oficial da instituição em junho de 2007 sob organização do arquivo central da UFV. Disponível em: <http://arquivo.ufv.br/pre/files/fra/catalogo2007/06-InformacoesGerais.PDF>. Acesso em: em: 28 jun. 2019.

por Maricato como um gigantesco movimento de construção de cidades necessário para o assentamento residencial da população imigrante, bem como para atender às suas necessidades básicas. Para a autora, mesmo tomadas pelo crescimento urbano, as cidades respondiam satisfatoriamente a esse evento, porque criavam boas condições para abrigar quem procurava por seus territórios, desde o período das grandes reformas urbanas que ocorreram em períodos anteriores e que foi a base do “urbanismo moderno”<sup>126</sup>.

Para David Clarck:

A expansão das grandes cidades e de suas **crecentes áreas de influência** iniciou uma mudança que passou de lugares e padrões de vida predominantemente rurais para predominantemente urbanos, afetando a maioria dos países nos últimos anos. (...) **grandes números de pessoas vivem em cidades ou em suas adjacências imediatas**, mas segmentos inteiros da população são completamente dominados pelos valores, expectativas e estilos de vidas urbanos<sup>127</sup>.

Destacamos no trecho abordado por Clark dois pontos importantes para construirmos o entendimento sobre as cidades nesse período. O primeiro refere-se às “crecentes áreas de influência” que seriam as pequenas cidades que estavam envolvidas diretamente com a economia dos grandes centros urbanos e correspondiam com suas dinâmicas econômicas e espaciais. O segundo decorre da ideia de cidade construída como um espaço presente no imaginário social, ou seja, um território portador de oportunidades e de mecanismos que garantiria melhorias na qualidade de vida do sujeito.

A cidade tornou-se o cerne da vida do indivíduo. Seu território crescia em ritmo acentuado à medida que novos tipos de serviços iam surgindo. Na década de 1940, 31% da população brasileira habitava em áreas urbanizadas e, algumas cidades, já ganhava forma de grandes centros industrializados. Nesse período, as cidades eram vistas, principalmente para o “homem do campo, como um lugar moderno e avançado, algo totalmente contrário as características de um país agrário”<sup>128</sup>.

Em Viçosa, após a instalação da ESAV, o município atraiu para seu território indústrias que eram voltadas para o setor têxtil. Na imagem a seguir (**Figura 8**), podemos ver a edificação onde funcionou a fábrica de tecidos Santa Maria, localizada à Rua das Vassouras,

---

<sup>126</sup> MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes. Ed. 2ª, 2002, p.16.

<sup>127</sup> CLARCK, David. **Introdução à geografia urbana**. Ed.2. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1991, p. 61.

<sup>128</sup> MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil**. In Arantes: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2000, p. 121.

hoje Virgílio Val, número 118. Atualmente, o edifício abriga o Colégio Nossa Senhora do Carmo de Viçosa (MG), atuante desde 1919.

**Figura 8 – Imagem da antiga fábrica de tecido “Santa Maria”, hoje Colégio do Carmo de Viçosa.**



**Fonte: Página oficial do Colégio Nossa Senhora do Carmo de Viçosa (MG), 1950.**

No final da década de 1940, Viçosa passou por outro dinamismo econômico e urbano, em consequência da estadualização da ESAV, que se tornou UREMG – Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. A partir desse momento, a cidade sentiu os impactos causados pelo crescimento urbano, que resultou no aumento do território do seu espaço.

Identificamos que um dos reflexos provocados por esse crescimento foi a necessidade de reconstrução da igreja Matriz da cidade. O blog de José Mario Rangel intitulado “O passado compassado de Viçosa” mostra que Viçosa tinha na década de 1950, 6.424 habitantes<sup>129</sup> e por razões do aumento populacional e pelas normas sanitárias, a paróquia responsável pela administração da igreja resolveu construir outro monumento que atendesse todas as necessidades.

O novo edifício perdeu a forma colonial e foi construído seguindo as características estilísticas e construtivas do estilo eclético. Elementos como a madeira e as pedras foram substituídos por alvenarias autoportantes, o telhado com beirais estilo “cachorrada” de telhas

---

<sup>129</sup> RANGEL, José Mario da Silva. **O passado compassado de Viçosa: epítome histórica da velha Santa Rita do Turvo.** Blog, novembro de 2010. Disponível em: <http://opassadocompassadodevicosa.blogspot.com/2010/11/o-passado-compassado-de-vicosa.html>. Acesso em: 02 set. 2019.

de cerâmicas coloniais deram lugar às telhas do tipo “Marselha”, o ferro assumiu papel principal que deu ao edifício mais leveza, amplitude, altitude e modernidade.

A imagem abaixo (**Figura 9**) mostra o momento de transição entre os dois imóveis, o da esquerda reflete o antigo construído no século XVIII e o da direita o novo que foi construído na década de 1950.

**Figura 9: As duas matrizes: a primeira em estilo colonial e a segunda em estilo eclético.**



**Fonte: Imagem extraída do blog do José Mario da Silva Rangel.**

Analisando os dois monumentos, podemos afirmar que a nova edificação substituiu as duas torres sineiras por apenas uma. A entrada principal passou a ter três portas arqueadas com tímpano, favorecendo a circulação de ar e de pessoas. A planta arquitetônica evoluiu seguindo o formato de cruz em estilo românico e apresenta o cruzamento da nave com transeptos<sup>130</sup> repletos de abóbadas de arestas que chegam até a nave do altar principal. Há também a presença de arcobotantes que foram projetados para servir como contra suportes para o peso do telhado.

Outro elemento marcante da nova edificação é a utilização de vitrais, que favoreceu a elevação do pé-direito do edifício, trazendo mais luminosidade para o interior. Nota-se que o projeto da nova matriz segue algumas características do estilo gótico e românico, porém, devido à data da sua construção e à composição dos elementos decorativos, podemos dizer que ela segue as características do movimento eclético. As três imagens a seguir (**Figura 10, 11 e 12**) mostram alguns detalhes dessas informações pesquisadas.

---

<sup>130</sup> **Transepto:** Parte de um edifício com uma ou mais nave que atravessa perpendicularmente o seu corpo principal perto do coro e dá ao edifício a planta em formato de cruz.

**Figura 10: Vista externa da Matriz de Santa Rita de Cássia – Viçosa (MG).**



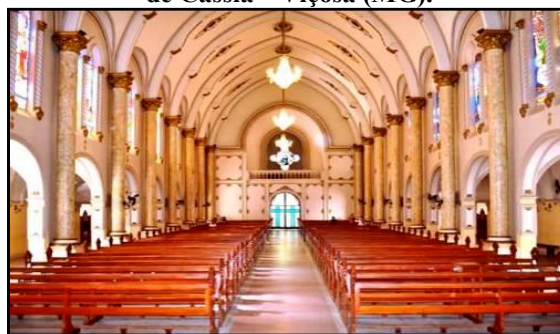
**Fonte: Ronaldo Martins, 2019.**

**Figura 11: Desenho esquemático**



**Fonte: Paróquia de Santa Rita de Cássia.**

**Figura 12: Detalhe interno da Matriz Santa Rita de Cássia – Viçosa (MG).**



**Fonte: Ronaldo Martins, 2019.**

Retomando as discussões sobre o espaço urbano de Viçosa, Karine de Almeida<sup>131</sup> afirma que o processo de verticalização das edificações teve início nos anos finais da década de 1960. Nessa época, a cidade contava uma quantidade de aproximadamente oito prédios de no máximo quatro pavimentos distribuídos em várias ruas do centro, especificamente nas imediações da praça principal, hoje conhecida como “Silviano Brandão”<sup>132</sup>.

Ribeiro Filho também destaca o seguinte:

Na década de 1960, cerca de 7.000 pessoas migraram para a área urbana, número correspondente a cerca de 75% da população urbana naquela época, que era de 9.342 habitantes. Em 1960, o município possuía 21.120 habitantes e sua população urbana era menor do que a rural (11.778 habitantes)<sup>133</sup>.

Com a federalização da instituição de ensino, habitavam em Viçosa cerca de 31.000 mil pessoas. Uma das saídas encontradas pela prefeitura para comportar tanta gente foi de

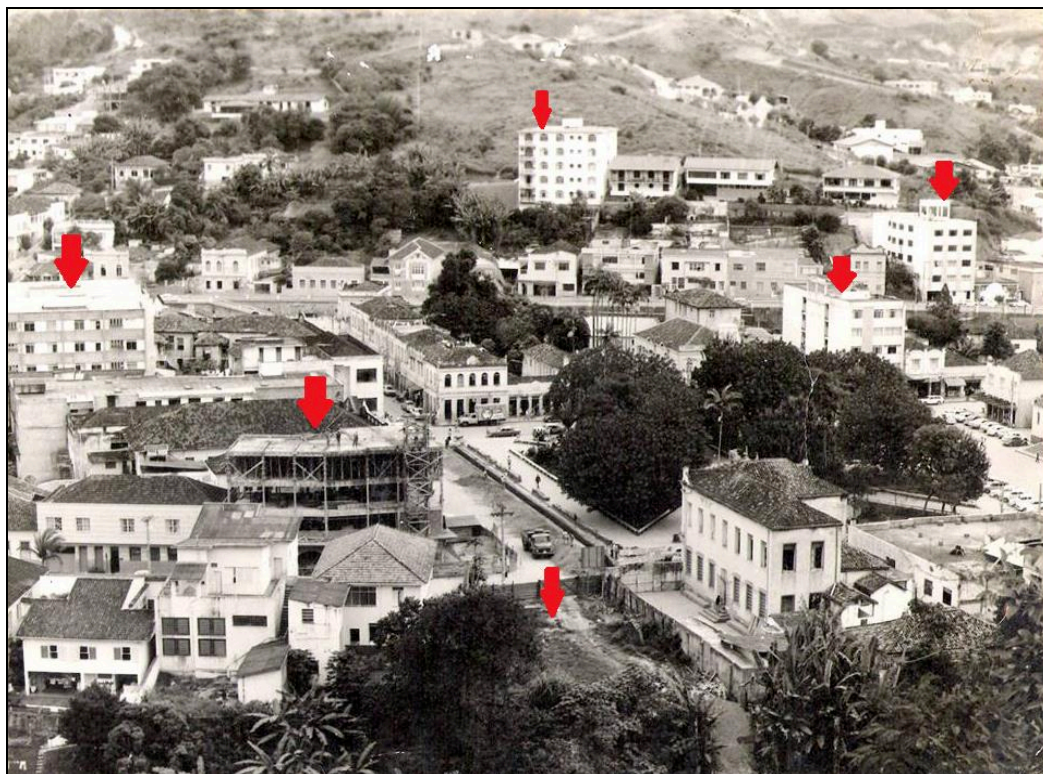
<sup>131</sup> PAULA, Karine de Almeida. **A produção do espaço urbano vertical na zona central de Viçosa-MG, no período 1980-2012.** DAU/UFV. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa (MG), 2013, p. 52.

<sup>132</sup> PAULA, Karine de Almeida. **A produção do espaço urbano vertical na zona central de Viçosa-MG, no período 1980-2012.** DAU/UFV. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa (MG), 2013, p. 52.

<sup>133</sup> RIBEIRO FILHO. *Ibidem*.

expandir seu território de forma horizontal e vertical. Na imagem seguinte (**Figura 13**), podemos ver prédios e casas sendo construídos no centro da cidade.

**Figura 13: Vista Parcial da área central de Viçosa/MG na década de 1970.**



**Fonte: José Maria Lopes – Museu Virtual.**

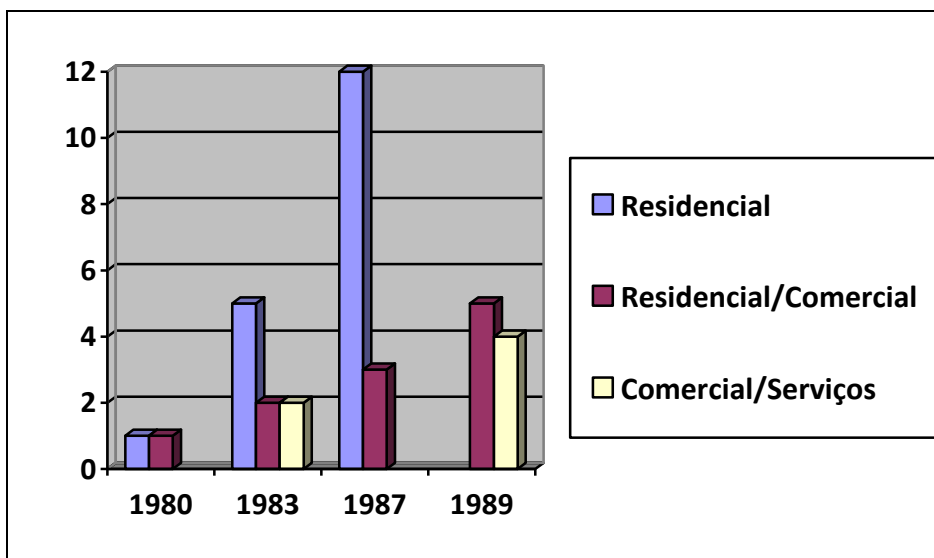
Atenta ao rápido crescimento urbano da cidade, a prefeitura municipal aprovou, em 1979, o Código de Obras de Lei nº 310/79, que estabeleceu que os novos empreendimentos imobiliários construídos não poderiam ultrapassar o número máximo de quinze pavimentos para os prédios comerciais e de quatorze pavimentos para os residenciais, independente da rua ou do bairro onde eram erguidos<sup>134</sup>.

Esse aumento no número de construções de prédios impactou diretamente na preservação das casas históricas. Em razão da grande demanda por moradias, os construtores procuravam no centro da cidade, principalmente aqueles que possuíam as casas antigas para construir, lotes para erguer seus empreendimentos imobiliários. O gráfico<sup>135</sup> abaixo (**Gráfico 01**) mostra a quantidade de prédios construídos em Viçosa entre as décadas de 1980 e 1990.

<sup>134</sup> SANTOS, Flávia Pimenta A. dos; CARVALHO, Aline Werneck Barbosa de. **Influência da legislação urbanística no processo de verticalização em Viçosa-MG, no período de 2000 a 2008**. UFV, Viçosa 2010, p. 99.

<sup>135</sup> Gráfico construído segundo os dados fornecidos pelo Instituto de Planejamento e Meio Ambientés (IPLAM) da Prefeitura Municipal de Viçosa.

**Gráfico 01 – Percentual de prédios construídos em Viçosa após a década de 1980.**



Fonte: Dados fornecidos pelo IPLAM/Viçosa.

Na imagem (**Figura 14**) a seguir podemos visualizar a construção dos novos prédios que foram ocupando os terrenos das casas antigas.

**Figura 14 – Vista parcial do centro de Viçosa, década de 1980, destacando as novas construções.**



Fonte: Imagem retirada do blog “Por amor as cidades” de Ítalo Stephan. (Consulta jul/2019).

Na década de 1990, a cidade já havia dobrado o número de edifícios construídos na sua zona central. Esse aumento foi provocado principalmente pela necessidade de novas

unidades comerciais e residenciais que obrigou o município a expandir sua área construtiva para as encostas dos morros e para as áreas adjacentes às ruas do centro. Destacam-se, nesse período, a verticalização da Avenida Peter Henry Rolfs, da Rua dos Estudantes e da Rua Dr. Milton Bandeira<sup>136</sup>.

Contudo, foi a partir dos anos 2000 que houve um expressivo aumento na construção de prédios em Viçosa. Segundo informações do IPLAM, no ano de 2005, a cidade já contava com mais de setenta solicitações de novos alvarás construtivos para prédios e edifícios<sup>137</sup>.

As preocupações foram tantas que, nessa época, o município buscou ordenar seu território, criando a Lei n.º 1420/2000 – Lei de Ocupação, Uso do Solo e Zoneamento. Essa lei previa que o território da cidade fosse dividido por zonas com tratamentos diferenciados para cada uma delas. A criação dessa lei resultou na formulação de outra lei importante para a cidade o Plano Diretor de Viçosa (PDV), sendo ambas foram aprovadas no mesmo período<sup>138</sup>.

Além dos benefícios que essas leis trouxeram para organizar o espaço urbano de Viçosa, elas desenvolveram um agravante: a supervalorização da área central da cidade e a permissão para que novos empreendimentos verticalizados ganhassem destaques com seus elevados números de pavimentos.

Como a Zona Central (ZN) do município é composta, em sua maioria, por edificações históricas, a elaboração dos atos administrativos normativos não previram regras nem diretrizes que assegurassem a preservação desse conjunto edificado. Diante desse desalento, muitas casas históricas foram destruídas e deram lugar aos modernos edifícios.

As demolições sem precedente dessas edificações continuaram por toda a década. De acordo com os dados fornecidos pela PMV, até o ano de 2013, foram contabilizadas a demolição de mais de trinta casas “antigas”. A Avenida Santa Rita e a Rua Gomes Barbosa foram os lugares que mais receberam projetos verticalizados.

Durante o período de 1980 a 2012, foram contabilizadas um total de 62 (sessenta e duas) casas demolidas na zona central. Destas, 32 (trinta e duas) foram, após a demolição, substituídas por uma edificação de caráter multifamiliar com 4 (quatro) ou mais pavimentos. Outras 10 (dez) casas e 1 (uma) lanchonete, somando 11 (onze) edificações, foram demolidas mas ainda não foram substituídas por uma edificação vertical, mas certamente estão à espera para serem verticalizadas. Destas 8 (oito) são caracterizadas como terrenos vagos, 2 (duas) utilizadas como depósitos e 1 (uma) como estacionamento<sup>139</sup>.

---

<sup>136</sup> PAULA, Karine de Almeida. **A produção do espaço urbano vertical na zona central de Viçosa-MG, no período 1980-2012**. DAU/UFV. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa (MG), 2013, p. 65.

<sup>137</sup> Idem.

<sup>138</sup> PAULA, Op. Cit, p. 71.

<sup>139</sup> Idem. p. 76.

Podemos dizer que as demolições dessas edificações estão ligadas a dois fatores: o primeiro corresponde à expansão das atividades universitárias que resultou no aumento e na procura por novas moradias, levando a uma corrida da construção civil que foi orquestrada pelos promotores imobiliários. O segundo é resultado da flexibilidade da Lei de Ocupação e Uso do Solo e das lacunas encontradas no Plano Diretor, que favorecem a demolição do conjunto edificado, deixando desprotegidas as casas de interesses históricos.

Após algumas manifestações populares de grupos ligados à preservação da histórica local, muitas casas tiveram parte de suas estruturas físicas preservadas, devido à adoção do mecanismo técnico-administrativo, chamado de Transferência do Potencial Construtivo (TPC), previsto no Plano Diretor do município. Essa ferramenta teve como principal objetivo desviar os olhares e as ações dos promotores imobiliários que procuravam construir edifícios nos lugares das casas históricas. O TPC é um instrumento previsto no Estatuto das Cidades<sup>140</sup> que visa transferir os potenciais construtivos do lote, que por força de lei é afetado por restrição imposta pelo Poder público. No caso de Viçosa, o instrumento foi utilizado para minimizar o impacto provocado pelo processo de verticalização que sobrepõe as identidades materiais da cidade.

No entanto, o que seria uma garantia de preservação das casas históricas do centro da cidade acabou beneficiando as empresas do ramo imobiliário, pois acabavam derrubando todo o corpo construtivo da edificação, deixando apenas a fachada preservada. Na imagem abaixo (**Figura 15**), podemos ver o resultado da casa Cora Bolivar, localizada na Avenida Bueno Brandão.

---

<sup>140</sup> O **Estatuto das Cidades** é uma Lei Federal de nº 10.257 de 2001 que regulamenta os artigos 182 e 183 da constituição Federal que tratam da política de desenvolvimento urbano e da função social da propriedade. O Estatuto da Cidade é uma tentativa de democratizar a gestão das cidades brasileiras através de instrumentos de gestão, dentre os quais podemos destacar o Plano Diretor, que é obrigatório para toda cidade que possui mais de 20 mil habitantes. Já o **Plano Diretor** é um instrumento da política urbana que visa o desenvolvimento e a expansão urbana adequada. Ele lega ao município de definir a função social da propriedade e ainda a delimitação e fiscalização das áreas subutilizadas, sujeitando ao parcelamento ou edificação compulsórios ou ainda a desapropriação com pagamentos de títulos e cobrança de impostos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm). Acesso em: 22 mar. 2019.

**Figura 15: Casa “Cora Bolívar” na Avenida Bueno Brandão, centro- Viçosa (MG). Destaque para o edifício construído nos fundos da edificação.**



**Fonte: Ronaldo Martins (acervo pessoal).**

O mecanismo TPC adotado em alguns casos em Viçosa gera dúvidas sobre a eficácia que envolve a preservação do conjunto edificado e histórico. Compartilhamos do pensamento de Paula quando diz que:

Vale ressaltar que, o instrumento de transferência do direito de construir pode representar uma maior proteção ao patrimônio histórico-cultural da cidade, diante da velocidade que tem ganhado a atividade imobiliária na cidade. No entanto, há de se pensar se a preservação de uma fachada ou de partes de um imóvel pode, em certa medida, implicar em perda da identidade, do valor e da história que é materializada na edificação<sup>141</sup>.

No entanto, compreendemos que foi um processo válido, se considerarmos as inúmeras perdas edificadas que a paisagem urbana de Viçosa havia sofrido. Na maioria das vezes, essas perdas são provocadas pelas falhas das políticas patrimoniais que eximem os poderes públicos de cumprir seu papel de defesa dos bens com potencialidades históricas. Há de se atentar também que as atuações destrutivas das empresas do setor imobiliário e a falta de participação da população na efetiva participação de defesa do patrimônio local agravam ainda mais a onda de destruição desse conjunto edificado.

Enquanto não existir uma consciência histórica de todas as partes envolvidas nesse processo de salvaguarda, a paisagem cultural do município continuará sofrendo perdas das suas identidades históricas.

---

<sup>141</sup> PAULA, Karine de Almeida. **A produção do espaço urbano vertical na zona central de Viçosa-MG, no período 1980-2012**. DAU/UFV. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa (MG), 2013, p. 108.

### 3.2 A consagração do ecletismo como patrimônio nacional

As práticas de preservação que foram se desenvolvendo no espaço urbano das cidades até o momento em que se discutem seus produtos como patrimônio remontam um período que, na visão de Choay, vem desde o Renascimento, mas foi a partir da Revolução Francesa que os “bens” de interesse histórico ganharam notoriedade e importância perante o Estado<sup>142</sup>.

De acordo com Choay, o conceito de “patrimônio” foi definido, inicialmente, como monumento histórico e surgiu em Roma por volta de 1420, período que marca os estudos acerca das antiguidades que designaram os edifícios como portadores de história. Na França, após a Revolução Francesa, o monumento tido como histórico ganhou representação do poder absolutista e clerical, tornando-se alguns desses monumentos, símbolos da nacionalidade francesa<sup>143</sup>.

Em seu livro “A alegoria do Patrimônio”, no capítulo “A invenção do patrimônio urbano”, Choay destaca como o monumento ganhou referência histórica no século XIX, nos planos reformadores da Paris haussmanniana, em que o espaço parisiense foi demarcado em “cidade do passado” e “cidade do presente”. De acordo com Choay, para Haussmann, “a cidade não existe como objeto patrimonial autônomo. Os velhos quarteirões, ele só os vê como obstáculos à salubridade, ao trânsito, à contemplação dos monumentos do passado, que é preciso desobstruir”<sup>144</sup>. Foi dentro dessa metamorfose urbana parisiense que surgiu a necessidade de preservar edifícios, marcando a consagração dos mesmos como objetos históricos.

No período que vai do Romantismo do século XIX até o fim das grandes guerras mundiais do século XX, a conservação dos bens patrimoniais esteve julgada mais pelo interesse econômico e financeiro do que pela sua relevância histórico-cultural. Nesse tempo, as diretrizes de preservação que se firmaram serviram como guias para conduzir ações de salvaguarda dos bens culturais, porém vistas como um objeto de troca econômica-política a serviço dos interesses de determinados grupos<sup>145</sup>.

Desde o século XIX, na Europa, mais especificamente na Inglaterra, já se discutia o objeto como patrimônio histórico nos projetos de conservação de John Ruskin<sup>146</sup>. No Brasil,

---

<sup>142</sup> CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001. p.31

<sup>143</sup> Idem.

<sup>144</sup> CHOAY. Op. Cit. p.176.

<sup>145</sup> Idem. p. 125-238.

<sup>146</sup> Idem. p 177.

essa discussão começou, efetivamente, a partir de 1933, quando Ouro Preto passa a ser celebrada pelos intelectuais modernistas como “Cidade Monumento”<sup>147</sup>.

Em 1934, o governo criou a “Inspetoria de Monumentos Nacionais”, vinculada ao Museu Histórico Nacional<sup>148</sup>, e os primeiros debates sobre o patrimônio do país foram em torno da invasão dos estilos estrangeiros na arquitetura brasileira. Dessa forma, o Estado promoveu intervenções de “restauro” em várias cidades, principalmente em Ouro Preto, com intuito de reduzir o impacto estético que as edificações ecléticas causavam na paisagem dominada pela arquitetura colonial.

O novo órgão de preservação criou uma política de inclusão apenas dos produtos brasileiros e desenvolveu no país um sentimento de nacionalidade. A cultura de patrimonialização, estabelecida, a princípio, por Rodrigo Melo Franco de Andrade, dizia muito sobre o sentimento de seleção dos bens que foram escolhidos para serem protegidos.

No texto de Lúcia Bressan a autora destaca:

Aquilo que se denomina Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, - por ser espólio dos bens materiais móveis e imóveis - **aquí produzidos por nossos antepassados**, com valor de obras de arte erudita e popular, ou vinculados a personagens e fatos memoráveis da história do país – é o documento de identidade de nação brasileira. A subsistência desse patrimônio é que comprova, melhor do que qualquer outra coisa, nosso direito de propriedade sobre o território que habitamos<sup>149</sup>.

O grifo em destaque no trecho citado refere-se à fala de Melo Franco que, nos primeiros anos de atuação como Diretor do SPHAN, buscou proteger somente os bens que eram produzidos aqui no Brasil ou que tinham certa identidade brasileira.

A tabela<sup>150</sup> seguinte (**Tabela 2**) mostra que em 1938 houve um surto emergencial no número de tombamentos liberados pelo governo, porém, todos os bens tombados, são datados anteriormente à 1822, período que marca o início do Império brasileiro e a chegada de novas ondas culturais estrangeiras, a partir da instalação da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro.

---

<sup>147</sup> De acordo com a Legislação Decreto nº 22.928 de 12 de julho de 1933 erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. O texto foi publicado em 17 de julho de 1933 pelo Diário Oficial da União. Fonte: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22928-12-julho-1933-558869-publicacaooriginal-80541-pe.html>

<sup>148</sup> Decreto nº 24.735 de 14 de julho de 1934.

<sup>149</sup> PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil**. Revista de Arquitetura e Urbanismo. PPG/DAU- ESSC/USP, 2006, p. 9. Apud: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. **Rodrigo e o SPAHN – Coletânea de textos sobre patrimônio cultural**. Rio de Janeiro, MinC/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p.21.

<sup>150</sup> Dados obtidos pelo site do IPHAN onde classifica os bens tombados e em processo de tombamento. Ficha atualizada em 2017. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Completa%20-%20Novembro%202017.pdf>.

Acesso em: 3 out. 2018.

**Tabela 2: Dados sobre a quantidade de tombamentos entre os anos de 1938 até 1940.**

<b>ANO/TOMBAMENTO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO DE PROTEÇÃO</b>
1938	282	<b>Edificação e acervo - Conjunto arquitetônico – Edificação</b>
1939	44	<b>Edificação e acervo - Conjunto arquitetônico – Edificação</b>
1940	12	<b>Edificação e acervo - Conjunto arquitetônico – Edificação</b>

**Fonte: portal.iphan.gov.br**

Os dados apresentados revelam que os primeiros registros de tombamento efetuados pelo SPHAN não contemplavam a arquitetura eclética. A cargo disso, é possível identificar que as primeiras ações tomadas pelo órgão foram de tentar eliminar ou esconder as características construtivas e estilísticas do ecletismo.

De acordo com Carlos Lemos, não havia uma ponte entre colônia e a modernidade. Dessa forma, as instituições ignoraram solenemente a preservação do ecletismo, mesmo diante da contemplação da arquitetura neoclássica, própria do Império e protegida pelo órgão. No entendimento do autor, o estilo neoclássico foi protegido não por seus motivos artísticos e arquitetônicos, mas por ser objeto pertencente à história que foi eternizada nos “edifícios que funcionavam como documentos representativos e testemunhas de um período de vida brasileira”<sup>151</sup>.

Mesmo que a arquitetura colonial tivesse sido escolhida pelos intelectuais, o discurso defendido pelo grupo era de condenar, rigorosamente, a prática decorativa e os ornatos excessivos da arquitetura eclética, com isso davam abertura para que intervenções fossem realizadas, a fim de apagar seu legado arquitetônico.

Lúcio Costa reflete bem o exemplo de profissional ligado à origem e à teorização do movimento moderno brasileiro que ajudou a postular juízo negativo em relação às obras ecléticas. Sua figura, que dispensa apresentações, defendeu a corrente neocolonial chamada

---

<sup>151</sup> LEMOS, Carlos. O ecletismo atual. **Revista eletrônica do IPHAN**. Trecho extraído da entrevista dada pelo arquiteto e historiador Carlos Lemos a Daniel Chiozzini e a André Gardini. Disponível em: <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=172>

por ele de “movimento tradicionalista”<sup>152</sup> e apresentou severas críticas à arquitetura propagada pelo movimento moderno.

Foi em uma excursão às cidades de Diamantina, Sabará, Ouro Preto e Mariana, com propósito de divulgar o movimento neocolonial, que o arquiteto percebeu a essência da arquitetura brasileira. Encantado com as simplicidades das antigas construções vernaculares, Costa reavaliou sua postura, afirmando que o neocolonial, contaminado pelas artes decorativas, afetava, de forma assombrosa, o monumento. Nos seus dizeres, “o “enfeite” é, de certo modo, um vestígio bárbaro – nada tendo a ver com a verdadeira arte, que tanto se pode servir dele como ignorá-lo”<sup>153</sup>.

Após voltar-se contra o academicismo do século XIX e firmar parceria com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN)<sup>154</sup>, o arquiteto impôs uma série de medidas que visava preservar apenas os elementos estruturais; enquanto os decorativos passavam pelas devidas ressignificações. Para Lucio Costa, era compreensível que o órgão tombasse “casinhas” que “correspondiam suas respectivas épocas, mesmo que fossem produtos marginais a essa linha evolutiva autêntica, não obstante o seu apuro acadêmico – artificiosas manifestações da falsa arquitetura, tachada pela crítica internacional como *beaux-arts*”<sup>155</sup>. Nesse relato, ele conclui de forma sentimental, porém tendenciosa ao ecletismo:

À antiga administração do DPHAN deve excluir de sua alçada o ecletismo acadêmico por considerá-lo fora da linha legítima de evolução arquitetônica, não parecendo, portanto, justificar-se o tombamento proposto, mas devo considerar que verei com mágoa, se vivo estiver, a demolição dos prédios em causa<sup>156</sup>.

Essas formulações apresentadas por Lúcio Costa de que a arquitetura eclética era um “espaço marginal” na constituição da memória da nação foi depreciada por outros arquitetos

---

<sup>152</sup> COSTA, Lúcio. **Lúcio Costa**: sobre arquitetura. Porto Alegre: Centro de Estudantes Universitários, 1962, p. 94.

<sup>153</sup> Op. Cit. COSTA. P. 34.

<sup>154</sup> “A segunda denominação do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ocorreu em 1946, por meio do Decreto-Lei nº 8.534, de 02 de Janeiro. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937 pela Lei nº 378, de 13 de janeiro, foi transformado em Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), mantendo subordinado ao Ministério da Educação e Saúde (MES) – situação que perdurou até 1953, quando foi criado o Ministério da Saúde, e o MES passou a ser denominado Ministério da Educação e Cultura (MEC)”. FONTE: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/52/diretoria-do-patrimonio-historico-e-artistico-nacional-dphan-1946-1970>

<sup>155</sup> COSTA, Lucio. Depoimentos de um arquiteto carioca. 1951, p.181. In: XAVIER, Alberto (org.). **Lucio Costa**: sobre arquitetura. Porto Alegre, Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962, p.17.

<sup>156</sup> Idem. p.181.

modernistas como o norte-americano Philip L. Goodwin, que tratou a arquitetura eclética como “doença”, pela qual somente a capital Federal soubera curar-se com o tempo<sup>157</sup>.

Negar o ecletismo, mesmo reconhecendo sua expressividade construtiva e artística, foi um caminho encontrado pelos profissionais daquela época para valorizar especificamente a arte barroca e a arquitetura dita por eles como a “genuinamente” brasileira – o colonial. Para os defensores modernistas que atuavam nas repartições do órgão de fiscalização e proteção ao patrimônio, o ecletismo teria sido rejeitado, porque seu movimento opunha-se às ideologias que reconheciam a cultura barroca e moderna. Talvez seja por isso que tenha virado o primeiro alvo discriminatório do processo de seleção patrimonial.

Nas palavras de Cabral:

Não foram poucos os edifícios modernos a receberem um tombamento precoce. Em 1947, a igreja de São Francisco de Assis (da Pampulha), em Belo Horizonte, foi tombada ainda inconclusa, após cinco anos do início das obras. Na ocasião, estava ameaçada de abandono pelos proprietários. Em 1948, o edifício do Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, foi também tombado. O edifício tinha sido inaugurado poucos anos antes. Em 1957, a Estação de Hidroaviões, no Rio de Janeiro, foi tombada quando tinha apenas 18 anos e encontrava-se ameaçada de destruição pela construção de um viaduto. Em 1965, era tombado, com um terço do projeto executado, o parque do Flamengo, no Rio de Janeiro. Por pressões de interesse imobiliário, existia o risco de haver alterações nas normas urbanísticas e consequentemente ocupação do parque por construções indesejadas<sup>158</sup>.

Até meados do século XX, o ecletismo era o estilo dominante do cenário urbano brasileiro. As fachadas das casas revelam através dos símbolos decorativos as diversas facetas históricas que as cidades passaram, principalmente no período que marca o processo migratório do país.

Salgueiro afirma que a arquitetura brasileira no final do século XIX foi caracterizada mais como um fenômeno sociocultural de conjuntura histórica, especialmente por estar ligada ao processo migratório, do que um acontecimento artístico estrutural, como foi a arquitetura moderna<sup>159</sup>. Os imigrantes foram os responsáveis por transformar a paisagem urbana e os métodos construtivos brasileiros, especialmente a partir da suspensão do tráfico de escravos.

Os italianos tornaram-se os construtores mais atuantes no mercado construtivo e foram os que remodelaram com mais versatilidade as características arquitetônicas brasileiras no início do século XX. Os novos moradores que chegaram ao Brasil após diversos eventos

---

<sup>157</sup> CABRAL, Renata. E o Iphan retirou o véu da noiva e disse sim. Ecletismo e modernismo no edifício Luciano Costa. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. V.18. n.2. p. 124. Jul-dez 2010. In: GOODWIN, Philip L. **Brazil Buolds. Architecture New and Old 1652-1942**. New York. MoMA, 1943, p. 25.

<sup>158</sup> Op. Cit. CABRAL, p. 124.

<sup>159</sup> SALGUEIRO, Heliana Angotti. **L'influence de l'architecture française Du XIXe siècle au Brésil Le cãs de Belo Horizonte**. Montpellier, 1986, p. 36.

ocorridos na Europa construíam casas, deixando “marcas simbólicas de identidade, que iam desde os brasões da cidade natal, monogramas, datas representativas até a fusão de elementos, buscados nos manuais ou copiados de outros edifícios, que enfaixavam as aspirações de prestígios e ascensão dos encomendantes”<sup>160</sup>. O resultado desse trabalho formou um jogo expositivo de técnicas e de estilos que agradavam seus financiadores.

Mesmo que tantas identidades tenham sido fixadas nas decorações das casas ecléticas desse período, tal trabalho não foi suficiente para agradar toda a população, especialmente os membros que lidavam com o jogo político e com as políticas patrimoniais nacionais. Nomes como o de Oswald de Andrade classificou a cidade de Belo Horizonte, em 1924 como a “Versalhes de estuque”<sup>161</sup>. Isso porque a arquitetura da cidade era carregada de excessos decorativos.

“Não posso negar que a primeira impressão que tive da capital não foi das melhores. Vê-se na sua construção uma desordem banal copiada de todos os estilos, como infelizmente em São Paulo e no Rio. O que salva esse aspecto caótico e neológico da vossa capital é a sua provisoriedade. Toda a pastelaria dos edifícios atuais desaparecerá pouco a pouco, absorvida pelo progresso formidável que se anuncia e realiza em Minas. O cimento armado matará com certeza os Versalhes de estuque.”  
Oswald de Andrade – 1924<sup>162</sup>.

Esse discurso de Oswald de Andrade decorre um pouco antes da divulgação da primeira Carta Patrimonial, promulgada pela UNESCO, nas Convenções e Recomendações de Organizações Internacionais. A Carta de Atenas, de 1931, foi o primeiro documento destinado à prática de preservação dos monumentos e de conjuntos arquitetônicos que estabelecia uma linguagem de normas e de procedimentos globais, a fim de preservar áreas urbanas ameaçadas.

Mais tarde, em 1964, após o período de pós-guerras, que fez retomar o aumento do urbanismo nas cidades europeias, foi redigida a Carta de Veneza, na qual ficou estabelecido que o monumento preservado fosse um agregador inseparável das áreas urbanas pelo qual estava inserido. Essa Carta abriu caminho para a Carta de 1976, a Recomendação de Nairóbi, para que houvesse o entendimento de que as cidades eram espaços com especificidades patrimoniais envolvidas numa complexidade cultural passíveis de preservação. O documento

---

<sup>160</sup> FABRIS, Annateresa. **A crítica modernista à cultura do ecletismo**. Revista Italianística, ano III, nº 3, p76.

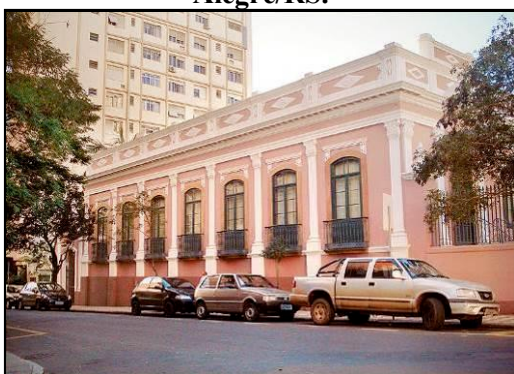
<sup>161</sup> FABRIS, Annateresa. O ecletismo à luz do modernismo. In: FABRIS, Anateresa (org). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo, 1987, p. 281-285; ANDRADE, Oswald. Embaixada artística. Diário de Minas, Belo Horizonte. 27 de abril de 1924.

<sup>162</sup> Oswald de Andrade, em entrevista ao Jornal Diário de Minas em 1929. Apud: CUNHA, Dênio Mágnio. **Colégio Arnaldo Jansen: um colégio, uma cidade, um mistério**. Universidade de Sorocaba. PPGE, Tese apresentada em 2016.

alertou que deveria haver uma coerência no processo de patrimonialização dos conjuntos históricos e um equilíbrio entre os elementos que o compõe sejam nas atividades humanas, nos edifícios ou na organização espacial<sup>163</sup>.

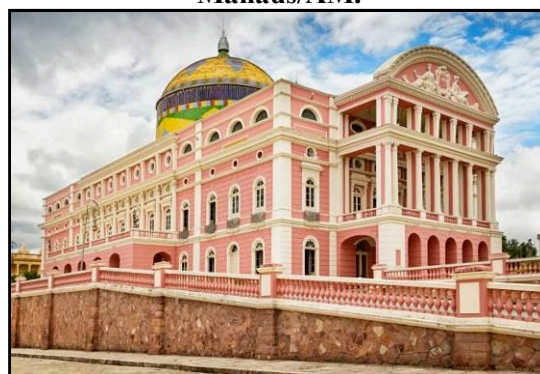
Curiosamente, a partir da década de 1960, quando já se discutia o monumento como objeto integrado ao espaço urbano, o órgão de fiscalização brasileiro começou a proteger edificações ecléticas que, segundo eles, simbolizavam determinadas culturas urbanas de algumas cidades. Destacamos entre alguns monumentos tombados: o Solar dos Câmara (antigo Palacete do Visconde de Pelotas), tombado em 1963, em Porto Alegre/RS (**Figura 16**); o Teatro Amazonas, tombado em 1966, em Manaus (**Figura 17**); o Palácio dos Azulejos, tombado em 1967, em Campinas/SP (**Figura 18**) e o Museu Republicano da cidade de Itu/SP, tombado em 1967 (**Figura 19**).

**Figura 16: Solar dos Câmara, 1818 - Porto Alegre/RS.**



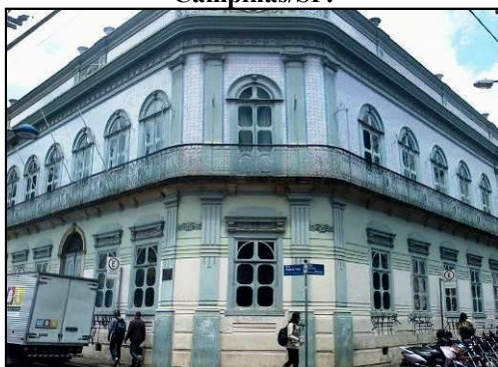
Fonte: Ricardo André Frantz, 2019.

**Figura 17: Teatro Amazonas, 1896 – Manaus/AM.**



Fonte: iStock/Getty, 2019.

**Figura 18: Palácio dos Azulejos, 1878 – Campinas/SP.**



Fonte: Luiz Carlos Capellano, 2019.

**Figura 19: Museu Republicano, 1923 – Itu/SP.**



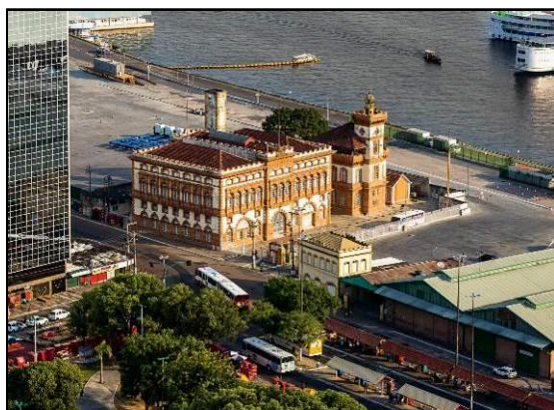
Fonte: Gisele Scaravelli, 2019.

<sup>163</sup> CURY, Isabelle (org.). **Cartas patrimoniais**. Edições do Patrimônio. 3ª Ed. Ver. Aum. Rio de Janeiro. IPHAN, 2004, p. 200-285.

No ano de 1986, com a publicação da Carta de Washington, as grandes ou pequenas cidades, centros ou bairros históricos, com seu ambiente natural ou edificado, ganharam notoriedade diante das convenções internacionais por expressar valores das civilizações urbanas tradicionais. As diretrizes dessa Carta preservavam, especialmente, os valores urbanos definidos pela malha fundiária e a rede viária, que construíam e compartilhavam relações entre os edifícios, os espaços verdes e os espaços livres. Também ficou definido que existiam valores nas formas do edifício resguardado por suas características estruturais, volumétricas, estilísticas, escalográficas, materiais, cor e decoração. A partir desse momento, o monumento tombado passaria a ter o reconhecimento cultural, devido às suas habilidades técnico-construtivas, universalizando a relação desenvolvida entre o homem e a cidade a partir das suas criações<sup>164</sup>.

Contudo, foi na elaboração da Carta de Petrópolis, publicada no Brasil, em 1987 que a cidade ganhou expressão cultural socialmente fabricada enquanto organismo vivo<sup>165</sup>. Essa ampliação da noção do patrimônio passou a incluir os bens intangíveis, reconhecendo-os por suas naturezas dinâmicas. Os registros de tombamentos dos conjuntos arquitetônicos urbanos ganhavam novas interpretações, pois agregavam produtos dotados de valores vistos a partir do seu modo de execução. No mesmo ano, o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico, do Porto de Manaus (**Figura 20**), e o Mercado Municipal Adolpho Lisboa, de Manaus/AM (**Figura 21**), ambos do estilo eclético, foram tombados como bens culturais brasileiros.

**Figura 20: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Porto de Manaus, 1906 – Manaus/AM.**



Fonte: Acervo Alfândega de Manaus.

**Figura 21: Mercado Municipal Adolpho Lisboa, 1880 – Manaus/AM.**



Fonte: Mário Oliveira/Semcom.

<sup>164</sup>Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conta%20de%20Washington%201986.pdf>. Acesso em 02 jun. 2019.

<sup>165</sup> CURY. Op. Cit.

A garantia de visibilidade dos bens produzidos nos espaços das cidades se efetivou a partir de 1990, quando os países “abriram” suas fronteiras para o “turismo cultural” e as nações expandiram a temática sobre o patrimônio a partir do reconhecimento das formas de linguagem, celebrações, festas, gastronomia, enfim, toda técnica que é produzida dentro de uma paisagem ocupada.

A percepção construída sobre o patrimônio a partir desse momento não restringia mais aos bens arquitetônicos produzidos pelas elites e para as elites, ele seria, portanto, um produto de toda a sociedade assumido de pluralidades culturais e identitárias<sup>166</sup>. O ato de patrimonializar os bens intangíveis ajudaram a promover o sentimento de pertencimento indenitário do cidadão, que passou a enxergar com mais resplandecência os difusores que compõem seus núcleos históricos. Estava construído assim, o conceito de paisagem cultural.

Em 1992, o Comitê do Patrimônio Mundial, em sua 16ª sessão realizada nos Estados Unidos, inclui a categoria “paisagem cultural” na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Em 1995, o Comitê de Ministros do Conselho da Europa por meio da Recomendação R995) 9 – Sobre a conservação integrada de áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas de preservação do patrimônio. Logo após, em 2000, é aprovada a Convenção Europeia da Paisagem, introduzindo um conjunto de regras para proteção, gerenciamento e planejamento das paisagens<sup>167</sup>.

De acordo com a Recomendação de 1995, o conceito de “paisagem cultural” estimula a preservação do patrimônio que está fragmentado nas relações construídas entre o homem com a natureza, entre o material e imaterial. Dessa forma, qualquer que seja sua natureza física, desenvolvida sobre a técnica humana, seja “no meio físico, seja na edificação, nos objetos ou nos territórios – urbano, rural ou natural”<sup>168</sup>, pressupõe adotar a paisagem como patrimônio.

No Brasil, o conceito de paisagem cultural, adotado como instrumento de preservação do patrimônio cultural, foi regulamentado pelo IPHAN somente em 2009. A portaria diz que “a Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional representativa do processo de interação do homem com o meio natural, da qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”<sup>169</sup>. Mesmo havendo certo atrasado em consonância com a UNESCO de querer adotar a paisagem como cultural, no dia 6 de junho de 2012, a cidade do Rio de Janeiro foi a primeira área urbana do mundo a receber a chancela de

---

<sup>166</sup> PELEGRINI, Sandra. C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas da esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**. Vol. 26, nº51. São Paulo, jan/jun 2006.

<sup>167</sup> FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. **O patrimônio e as Paisagens: novos conceitos para velhas concepções?** Paisagem e Ambiente: Ensaio – nº32. São Paulo, p.86.

<sup>168</sup> FIGUEIREDO. Op. cit, p. 86-87.

<sup>169</sup> Portaria IPHAN nº 127/2009. Disponível

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto\\_paisagem\\_cultural.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto_paisagem_cultural.pdf). Acesso em: 12 set. 2018.

paisagem cultural. Contudo, os locais escolhidos foram motivos de polêmicas pelo fato de título contemplar apenas as áreas nobres da Zona Sul carioca, excluindo as manifestações e as paisagens dos morros e das favelas.

Desviando o foco dessa polêmica citada, trouxemos para esse texto uma breve reflexão sobre a evolução do conceito de patrimônio no Brasil até chegar aos estudos que ressaltam a importância de preservar também a paisagem como cultura. Através dessa trajetória, pudemos reconstruir o caminho que tornou a arquitetura eclética um elemento integrante do patrimônio cultural brasileiro.

Hoje, os bens que fazem parte da paisagem cultural brasileira incluem as edificações ecléticas e seus aspectos criativos. Porém, parte dessa cultura ainda é desprezada pelas leis de proteção, que em vários casos levam à completa destruição desse acervo. Muitas cidades esperam que os atos declaratórios em relação à proteção desse acervo fiquem somente atribuídos a esfera federal, no caso o IPHAN, e esquecem que o primeiro compromisso deve partir das esferas municipais. Por isso, torna-se importante preservar os bens de forma conjunta, envolvendo os diversos agentes que selecionam aquilo que vai ser preservado. A eficácia preservativa decorre no estabelecimento de um pacto entre as principais instituições públicas e privadas que atuam sobre o território das cidades.

A seguir, vamos compreender melhor como esse pacto firmado entre instituições e comunidade que envolver ações de preservação do patrimônio cultural pode ser aplicado na cidade de Viçosa.

### **3.3 Pensar a cidade como patrimônio**

Após uma rápida discussão que envolveu o histórico da consagração do monumento como patrimônio da paisagem cultural, que conseqüentemente favoreceu para que a arquitetura eclética se tornasse objeto de preservação, vamos agora levantar outro debate a respeito da dualidade vivida pelo ecletismo frente às práticas de preservação e destruição na cidade de Viçosa.

Como dito anteriormente, as construções históricas de Viçosa correm risco de desaparecer, devido à onda de práticas destrutivas que são causadas pela forte especulação imobiliária da cidade. As práticas de destruição dessas casas ocorrem em consonância com as leis municipais que são alteradas para favorecer os empresários do ramo da construção civil.

Essas leis começaram a surgir na década de 1980, quando o poder público municipal intensificou as políticas de proteção do patrimônio. Sob esse desejo, foi criado, na década de 1990, o departamento municipal responsável por normatizar as questões culturais da cidade<sup>170</sup>. O novo departamento surgiu paralelamente ao processo de institucionalização da paisagem, vista como cultura, em conformidade ao estabelecido pela UNESCO, em 1992. Nas palavras de Martins:

Em 1993 a Lei nº 899 de 14 de janeiro de 1993 criou a “Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo” (SMCELT) de Viçosa. Ligada à ela, haveria o “Departamento de Patrimônio” com as funções principais de: proteger o patrimônio natural e cultural, inventariar bens culturais e tomba bens imóveis. Em 1996 o “Projeto de Lei” nº 031/96 propunha a criação do “Conselho Municipal de Cultura, Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa” (CMCPHAV) e naquele mesmo ano foi assinada a Lei 1143/96 relacionada à proteção dos patrimônios cultural e ambiental de Viçosa. Em 1998, a concretização do “Projeto de Lei” nº 014/98 deu-se em 20/05/98, quando foi assinada a Lei nº 1255/98, a qual modificava a determinação da Lei nº 899 de 1993 e renomeava a SMCELT, acrescentando a ela o termo “patrimônio” (Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer, Turismo e Patrimônio), modificando também a nomenclatura do “Departamento de Patrimônio”, o qual passava a ser “Departamento de Patrimônio, Arquivo e Proteção” (DPAP). Ainda em 1998 foi assinada a Lei nº1283 a qual instituiu o Conselho Municipal de Turismo. A Lei nº1523/2002 instituiu o Código de Meio Ambiente do município de Viçosa. A Lei 1574/2003 instituiu o Código de Posturas<sup>171</sup>.

Martins, no capítulo terceiro do seu trabalho dissertativo, no tópico textual intitulado “Viçosa e a proteção aos bens culturais e naturais: discussões socioeconômicas e políticas”, faz uma abordagem sobre o avanço da atividade turística em Viçosa como forma de desenvolvimento socioeconômico para o município. Para a autora, percebe-se claramente que houve o interesse de estabelecer uma “identidade turística” na cidade a partir da disputa de diferentes grupos de poder atuantes no município, donde queriam criar uma memória coletiva baseada em determinados fatos, personagens e valores<sup>172</sup>. O resultado desse processo foi a construção de uma identidade local baseada apenas no “gosto” pessoal de alguns grupos, sem efetiva participação de todo o corpo comunitário, especialmente aqueles que não fizeram parte do processo de escolha.

Viçosa desenvolveu, portanto, um imaginário cultural questionável em razão da parcialidade de escolha de seus bens que foram referenciados como oficiais. Nesse caso, não foi só a chegada de novos produtos e mercadorias desencadeados pelo processo de globalização e do urbanismo da segunda metade do século XX que trouxeram outros valores

---

<sup>170</sup> MARTINS, Op., Cit., p. 93.

<sup>171</sup> MARTINS. Op. Cit., 95.

<sup>172</sup> Op., Cit., p. 97-98.

para a cidade. A forma que seus bens foram selecionados como patrimônio, a partir de um propósito comercial e mercantilizado, despertou outras funções cognitivas, estéticas e afetivas na população, que se apropriou de outras identidades como se fossem oficiais.

Com base nisso, o instrumento de tombamento foi utilizado para proteger alguns imóveis da cidade. Reconhecido pela esfera Federal, Decreto Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, o tombamento livra da destruição os objetos com potenciais históricos e artísticos. Ao recorrer a essa medida administrativa o município tentou promover, proteger e administrar os bens que foram selecionados por grupos que atuam diretamente com as questões do uso do solo.

No processo que levou aos tombamentos das casas “Dona Cora” e “Arthur Bernardes”, Martins chama atenção pelo fato de terem sido escolhidas por se tratar de imóveis que guardam memórias de personagens ilustres que viveram em Viçosa. No Dossiê de Tombamento dessas casas, fica evidente a consagração da memória dos antigos moradores, que correspondeu aos desejos de grupos específicos ligados à elite local<sup>173</sup>.

Contudo, o tombamento que envolveu as edificações “casa n.º 119” e “casa n.º 129” situadas na Rua Gomes Barbosa, teve como respaldo a análise técnico-construtiva dos imóveis. De acordo com o parecer realizado pela arquiteta e membro do CMPCAV, Patrícia Bhering Fialho, em 27 de março de 2004:

“As casas de número 119 e 129 da Rua Gomes Barbosa são importantes exemplares da arquitetura eclética que compunha a paisagem da parte central do núcleo urbano de Viçosa na segunda metade do século XX. Esses edifícios estão historicamente ligados ao surto desenvolvimentista ocorrido em Viçosa com a chegada da ferrovia ao município. As casas, mesmo estando atualmente sem alguns dos seus elementos originais, expressam a arquitetura de seu tempo. Destacam-se em meio ao seu entorno, onde muitas casas com o mesmo estilo foram demolidas para abrigar novas edificações. Portanto, eu Patrícia Bhering Fialho concordo com o tombamento das casas 119 e 129 por considerar que além da importância arquitetônica para o município estas duas casas fazem parte das reminiscências de um período importante da história de Viçosa, onde a ferrovia e o suporte econômico da produção de café na Zona da Mata Mineira ditavam os rumos do desenvolvimento socioespacial da cidade.”<sup>174</sup>.

No parecer técnico apresentado, é possível notar que houve uma articulação emergencial do Poder Público Municipal e de alguns membros do Conselho de Patrimônio Municipal de querer proteger as casas evitando que fossem destruídas pelas empresas do ramo

---

<sup>173</sup> MARTINS. Op., Cit., 97.

<sup>174</sup> Texto extraído do Laudo técnico feito por Patrícia Bhering Fialho em 2004 que faz um parecer sobre o tombamento da fachada e da volumetria das casas localizadas na Rua Gomes Barbosa n.º 119 e n.º 129 do centro de Viçosa. Fonte: MARTINS, p. 212.

imobiliário. Neste caso, o uso do instrumento de proteção foi baseado apenas nas necessidades momentâneas e não nos aspectos memorialísticos que envolvem as identidades dos imóveis.

Considerada como uma das responsáveis pela alteração do espaço urbano de Viçosa, a Lei nº 1.420/2000 (Ocupação, Uso do Solo e Zoneamento do Município de Viçosa) dispõe das seguintes preliminares classificadas no capítulo<sup>175</sup>:

- ✓ I – Orientar e estimular o desenvolvimento urbano;
- ✓ **II – Preservar as características urbanas, que conferem identidades a Viçosa;**
- ✓ **III – Permitir o desenvolvimento racional e integrado do aglomerado urbano;**
- ✓ IV - Assegurar concentração urbana equilibrada, mediante o controle do uso e do aproveitamento adequado do solo;
- ✓ V – Dividir o território municipal em zonas diferenciadas, em função das diretrizes do Plano Diretor;
- ✓ VI – Assegurar reservas de áreas necessárias à expansão, de acordo com o planejamento físico-territorial urbano;
- ✓ VII – Minimizar conflitos entre áreas residenciais e áreas de outras atividades.

No trecho acima, extraído da já referida lei, destacamos dois pontos (I e II) importantes para nossas discussões. De acordo com a Lei 1420/2000, a Administração Pública tem por obrigação resguardar os direitos que confere as identidades da cidade, bem como pensar racionalmente no desenvolvimento urbano do município, criando uma parceria entre progresso e tradição. Porém, o que se viu foi que algumas alterações dessa lei tenham provocado modificações na altura dos gabaritos (volumetrias) dos prédios, afetando diretamente as casas históricas.

Entre as diversas alterações que a Lei 1420/2000 teve, a alteração de nº 2.136 de 16 de maio de 2011<sup>176</sup>, assinada pelo então prefeito da época, Celito Francisco Sari, modificou o art. 54 da mesma Lei nº 1.420/2000 e passou a permitir que edifícios com até dez pavimentos pudessem ser construídos na ZC (Zona Central) da cidade, podendo ainda, ser acrescidos mais dois pavimentos, destinados a vagas de garagem e outras finalidades, e mais um acima do gabarito, destinado a construção de reservatório de água, máquinas de elevadores, sistemas de

---

<sup>175</sup> Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/v/vicosa/lei-ordinaria/2000/142/1420/lei-ordinaria-n-1420-2000-institui-a-lei-de-ocupacao-uso-do-solo-e-zoneamento-do-municipio-de-vicosa-2015-01-06-versao-compilada#>. Acesso em: 02 mar.2019.

<sup>176</sup> Lei nº 2.136/2011 (ver anexo).

ventilação/pressurização e terraço. Essa ação teve como consequência o aumento de procura por lotes e casas dessas localidades, com intuito de que fossem construídos prédios em seus lugares. Justamente nessa área é onde está concentrado o conjunto de casas históricas da cidade.

É importante ressaltar que nessa lei, nos artigos postos, não se discute com clareza as diretrizes de valorização do patrimônio edificado, revelando que há falhas tanto na sua formulação quanto na sua aplicação.

No tocante à situação, essa concepção reflete vícios que estão fortemente ligados às práticas da outorga de fragmentação do patrimônio urbano e da urbanização da cidade, em que se cria uma relação dicotômica entre o edifício e seu entorno. A forma de desigualdade no espaço construído que vem se desenvolvendo na cidade, principalmente na ZC, faz perder as características históricas dos seus objetos.

A imagem abaixo (**Figura 22**) mostra o centro da cidade visto de cima, com suas conformações verticalizadas.

**Figura 22 - Vista parcial da cidade que mostra o processo acelerado de verticalização.**



**Fonte: Artur Vieira/Prefeitura de Viçosa, 2019.**

No entanto, torna-se importante discutir também o planejamento urbano e a defesa do patrimônio da cidade, que também passam pelas diretrizes postas no Plano Diretor de Viçosa (PDV). O Plano funciona como ferramenta estratégica para ordenar o crescimento das áreas urbanizadas, urbanizáveis e de expansão. Mesmo que ainda se encontre em processo de revisão, as linhas estratégicas do PDV para proteger o patrimônio viçosense se baseiam em:

**Art. 182** – O desenvolvimento urbano e rural deverá resguardar e valorizar os patrimônios ambiental, histórico e cultural do Município de Viçosa, garantindo sua proteção e preservação, articulando-se com as diversas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social que integram esta Lei<sup>177</sup>.

O interessante sobre a revisão do PDV é que agora ele dispõe de um capítulo exclusivo para falar da preservação da paisagem cultural e natural, capítulo este que está subdividido da seguinte forma (**Tabela 3**):

**Tabela 3 – Dados sobre o Plano Diretor de Viçosa.**

<b>TÍTULO IV DA PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	
<b>CAPÍTULO I</b>	Do ordenamento da Paisagem
<b>CAPÍTULO II</b>	Dos Patrimônios Ambiental, Histórico e Cultural
<b>SEÇÃO I</b>	Da conservação e qualificação dos bens históricos e culturais
<b>SEÇÃO II</b>	Do incentivo a recuperação e conservação do Patrimônio Histórico e Cultural
<b>SEÇÃO III</b>	Do termo de ajustamento de conduta cultural

**Fonte: Site da Câmara Municipal de Viçosa. (Tabela desenvolvida pelo autor).**

Mesmo contendo artigos que visam valorizar o desenvolvimento urbano do município, resguardando e valorizando seus patrimônios ambiental, histórico e cultural, o processo decorre de uma demora para ser aprovado pela Câmara Municipal e gera preocupações na comunidade quanto ao destino de seus bens.

Há de se perceber que houve avanços nas leis municipais que tendem a proteger o patrimônio de Viçosa, porém, o centro da cidade dispõe de grande adensamento urbano e de grande valorização econômica que acaba dificultando cada vez mais a aplicação das leis de proteção.

A verticalização que decorre por toda a cidade tem sido acompanhada sem um planejamento ou análise dos impactos causados no seu entorno. As ruas centrais sofrem com o excesso de veículos e de pessoas, que demandam cada vez mais espaços entre si. O aumento do volume de edifícios construídos nas localidades centrais da cidade só faz intensificar as problemáticas urbanas e sociais, como o aumento dos casos de gentrificação.

<sup>177</sup> Título IV – **Da proteção e preservação do patrimônio ambiental histórico e cultural**. Revisão do Projeto de Lei do Plano Diretor de Viçosa que substitui a Lei nº 1383/2000, de 30 de novembro de 2000.

Neste caso, entendemos que o centro da cidade deveria ter um perímetro tombado com intuito de resguardar não só as edificações históricas, mas toda a paisagem que a compõe. Assim, mesmo com as alterações das leis de ordenamento urbano, parte do núcleo central estaria protegido e suas casas estariam livres da destruição de terceiros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos analisar com esta pesquisa, a presença do ecletismo em Viçosa/MG como arquitetura protagonista do período moderno, que atingiu o município nas décadas iniciais do século XX. Tal estudo se mostrou relevante para reforçar os futuros discursos e ações de preservação do conjunto histórico e edificado do município, que a cada dia sofre constantes perdas materiais e simbólicas em razão da forte especulação imobiliária que procura destruir as casas históricas para erguer os novos empreendimentos.

O trabalho procurou responder ainda as questões apresentadas em seu início, como: quais os motivos que conduzem o atraso em reconhecer o conjunto de casas ecléticas como bem cultural do município; como a chegada de novas ondas culturais e o aumento do urbanismo do século XX ressignificou o espaço físico da cidade e alterou sua fisionomia urbana, provocando indiferença na forma que a população via seus objetos históricos; como, a partir da mudança de regime político brasileiro, a elite social e política gerou novos discursos de progresso e de modernidade que deflagraram em ações que transformaram o espaço ocupado; como os paradigmas sobre modernidade e progresso atingiram Viçosa, fazendo surgir em seu meio a arquitetura eclética; como se desenvolveram as reformas urbanísticas de Viçosa, que além de procurar melhorar algumas áreas da cidade, propuseram alterar os costumes e os valores culturais da população; como o ecletismo foi o estilo responsável por substituir a arquitetura colonial do município; e, por fim, como o movimento eclético trouxe novos materiais e ditou uma nova maneira de construir transformando o cenário paisagístico da cidade.

Para responder tais indagações, estruturamos nossa investigação nos eventos responsáveis pela construção do espaço urbano de Viçosa, território de inúmeras experiências transformadoras ao longo dos tempos. A compreensão que envolve a multiplicidade dos fatos sobre a transferência de lugar do núcleo central e urbano no início do século XIX; a chegada da linha férrea ao município; o crescimento econômico em torno da atividade agrícola cafeeira; os projetos de reformas urbanas; a chegada da escola ESAV; o desenvolvimento do novo urbanismo, durante o século XX; a alteração da paisagem urbana e edificada da cidade e a preocupação com o destino do seu patrimônio tornaram possível a análise da cidade como produto cultural e dinâmico, fruto das vivências e das interações do homem com o meio ambiente.

No primeiro capítulo, percebemos que a cidade passou por duas dinâmicas espaciais e socioculturais entre as décadas de 1800 a 1940. A primeira corresponde à transferência do

núcleo central e urbano da cidade para uma área mais plana no início do século XIX. A segunda dinâmica diz respeito a dois eventos que ocorreram no início do século XX, foram eles: as intervenções urbanísticas que objetivavam acabar com a estrutura rural do município e transformá-lo em um território moderno, higienizado e esteticamente aceito pela elite local, criando a imagem de pertencerem a uma das cidades modernizadas do país, como as capitais Belo Horizonte e Rio de Janeiro. E a chegada da Escola Superior Agrícola de Viçosa – ESAV – que trouxe novos moradores e influenciou fortemente na expansão territorial do município.

O segundo momento vivido pelo município marca o início de uma nova trajetória urbana, que pode ser definida como a primeira modernização da cidade e o berço da urbanização do século XX. O período marcou a transição de uma vida apoiada nas estruturas do período colonial para o período moderno, que conseqüentemente estabeleceu novas relações entre o sujeito, objeto e o espaço.

Para desvendar o motivo da transformação do espaço urbano e social de Viçosa, procuramos relacionar suas reformas urbanas com as das capitais Belo Horizonte (inaugurada em 1897) e Rio de Janeiro (1902-1906). Mesmo que as reformas de Viçosa tenham sido iniciadas mais tarde, por volta de 1914, é perceptível dizer que o projeto técnico de Viçosa se inspirou nas capitais modernizadas do país e que a elite econômica residente tentou imitar o modo de vida e os costumes dessas cidades.

Nos caminhos que nos levaram a estudar as transformações do espaço urbano de Viçosa e de algumas cidades brasileiras, assim como a chegada da arquitetura eclética, fizemos uma análise teórica sobre o conceito de cidade vista como um espaço organizado pelo indivíduo. A partir desse conhecimento, refletimos as mudanças que ocorrem nos territórios das cidades como resultado da ação do pensamento do homem que se apropria do seu espaço e estabelece, por meio da técnica, a criação de novas relações com intuito de realizar suas vontades.

Tendo isso em vista, no segundo capítulo realizamos uma investigação sobre os eventos que mudaram a visão do homem sobre o espaço da cidade. Aos olhos do homem considerado moderno, o território citadino tornou-se o lugar responsável por criar um sentimento de evolução da capacidade intelectual humana, que estava condicionado a uma mentalidade cientificista que se desenvolvia a partir do culto à razão. Desta forma, a cidade deixou de ser um lugar representativo e passou a ser vista como um lugar dinâmico, dotado de técnicas com exercidas funções sociais, em que a cada momento histórico mudam suas normas, crenças e valores, de acordo com os interesses políticos e econômicos.

Nesse território, fruto da interação entre o indivíduo e a natureza, os intelectuais do século XVIII e XIX difundiam o pensamento de que era na própria cidade que o homem encontraria sua riqueza e sua civilização, podendo depositar suas crenças para evoluir. O homem tornou-se, portanto, o principal interventor do espaço urbano, criando uma relação dialética entre poderes, uma sobreposição de forças que modifica a todo instante a paisagem.

A liberdade de pensamento que foi conduzida ao homem moderno estruturou nosso princípio de análise – o surgimento do homem eclético. Primeiramente, o eclético surgiu de um estado de espírito, um movimento intelectual que rompia com os conceitos formais. Depois, esse movimento atingiu pessoas que buscavam exercer sua liberdade de vida e no trabalho. De posse dessa liberdade, profissionais como os arquitetos considerados ecléticos passaram a criar seus projetos com mais autonomia e fizeram surgir uma linguagem arquitetônica, um estilo de transição entre períodos que exaltava a essência do passado e representava as perspectivas de progresso futuro.

Nessa construção teórica, presenciamos a propagação do ecletismo até se tornar estilo hegemônico de várias cidades europeias do século XIX, em especial as que passavam por reformulações do seu conjunto urbano. Sua arquitetura participou ativamente dos principais projetos urbanísticos das cidades que tentavam resolver os problemas socioespaciais gerados pela industrialização. O ecletismo ficou responsável por embelezar as áreas “doentes” da cidade e trazer novos significados e sentidos urbanos para a população estigmatizada pelos paradigmas de modernidade. O estilo arquitetônico virou sinônimo de *status* de vida social dos seus ocupantes e tornou-se um produto típico da civilização burguesa.

Ao ser transportado para o Brasil, nas décadas finais do século XIX, o ecletismo se reveste de outros significados e passa a imitar a trajetória pela qual foi conduzido na Europa. O movimento estilístico entrou em contato com as reformas urbanas das cidades brasileiras e com os ideais propagados pelos grupos políticos e sociais da classe burguesa que defendiam avanços progressistas e de modernização do país. Foi aceito facilmente pela população, porque representava o estilo que mais se aproximava da representação de um estilo de vida estrangeiro.

Ao final do segundo capítulo, vimos que o caminho percorrido pelo ecletismo e pelas reformas urbanas alcançou várias cidades espalhadas pelo Brasil, inclusive Viçosa/MG. A chegada dos dois movimentos na cidade alterou a paisagem local e prosperou novos significados culturais para a população.

Através das fontes documentais estudadas, ficou claro que, a partir de 1910, houve, no município, um plano emergencial para tentar modernizar a malha viária e as casas do núcleo

central. Para o tratamento do conjunto edificado, as casas coloniais sofreram intervenções nas fachadas, alterando sua fisionomia para o estilo eclético. Para o tratamento viário, ruas foram abertas seguindo os padrões modernos e paisagístico da época com o intuito de melhorar o fluxo de carros, pessoas e mercadorias no centro da cidade.

Finalizamos o segundo capítulo dizendo que Viçosa aderiu os planos de reformas urbanas com objetivo de melhorar a qualidade de vida da população ou de determinados grupos e de gerar maior visibilidade territorial no cenário econômico e político nacional.

A partir dessa análise, construímos, no terceiro capítulo, um debate sobre as consequências provocadas pelo progresso e o urbanismo na paisagem histórica de Viçosa, a partir de 1940. No decorrer dos estudos, percebemos que, entre 1980 a 2013, existiu na cidade, um elevado número de casas históricas que foram destruídas em razão do processo de verticalização. Esse aumento do número de pavimentos das casas foi causado principalmente pelas fases de reestruturações das instituições de ensino, presentes na cidade, que conduziram o aumento da procura por novas moradias.

Poucos foram os imóveis preservados nesse período pelas instâncias municipal e estadual. Ao analisarmos as alterações das leis urbanística nº 1420/2000 e o não cumprimento das diretrizes do Plano Diretor de Viçosa, ficou comprovado que suas aplicabilidades interferem negativamente na preservação das casas históricas do centro da cidade, em especial as construções ecléticas.

Atentos a essa preocupação com o patrimônio eclético de Viçosa, resolvemos construir a gênese do eclétismo até se tornar um produto do patrimônio brasileiro e mostrar como o estilo sofreu preconceitos vindos da geração dos modernistas em relação ao seu movimento. Esse fato acabou provocando atrasos no reconhecimento da sua arquitetura como patrimônio nacional. Reiteramos também como essa demora interferiu nas leis preservacionistas que levaram muitos monumentos espalhados pelo país às ruínas ou a completa destruição.

Ao final da pesquisa, criamos uma discussão entre a preservação do conjunto edificado e eclético de Viçosa com o avanço do urbanismo, que ajuda nas práticas de destruição desse acervo arquitetônico e central. Compreendemos por meio dessa análise que os problemas que sempre sondaram a arquitetura brasileira trouxeram, com o tempo, a necessidade de preservá-la. Foi assim que nasceu a constante preocupação de todos os profissionais envolvidos nesse campo. Essa tarefa, executada por diversos profissionais, corresponde à possibilidade de encontrar caminhos para que as manifestações do nosso patrimônio, conservadas por tanto tempo, venham ser utilizadas e prolongadas a fim de enriquecer a vida cultural de nossa população.

O nosso patrimônio, dotado de histórias e de memórias, tem sido encarado, no Brasil, como um acervo cultural detentor de identidades diversas que o poder público empenha cada dia mais em preservar. Porém, ainda são muitos os desafios que celebram todos os acervos das mais diversas áreas e de todas as regiões do país.

Os resultados que foram obtidos ao longo de décadas pelos órgãos de fiscalização do patrimônio, indiscutivelmente, gozam de um bom trabalho com alto nível técnico, mas seus resultados vêm sendo limitados, devido à carência de recursos financeiros que limitam as possibilidades de criar projetos que visam sua restauração e proteção. Em muitos casos, essas medidas defensivas recaem sobre os cofres públicos que se perdem em meios à tantos processos burocráticos. Como consequência, os bens de valor patrimonial, em geral, sofrem com o descaso e o abandono, ações que levam à sua destruição ou à sua descaracterização.

As edificações ecléticas da cidade de Viçosa, construídas no período moderno brasileiro, protagonistas dos planos de reformas urbanas e do auge do período econômico do café, estão desaparecendo rapidamente, pois os novos empreendimentos imobiliários ignoram as leis de preservação e enterram, junto com seus escombros, a história e a memória da cidade. No trato desses problemas, é necessário que os serviços de proteção ao patrimônio regional, estadual e até mesmo o federal entrem em sintonia e assumam a responsabilidade na defesa de seus territórios e dos bens que são produzidos em seu meio.

**PARTE II**  
**ATIVIDADE PRÁTICA / PRODUTO**

## CATÁLOGO: O ECLETISMO EM FOTOS

Esta parte do trabalho consiste na elaboração de um produto como exigência do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania e tenta promover o aperfeiçoamento profissional do aluno por meio de um trabalho prático, que visa fortalecer as áreas de difusão do patrimônio cultural brasileiro. Além disso, o produto estabelece uma conexão entre o ensino, a pesquisa e a extensão, onde são promovidas ações de interação com a sociedade, que contribui para o surgimento de ações independentes, a fim de proteger e celebrar o patrimônio.

Pensando numa forma de divulgar a importância do conjunto edificado e eclético de Viçosa e de materializar através de fotografias as casas que compõem esse acervo, pensamos na elaboração de um catálogo. O registro nesse material auxilia no processo de documentação, divulgação e de possíveis soluções relacionadas às problemáticas dos lugares. O catálogo reúne, de forma elucidativa, as características atuais das construções ecléticas e serve de alerta à população e aos órgãos públicos municipais, para que sejam firmadas ações que visem proteger o patrimônio local e resguardar as memórias que repousam dentre seus objetos.

Inicialmente, nosso objetivo principal incorporava discursos e relatos memorialísticos de moradores, cidadãos das instituições públicas e particulares, informações vindas de impressos e fotografias que dariam maior sentimentalismo à obra. Porém, restringimos seu conteúdo apenas na junção de imagens que mostram as características técnicas e construtivas das fachadas das edificações. Por meio dessa decisão, tentamos exaltar a relevância artística e arquitetônica do estilo para a comunidade viçosense.

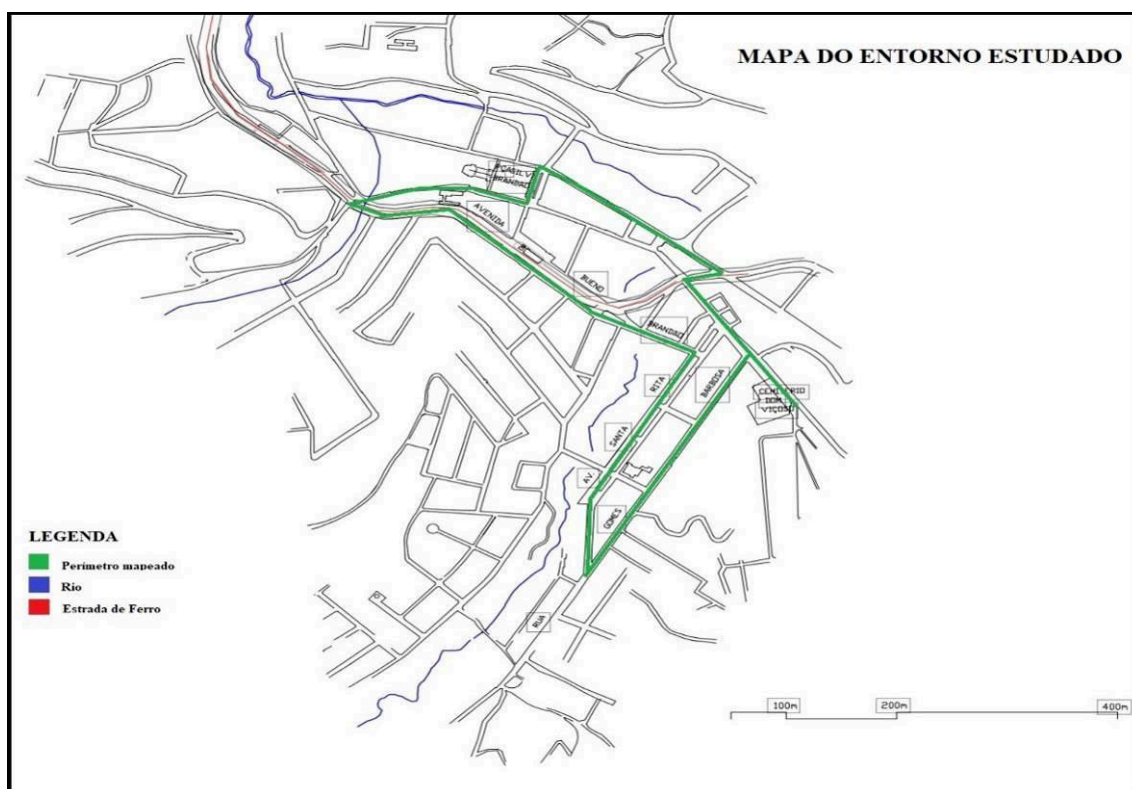
O produto criado visa atingir um público diversificado, composto por arquitetos, historiadores, designers, professores, moradores e até profissionais ligados às áreas de gestão do patrimônio cultural brasileiro. Pensando nisso, desenvolvemos um design mais acessível, porém atrativo, que permite maior interação entre os leitores e contribui para que estes possam desenvolver, conjuntamente, sentimentos de conhecimento, deslumbramento e respeito pela arte da arquitetura eclética da cidade.

A metodologia para a elaboração desse produto partiu da definição e da caracterização dos elementos históricos relacionados ao território de estudo, em especial, as fases de transformação que o espaço urbano de Viçosa sofreu no início do século XX. Reunir essas informações deram subsídios básicos para realizar o processo de seleção das casas que serão catalogadas nesse produto.

Primeiramente, traçamos um entorno limite para ser estudado. Nesse perímetro demarcado, a saber: Praça Silviano Brandão, Rua Benjamim Araújo, Travessa João Carlos Bello Lisboa, Praça Hervê Cordovil, Avenida Bueno Brandão, Avenida Santa Rita, Rua Gomes Barbosa, Rua Senador Vaz de Melo, realizamos um levantamento sobre os dados geográficos, aspectos socioculturais, urbanísticos e selecionamos as edificações que compõem o acervo eclético dessa região.

O mapa abaixo (**Mapa 4**) permite localizar o perímetro demarcado e onde estão concentradas essas casas objetos de estudos.

**Mapa 4 – Entorno estudado.**



**Fonte: Vitor Marques e Ronaldo Martins, 2019.**

Após demarcado e analisado o perímetro urbano, mapeamos as edificações ecléticas e realizamos um estudo sobre a história da região. Nesse caminho, fizemos um estudo sobre a cronologia histórica dessas casas para saber se elas correspondem com o período estudado na nossa pesquisa. Feito isso, observamos se essas casas sofreram muitas alterações estilísticas e materiais ao longo dos tempos.

Na sequência, criamos uma metodologia de seleção sobre essas intervenções. As casas que apresentaram expressivas alterações ou substituições das suas características originais

foram descartadas e não entraram na composição do catálogo. As casas que mantiveram maior fidelidade os aspectos formais relacionados ao seu período histórico foram selecionadas.

Nosso trabalho de mapeamento e seleção começou no ano de 2017. Neste período, a pesquisa consistiu em analisar os documentos e os registros sobre a história urbana do município. Foram incontáveis idas aos arquivos da Universidade Federal de Viçosa, à Câmara Municipal, aos museus com intuito de agrupar o máximo de informações sobre a origem dessas casas. No decorrer desse processo, encontramos, em periódicos que circulavam na cidade, no início do século XX, indícios sobre a chegada da arquitetura eclética no município, especificamente a partir de 1910. O jornal “Cidade de Viçosa”, que circulou no município entre as décadas de 1880 até 1928, mostra que os prédios do Grande Hotel (hoje conhecido como Hotel Rubim) e Alcântara já haviam sido construídos após a década de 1910. A imagem seguinte (Figura 23) mostra essa passagem.

Figura 23: Fotos das primeiras edificações ecléticas de Viçosa.



Fonte: Jornal de Viçosa – Arquivo Central e Histórico/UFV, 2019.

Por meio desses documentos, fomos surpreendidos com a quantidade de edificações erguidas em Viçosa a partir de 1920. Entre os motivos para esse crescimento estavam os planos de reformas urbanas que atingiram a cidade e exigiam que as novas casas construídas nesse período seguissem os padrões do estilo. O resultado dessa análise respondeu a uma de

nossas indagações sobre a chegada da arquitetura eclética ao município. A partir de 1920, houve, em Viçosa, um expressivo aumento da quantidade desse tipo de construção. A chegada da ferrovia e da ESAV ao município despertou ações de transformações do espaço urbano, que ficou caracterizado como o início do urbanismo na cidade.

No ano de 2018 concentramos nossa pesquisa na identificação dos materiais e dos sistemas construtivos do conjunto edificado e eclético da cidade. Essa etapa consistiu em compreender mais sobre as técnicas construtivas utilizadas, os materiais empregados e as execuções das volumetrias e das formas das edificações. Porém, não tivemos muito sucesso, pois o trabalho demandaria adentrar nas casas e vasculhar alguns cômodos e áreas com intuito de recolher informações físicas sobre a construção dos imóveis.

Contudo, mandamos e-mail, telefonamos, fomos atrás dos moradores, batemos palmas nos portões, gritamos pelo nome e tocamos a campainha. Alguns nos atenderam e trocaram poucas palavras, outros só olharam da fresta da porta e mal responderam o bom dia, muitos nos ignoraram e poucos chegaram com belos sorrisos e nos convidaram para tomar um café. Até mesmo sentados nas calçadas pudemos ouvir as histórias sobre a vida e as casas dos moradores.

Foi emocionante ver que além das fachadas decoradas, das paredes de tijolos cerâmicos e dos portões de ferros existiam memórias e testemunhos que entrelaçavam o passado com o presente. À medida que os relatos foram surgindo, era possível extrair informações importantes para a pesquisa, ou seja, a história das edificações. Esse momento foi único e nos deu subsídios para definir o que estaria exposto nas páginas do catálogo.

Como não tivemos acesso a todas as casas nem às histórias de todos os moradores, pensamos que seria melhor criar um catálogo onde seria exposta somente a parte mais importante de uma casa eclética – a fachada. Através da fachada é possível extrair informações que revelam os códigos do período moderno e da organização social e cultural que sucedeu em Viçosa. Não é à toa que, para Fabris, o ecletismo é considerado uma “arquitetura falante”. Segundo a autora:

Sua manifestação mais importante se concentra na fachada. A ideia dominante do século XIX é que a arquitetura deve ser representativa, de que deve evidenciar através da forma exterior e da estrutura o *status* de seu ocupante, seja ele o Estado, seja ele o indivíduo particular. (...) Por vez, a fachada funciona como uma grande litogravura, impregnada pela dimensão do desenho<sup>178</sup>.

---

<sup>178</sup> FABRIS, Anataresa. Arquitetura eclética no Brasil, o cenário da modernização. **Anais do Museu Paulista**, Nova Série, nº1, ECA/Universidade Federal de São Paulo, 1993, p. 134.

Dessa forma seria válido destacar apenas o conjunto físico, a volumetria das formas e os detalhes artísticos das fachadas. Nosso olhar, materializado através da fotografia, sintetiza toda a atitude poliestilística do ecletismo e a memória dos entrevistados traduzidos em poucas palavras.

O *layout* do catálogo ficou distribuído da seguinte forma: Capa, folha de rosto e folha introdutória, apresentação, sumário, introdução, desenvolvimento, lista de figuras, ilustrações, referências bibliográficas e ficha técnica.

Para a confecção da capa, selecionamos quatro imagens que destacam algumas características do ecletismo de Viçosa. As figuras remetem à volumetria da Escola Municipal Ministro Edmundo Lins, à platibanda mais o telhado da casa Arthur Bernardes, à fachada do Hotel Rubim e ao fragmento da fachada da casa da Praça Silviano Brandão.

A parte da apresentação, expressa o motivo pelo qual o catálogo foi escolhido como produto final dessa dissertação. Nessa página estão contidas informações sobre a importância do patrimônio histórico e edificado de Viçosa e alguns discursos que reforçam a preservação do entorno dessas casas e da necessidade de tombamento.

Na introdução, abordamos de forma sintética a história do município de Viçosa, dando atenção especial para o período de ocupação, a expansão territorial do município até a chegada do período moderno na cidade. Seguimos falando sobre as transformações do espaço urbano e das reformas urbanas que motivaram o aparecimento da arquitetura eclética. O texto finaliza com discursos de valorização do ecletismo como um fenômeno moderno e símbolo arquitetônico da arquitetura brasileira.

No corpo de desenvolvimento do catálogo iniciamos com um pequeno texto histórico e fotográfico da casa onde morou a família do ex-presidente Arthur da Silva Bernardes. Logo em seguida foram anexadas imagens da atual edificação e que atende como Museu. Nas fotografias constam as características das fachadas frontal e posterior, bem como do interior do imóvel.

As páginas seguintes ficaram dispostas da mesma forma que as anteriores, porém, mostrando as imagens correspondentes das seguintes edificações: Casa 53 (Praça Silviano Brandão), casa nº 85 e 137 (Rua Benjamim Araújo), Hotel Rubim (Praça João Carlos Bello Lisboa), Edifício Alcântara (Praça Marechal Deodoro), Casa 47 (Praça Hervê Cordovil), Casa e edifício Dona Cora Bolivar (Avenida Bueno Brandão), casa 266, casa 304, casa 322, casa 340, casa 370, casa 553, casa nº 50 (Avenida Bueno Brandão), casa nº 82, casa nº 131 e a Escola Municipal Ministro Edmundo Lins na (Avenida Santa Rita), casa 372, casa nº 180,

casa nº 184, casa nº 196, casa nº 183, casas nº 119, casa nº 129, casa nº 112, casa nº 124, casa nº 33 (Rua Gomes Barbosa), casa 46 e casa 30 (Praça Silviano Brandão).

Resolvemos anexar uma única página (Figura 30) as imagens das edificações que foram sendo destruídas ao longo dos anos em Viçosa. Entendemos que é uma forma de preservar a memória e as identidades desses objetos que um dia fizeram parte da paisagem urbana da cidade.

**Figura 24: Página do catálogo que mostra as edificações que foram demolidas em Viçosa.**



**Fonte: Ronaldo Martins.**

Um destaque especial foi dado ao edifício Arthur Bernardes, localizado no campus da Universidade Federal de Viçosa. Mesmo não pertencendo ao perímetro estudado, o imóvel representa o que há de mais puro e harmônico do estilo eclético e foi construído dentro do período estudado nessa pesquisa.

Para a idealização e realização desse produto, tivemos apoio do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania do Departamento de História da UFV, do aluno Maurício Vieira, da professora Dra. Mariana Ramalho Procópio Xavier do Departamento de Comunicação Social da UFV, e da professora e orientadora desta pesquisa, Dra. Patrícia Vargas Lopes de Araújo, do Departamento de História da UFV.

Por fim, deixamos aqui registrado que nossa intenção não é esgotar as discussões que envolvem a preservação do patrimônio cultural e edificado de Viçosa, mas sim enriquecer as informações sobre a produção do espaço urbano local, bem como da arquitetura eclética

brasileira que muito dizem sobre a história da paisagem urbana brasileira. O material apresentado, certamente, propiciará o despertar das lembranças da população viçosense, que ficaram esquecidas ou adormecidas ao longo dos anos, mas que ainda permanecem vivas dentro dos espaços através dos quais seus grupos interagem.

Abaixo, anexamos o catálogo como produto final de apresentação dessa dissertação.

# CAPA



# CONTRA CAPA E FOLHA DE ROSTO

---

*"A arquitetura é a vontade de uma época traduzida em espaço."*

Mies Van Der Rohe



CATÁLOGO DAS EDIFICAÇÕES ECLÉTICAS

## **O ECLETISMO EM FOTOS**

VIÇOSA - MINAS GERAIS

2019

---

# FICHA CATALOGRÁFICA E APRESENTAÇÃO

---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa – Câmpus Viçosa

M386e 2019	<p>Martins, Ronaldo de Carvalho, 1985- O ecletismo em fotos : catálogo das edificações ecléticas de Viçosa - Minas Gerais / Ronaldo de Carvalho Martins -- Viçosa, MG, O Autor, 2019. [60] p. : il. color. ; 25 x 20 cm.</p> <p>Produto desenvolvido a partir da dissertação de mestrado de mesma autoria intitulada "O ecletismo em Viçosa/MG : modernização, paisagem e preservação do patrimônio arquitetônico entre os anos de 1910 à 2019. Bibliografia: p. 55.</p> <p>1. Ecletismo na arquitetura – Viçosa (MG). 2. Conservação histórica. 3. Patrimônio cultural – Viçosa (MG). I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. II. Título.</p> <p>CDD 22. ed. 720.98151</p>
---------------	---

Bibliotecária responsável  
Alice Regina Pinto Pires  
CRB6 2523

---

## APRESENTAÇÃO

A arquitetura eclética em Viçosa remonta aos paradigmas do período moderno, que atingiu a cidade no início do século XX. Nesse período, o município passou por uma reformulação do seu espaço urbano, que alterou a tipologia construtiva de suas casas, substituindo o estilo colonial pelo estilo eclético. Hoje, esse conjunto edificado eclético corre risco de desaparecer em razão da forte especulação imobiliária, cujos promotores visam construir imóveis verticalizados nos seus terrenos. Foi pensando em dar visibilidade às edificações históricas da cidade que elaboramos este catálogo. A intenção de criar este produto veio da necessidade de documentar as edificações ecléticas e apresentá-las à comunidade viçosense como forma de despertar suas memórias e sentidos urbanos, a fim de favorecer as práticas de preservação.

Este produto nasceu da dissertação de mestrado intitulada **O ecletismo em Viçosa: modernização, paisagem e preservação do patrimônio arquitetônico entre os anos de 1910 a 2019**, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa. O objetivo central é utilizar o conhecimento adquirido na construção do referencial teórico-metodológico e aplicar num contexto que visa a fortalecer os laços entre ensino, pesquisa e extensão.

O catálogo traz um panorama geral e atualizado do conjunto eclético da cidade construído no início do século XX. Organizado em fotos e com pequenos textos introdutórios, este material contextualiza a transformação arquitetônica e a reorganização do espaço urbano que ocorreu no município a partir da absorção de novas ondas culturais, provocadas principalmente pela chegada do período moderno brasileiro e da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), hoje Universidade Federal de Viçosa (UFV). No corpo do catálogo foram anexados detalhes sobre os sistemas construtivos e decorativos que estão presentes nas fachadas das edificações. Através disso, registramos toda a riqueza técnica e estilística da arquitetura eclética de Viçosa.

Atualmente, as edificações catalogadas possuem variados tipos de ocupação, que vão desde uso residencial e comercial até institucional. Alguns imóveis possuem tombamentos em nível municipal e estadual, e outros aguardam parecer técnico-administrativo para que sejam reconhecidos como bens integrantes do patrimônio cultural do município. Contudo, pretendemos que o material apresentado reforce os discursos de conservação e de preservação das casas ecléticas da cidade e que continuem a fazer parte da paisagem cultural de Viçosa.

# SUMÁRIO

---



---

## SUMÁRIO

O ECLETISMO EM VIÇOSA.....	7
ARQUITETURA ECLÉTICA.....	11
MAPA DO PERÍMETRO DE ESTUDO.....	50
O QUE FICOU NA FOTOGRAFIA.....	51
EDIFÍCIO ARTHUR BERNARDES.....	52
ILUSTRAÇÕES.....	56
REFERÊNCIAS.....	58
IDEALIZAÇÃO, PESQUISA E COORDENAÇÃO.....	59

---

# INTRODUÇÃO

---



---

## ECLETISMO EM VIÇOSA

O município de Viçosa, situado na Zona da Mata Mineira, está localizado na região Leste do estado de Minas Gerais e encontra-se a 225 km da capital Belo Horizonte. A história de Viçosa tem seus primórdios compreendidos entre o fim do século XVIII e início do XIX, quando ainda era conhecida como Arraial de Santa Rita do Rio Turvo. Seu processo de ocupação esteve relacionado à decadência da região mineradora do Estado, que levou aventureiros a desbravarem seu território à procura de novas terras para uso de atividades agrícolas e pastores de subsistência.

No início do século XIX, o arraial expandiu seu território, o que levou à formação de outro núcleo central e urbanizado, criando, assim, seu segundo foco populacional. Essa região é compreendida, hoje, como o centro da cidade. Em 1871, a freguesia foi elevada à categoria de vila, passando a se chamar Viçosa de Santa Rita do Rio Turvo, em homenagem ao então Bispo de Mariana, Dom Antônio Ferreira Viçoso. A partir desse período, o município começou a ganhar destaque econômico em razão da atividade agrícola cafeeira, tornando-se um dos principais polos produtores do estado de Minas Gerais e do Brasil.

A partir de 1884, Viçosa começou a expandir seu espaço ocupado, devido ao recebimento dos trilhos da linha férrea Leopoldina Railway, que ligava a cidade até a capital federal,

Rio de Janeiro. A ferrovia veio acompanhada da primeira estação ferroviária da cidade, denominada Silvestre.

O início do século XX marcou a incipiente modernização de Viçosa, influenciada pela propagação dos ideais do movimento moderno, que tentava transformar os territórios ocupados e as relações estabelecidas pela sociedade. Nesse caminho, a população viçosense presenciou mudanças espacial e socioculturais que mudaram de vez a relação entre o tempo e o espaço, assim como a maneira como o sujeito via seus objetos.

A transformação do espaço urbano de Viçosa teve participação especial da elite local, considerada o grupo responsável pelas principais mudanças políticas e culturais que aconteceram na cidade. O desejo da elite de transformar a cidade em um espaço moderno e com condições de higiene adequada trouxe os planos de reformas urbanas. Esses projetos mudaram duas estruturas urbanas da cidade - a viária e a arquitetônica. No plano de interesse arquitetônico, as modificações contemplaram a substituição da tipologia colonial das casas da área central pela tipologia eclética. Essa ação interventiva alterou somente as fachadas das edificações, deixando todo o restante do corpo do imóvel dentro do sistema tradicional construtivo. No plano viário, os projetos conduziram

# INTRODUÇÃO

---

aberturas de novas ruas com formas largas e retilíneas; a única exigência era que as novas casas, construídas ao longo do seu trajeto, seguissem as características ecléticas encontradas nas capitais Rio de Janeiro e de Belo Horizonte.

O ecletismo surgiu como um fenômeno formal responsável por trazer condições tecnológicas e recursos que mudaram os conceitos relacionados à ideia de morar. A riqueza encontrada nos detalhes das construções impressiona, especialmente, pela quantidade de símbolos e elementos decorativos que variam de acordo com seu propósito. Nas edificações encontradas em Viçosa, o ecletismo se destaca pelo excesso de composição de figuras geométricas e símbolos nas fachadas, pelo interior com pé-direito alto e com bastante luminosidade, paredes com pinturas murais e pisos de diferentes ladrilhos hidráulicos.

Pode-se dizer que a edificação destaque que melhor representa a arquitetura eclética da cidade é a casa onde morou o ex-presidente Arthur da Silva Bernardes, localizada na praça principal do município. Através de uma leitura iconográfica e descritiva sobre o imóvel, podemos encontrar informações que remetem à vida do antigo morador. Sua fachada rica em ornamentos possui uma platibanda simétrica que leva à uma cúpula de metal no telhado arrematado por telhas francesas do estilo "Marselha". Outro detalhe que

chama atenção está no alpendre que finaliza uma escada em formato de caracol, um marco da vida social da época.

Mesmo adquirindo formas brasileiras, o ecletismo não é um estilo nacional. Sua origem está na Europa do final do século XVIII, quando houve na sociedade uma ruptura do pensamento humano conduzido pelos ideais propagados pelo movimento Iluminista. O movimento ganhou força com a difusão da corrente filosófica racionalista que priorizava a razão como único caminho para alcançar a verdade. Houve grande aceitação por parte da burguesia, que utilizava do seu modo de vida um meio de expressar suas relações de urbanidade, costumes, formalidades e comportamentos que demonstravam ações de civilidade e afabilidade. Foi através da liberdade de pensamento, condicionada ao homem moderno, que os arquitetos utilizaram o ecletismo como plataforma para exercer e mostrar seus conhecimentos adquiridos.

No Brasil, o ecletismo surgiu no final do século XIX e foi logo incorporado como modelo construtivo das cidades que passavam por reformas urbanas ou que alteravam seus territórios, segundo as concepções de industrialização e modernização. Na década de 1920 a geração modernista composta por artistas e intelectuais, buscava referenciar um estilo arquitetônico que melhor representasse as

---

"verdadeiras" identidades brasileiras. Encontram no seio do estilo colonial, o exemplar ideal dessa procura, reavaliando, negativamente, a arquitetura eclética como estilo ausente de uma mentalidade e de uma cultura genuinamente nacional.

Na década de 1930, com a criação do Serviço de Proteção Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o ecletismo continuou sendo alvo de críticas por parte de membros que compunham o cenário cultural brasileiro. Somente a partir da década de 1960, com as novas políticas de proteção ao patrimônio, desenvolvidas pelo órgão de proteção, que as edificações ecléticas começaram a ser reconhecidas e tombadas. Porém, esse atraso no reconhecimento de suas identidades provocou a destruição de muitos monumentos espalhados pelo país.

Atualmente, no Brasil, a arquitetura eclética faz parte das Leis de proteção ao patrimônio brasileiro, mas, em muitos casos, essas diretrizes são ignoradas, levando ao desaparecimento de parte do seu acervo edificado. Em Viçosa, muitas dessas construções sofrem constantes perdas ou danos em virtude da forte especulação imobiliária presente na cidade. Algumas ações acontecem sob autorização da administração municipal e do conselho de

Patrimônio da cidade, que permitem alterações nas leis, favorecendo, exclusivamente, os interesses dos promotores imobiliários. Contudo, como acontece no restante do país, há de se perceber avanços nas leis que visam proteger os bens culturais, assim como o envolvimento de pessoas e de grupos que lutam para tentar salvar os produtos de potencialidade patrimonial do país, resguardando suas identidades artísticas e históricas.

Por fim, este material traz um panorama do patrimônio eclético de Viçosa, que ainda pode ser visto nas ruas centrais da cidade. Nessa mescla entre fotografias e informações, a história do município vai sendo recontada e as memórias são despertadas.

Os detalhes das fachadas fragmentados pela fotografia revelam um pouco de como funcionava a vida política e cultural da cidade no início do século passado. Portanto, a arquitetura eclética será mostrada aqui como um objeto cheio de formas, materiais e pela riqueza da sua decoração que, apesar de dialogar com o restante da paisagem do município, está escondida entre os arranjos-céus e o movimento dos carros.

# INTRODUÇÃO

---

*As fachadas falam!*

*Elas mostram através dos seus detalhes a vida do morador, a condição social daquele que almeja status, e também daquele que pouco quer ser notado. As fachadas revelam os significados de uma época, o poder econômico de um lugar e as tradições de uma sociedade. Seja a fachada grande ou pequena, de particular ou de instituição, do centro ou da periferia, elas revelam mais que uma simples arquitetura, revelam toda uma organização social.*

10

---



# DESENVOLVIMENTO

## CASA ARTHUR BERNARDES

### CONTEXTO HISTÓRICO



Fig. 5

A imagem da casa acima representa a antiga residência do ex-presidente da República, Dr. Arthur da Silva Bernardes. O imóvel no estilo colonial foi demolido no início do século XX para dar lugar à nova edificação de estilo eclético, que começou a ser construída em 1922 e terminada em 1926, sob responsabilidade do engenheiro João Carlos Bello Lisboa. A antiga casa fazia parte de um conjunto edificado de mesmo estilo que integrava a orla da praça principal. No período de modernização da cidade, no início do século XX, a chegada de novas ondas culturais provocou a alteração da tipologia do estilo colonial para o estilo predominante da época, o eclético. A nova edificação foi construída sob a forma do racionalismo técnico construtivo e das normas vigentes de higienização. A planta arquitetônica mais solta pelo terreno agrega inúmeros elementos estruturais e decorativos como o ferro e o vidro, além dos materiais autoportantes que eram novidades para a época.



Fig. 6 - Arthur da Silva Bernardes e sua esposa Clélia Vaz de Melo Bernardes posando para foto na varanda de sua residência em Viçosa - MG.

12

### FACHADA PRINCIPAL



Fig. 7

Hoje, a casa de número 69, situada na Praça Silvano Brandão, está sob responsabilidade da Universidade Federal de Viçosa e abriga o museu dedicado à memória e à vida de Arthur Bernardes. O imóvel possui tombamento pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico de Minas Gerais (IEPHA), pelo Decreto nº 29.399 de 21 de abril de 1989 e sua inscrição foi determinada no Livro de Tombo n.º II, do tomo de Belas Artes e no Livro de Tombo n.º III, do tomo Histórico, das obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos.



Fig. 8. a. 10

13

# DESENVOLVIMENTO

## CASA ARTHUR BERNARDES

FUNDOS E LATERAIS



Fig. 11,12

Fig. 13, 14, 15, 16, 17, 18



14

## INTERIOR



Fig. 19, 20, 21



Fig. 22,23,24

Fig. 25, 26, 27, 28



15

# DESENVOLVIMENTO

## CASA Nº 53

PRAÇA SILVIANO BRANDÃO



Fig. 29 Essa edificação do estilo eclético foi construída no início do século XX exatamente no lugar de outra casa do estilo colonial que portava apenas um pavimento. Hoje, o imóvel pertence aos descendentes do ex-presidente Arthur da Silva Bernardes e faz parte do conjunto de casas ecléticas que contorna a orla da praça principal da cidade.

16

### FACHADA FRONTAL E LATERAL



Fig. 30



Fig. 31



Fig. 32-33



17

# DESENVOLVIMENTO

---

## CASA Nº 85

RUA BENJAMIN ARAÚJO



18

Fig. 34

## CASA Nº 137

RUA BENJAMIN ARAÚJO



Fig. 35

19

# DESENVOLVIMENTO

## HOTEL RUBIM

TRAVESSA J. C. B. LISBOA



Fig. 36 O Hotel Rubim é uma imponente construção eclética do início do século XX, porém sem registro de tombamento. O imóvel faz parte dos bens inventariados de Viçosa-MG e está dentro das áreas de proteção da Casa Arthur Bernardes, da Estação Cultural Hervé Cordovil e do Balaústre.

20

### FACHADA FRONTAL E LATERAL



Fig. 37, 38, 39

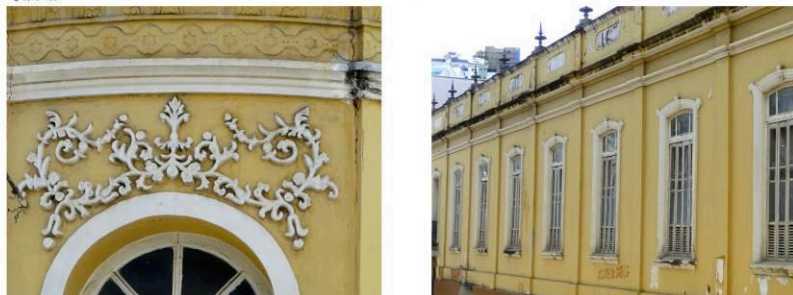


Fig. 40, 41

Fig. 42

21

# DESENVOLVIMENTO

---

## EDIFÍCIO ALCÂNTARA

PRAÇA MARECHAL DEODORO, Nº 16



Fig. 43

Fig. 43



Fig. 44

Fig. 44

# DESENVOLVIMENTO

---

## CASA Nº 47

PRAÇA MAESTRO HERVÉ CORDOVIL



# DESENVOLVIMENTO

## CASA DONA CORA BOLIVAR

AVENIDA BUENO BRANDÃO

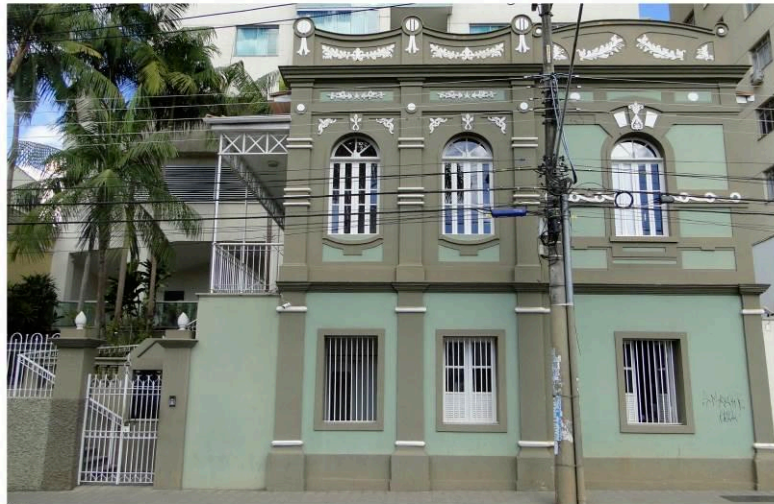


Fig. 47 "Meu esposo, meus filhos, toda a minha mocidade à sombra de tuas palmeiras. Terra acolhedora dos meus avós, da minha mãe berço amado. Minha casa verde, a florida quaresmeira. Quanta saudade de toda uma existência. Quisera contar-te em versos na imorredoura lembrança de uma vida inteira."

26

EDIFICAÇÃO TOMBADA EM NÍVEL MUNICIPAL PELO DECRETO Nº 4057/2006 DE 30/08/2006.



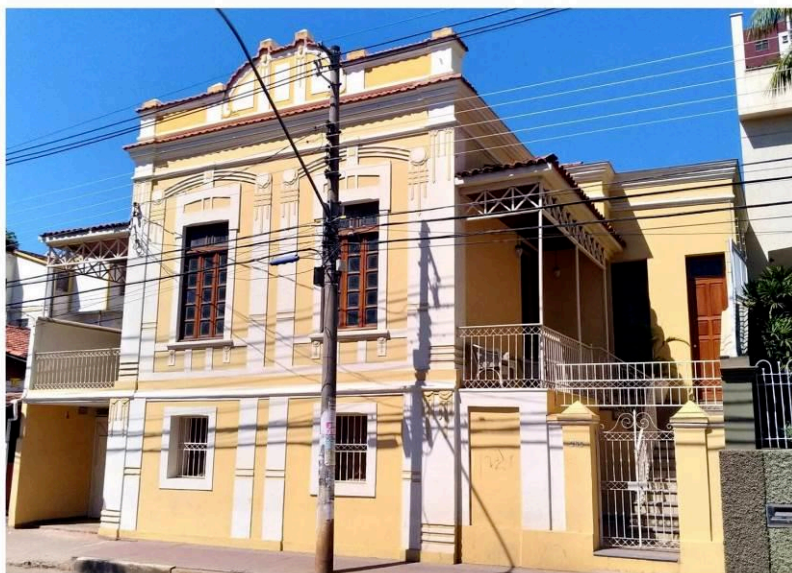
27

# DESENVOLVIMENTO

---

## CASA Nº 266

AVENIDA BUENO BRANDÃO



28

Fig. 55

## CASA Nº 304

AVENIDA BUENO BRANDÃO

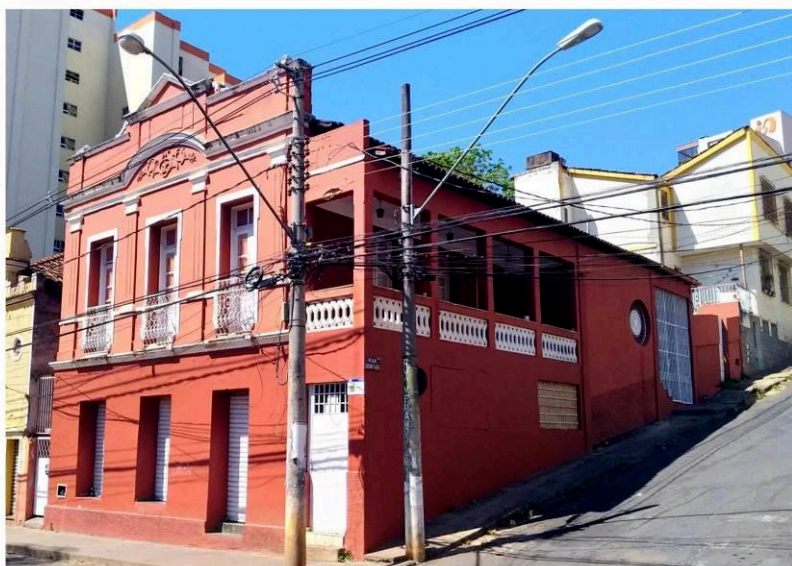


Fig. 56

29

# DESENVOLVIMENTO

---

## CASA Nº 322

AVENIDA BUENO BRANDÃO



30

## CASA Nº 340

AVENIDA BUENO BRANDÃO



31

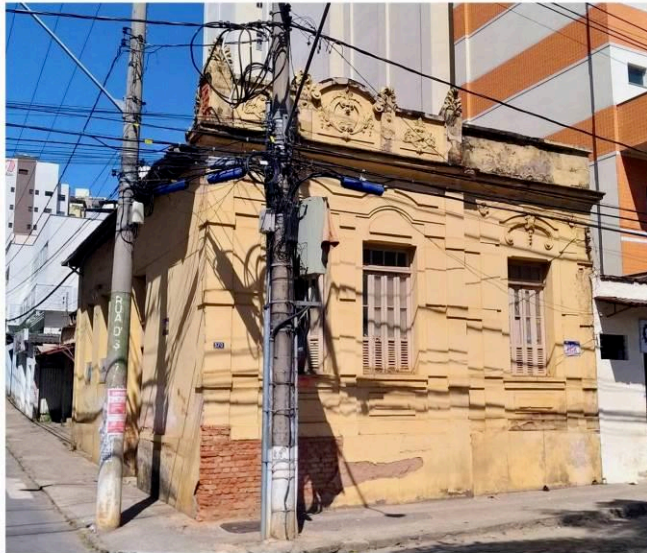
# DESENVOLVIMENTO

---

## CASA Nº 370

AVENIDA BUENO BRANDÃO

---



32

Fig. 59



Fig. 60

Enquanto este catálogo estava sendo elaborado, a casa nº 370 da avenida Bueno Brandão foi demolida no dia 28 de setembro de 2019. A ação autorizada pela Prefeitura Municipal de Viçosa e pelo Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa contabilizou mais uma perda do conjunto arquitetônico e histórico do município.

33

# DESENVOLVIMENTO

---

## CASA Nº 553

AVENIDA BUENO BRANDÃO



34

Fig. 61

## CASA Nº 50

AVENIDA BUENO BRANDÃO



Fig. 62

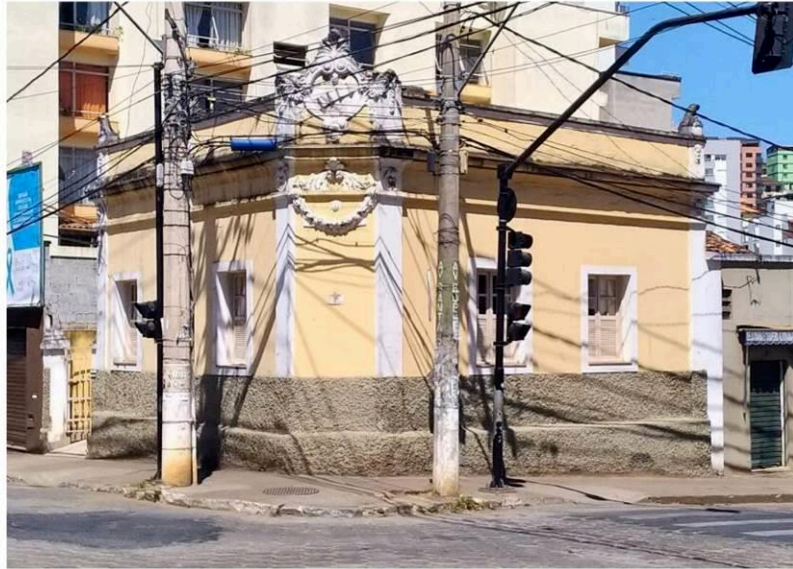
35

# DESENVOLVIMENTO

---

## CASA Nº 82

AVENIDA SANTA RITA



36

Fig. 63

## CASA Nº 131

AVENIDA SANTA RITA



Fig. 64

37

# DESENVOLVIMENTO

---

## ESCOLA MUNICIPAL MINISTRO EDMUNDO LINS AVENIDA SANTA RITA

---



Fig. 65

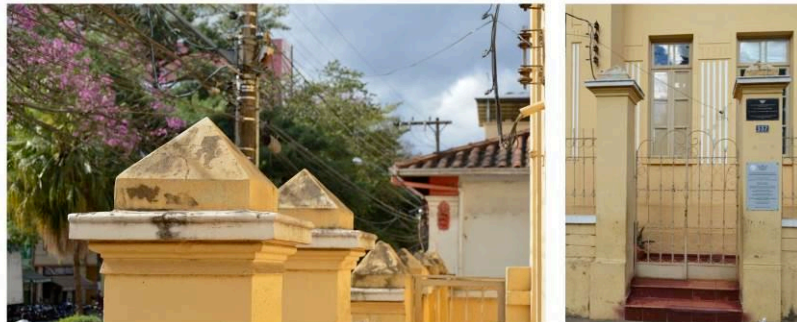
38

---

### FACHADA FRONTAL



Fig. 66, 67, 68



39

---

# DESENVOLVIMENTO

---

## CASA Nº 372

RUA GOMES BARBOSA



40

Fig. 69

## CASAS Nº 180, 184, 196

RUA GOMES BARBOSA



Fig. 70

41

# DESENVOLVIMENTO

---

## CASA Nº 183

RUA GOMES BARBOSA



42

Fig. 71

## CASAS Nº 119 E 129

RUA GOMES BARBOSA



Fig. 72 As duas edificações são tombadas pelo município de Viçosa, pelo Decreto n.º 3855/2004, de 29/09/2004, e constituem alguns dos poucos exemplares da arquitetura eclética da rua Gomes Barbosa. Segundo informações sobre a história da cidade, essa via foi aberta no início do século XX quando houve intervenções de modernização e de expansão territorial do espaço urbano de Viçosa, em razão da tentativa de construção de um cenário moderno por causa da chegada da linha férrea ao centro da cidade.

43

# DESENVOLVIMENTO

---

## CASA Nº 112

RUA GOMES BARBOSA



Fig. 73

44

---

## CASA Nº 124

RUA GOMES BARBOSA



Fig. 74

45

---

# DESENVOLVIMENTO

---

## CASA Nº 33

RUA GOMES BARBOSA

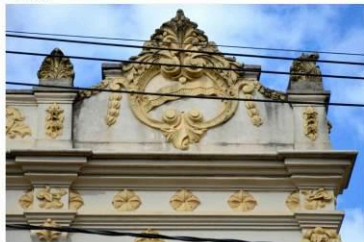


46

Fig. 75



Fig. 76, 77, 78



47

# DESENVOLVIMENTO

---

## CASA Nº 46

PRAÇA SILVIANO BRANDÃO



Fig. 79

48

---

## CASA Nº 30

PRAÇA SILVIANO BRANDÃO



Fig. 80

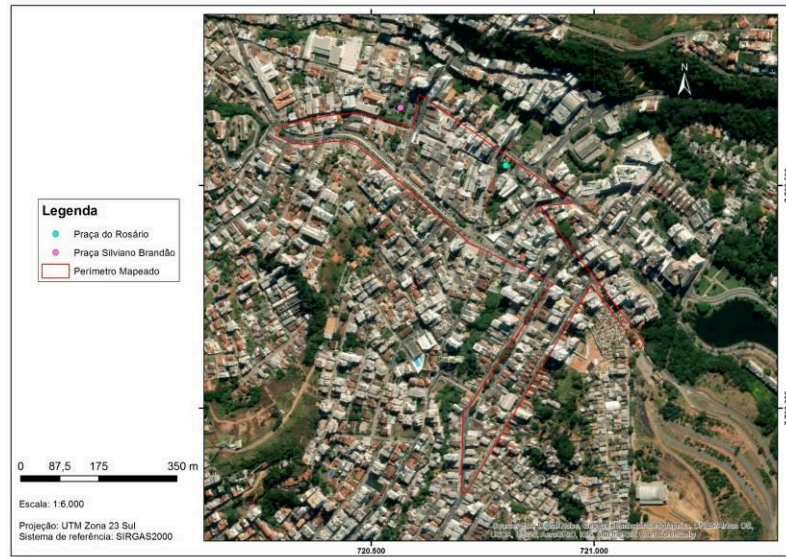
49

---

# MAPA E MEMÓRIAS FOTOGRÁFICAS

## MAPA DO PERÍMETRO DE ESTUDO

CENTRO DE VIÇOSA-MG



50

Fig. 81



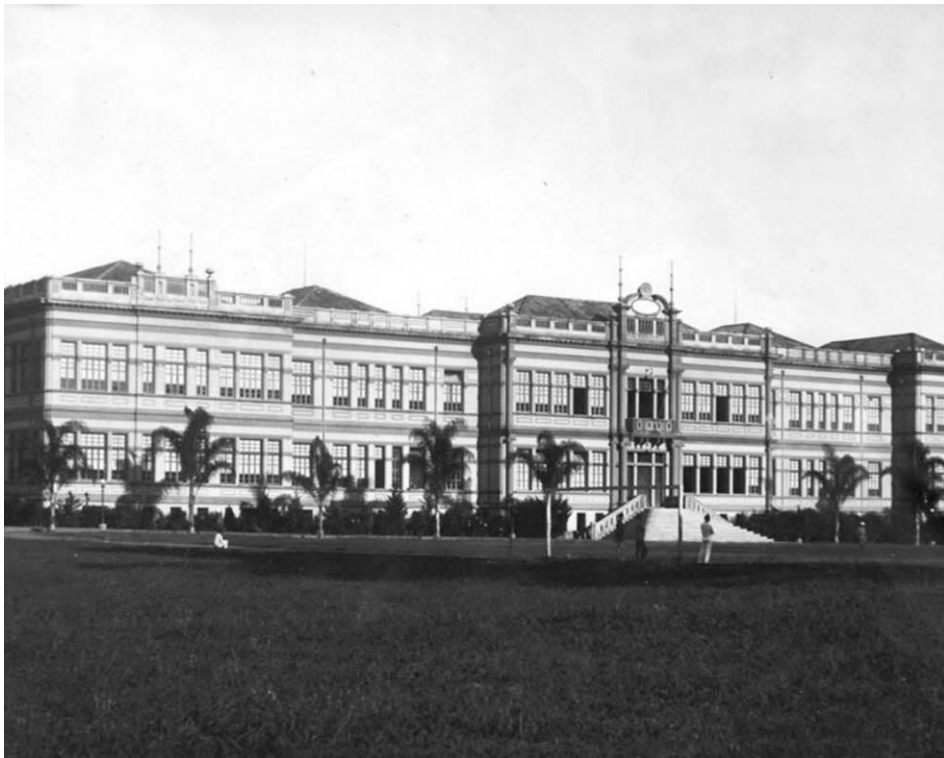
# ANEXO

---

## EDIFÍCIO ARTHUR BERNARDES

---

CAMPUS PRINCIPAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA



## ANEXO



# LISTA DE FIGURAS

## ILUSTRAÇÕES

- 01 Fig. 1 - Desenho da Casa Arthur Bernardes. Autor: Ítalo Stephan.
- 04 Fig. 2 - Vista parcial da cidade de Viçosa da década de 1940. Fonte: ACH/UFV.
- 06 Fig. 3 - Casa da Avenida Santa Rita que demolida na década de 2000. Fonte: <https://italostephanarquitecto.blogspot.com>
- 11 Fig. 4 - Detalhe da platibanda da fachada da edificação Hotel Rubim. Fonte: Arquivo pessoal.
- 12 Fig. 5 - Antiga casa da família do ex-presidente Arthur da Silva Bernardes. Fonte: Museu Casa Arthur Bernardes
- 12 Fig. 6 - Casal Arthur da Silva Bernardes e sua esposa Clélia Vaz de Melo Bernardes. Fonte: Museu Casa Arthur Bernardes.
- 13 Fig. 7 - Fachada principal da Casa Arthur Bernardes. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 13 Fig. 8 - Portada da varanda da Casa Arthur Bernardes. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 13 Fig. 9 - Detalhe da chada principal da casa Arthur Bernardes. Fonte: Arquivo pessoal.
- 13 Fig. 10 - Platibanda e telhado da Casa Arthur Bernardes. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 14 Fig. 11 - Fachada posterior da casa Arthur Bernardes. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 14 Fig. 12 - Escada caracol com balastrada da casa Arthur Bernardes. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 14 Fig. 13 - Fachada Lateral esquerda da casa Arthur Bernardes. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 14 Fig. 14 - Esquadria da casa Arthur Bernardes. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 14 Fig. 15 - Porta da casa Arthur Bernardes. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 14 Fig. 16 - Alpendre da casa Arthur Bernardes. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 14 Fig. 17 - Varanda Lateral da casa Arthur Bernardes. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 14 Fig. 18 - Janela da externa da casa Arthur Bernardes. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 15 Fig. 19 - Lustre de madeira da casa Arthur Bernardes. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 15 Fig. 20 - Móveis da sala da casa Arthur Bernardes. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 15 Fig. 21 - Móveis de um dos quartos da casa Arthur Bernardes. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 15 Fig. 22 - Corredor do primeiro andar da casa Arthur Bernardes. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 15 Fig. 23 - Banheiro do primeiro andar da casa Arthur Bernardes. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 15 Fig. 24 - Cozinha da casa Arthur Bernardes. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 15 Fig. 25 - Piso da cozinha da casa Arthur Bernardes. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 15 Fig. 26 - Ladrilho hidráulico da varanda da casa Arthur Bernardes. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 15 Fig. 27 - Piso da varanda da casa Arthur Bernardes. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 15 Fig. 28 - Piso da área social da casa Arthur Bernardes. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 16 Fig. 29 - Edificação nº 53 da Praça Silviano Brandão. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 17 Fig. 30 - Detalhe da platibanda da Edificação nº 53 da Praça Silviano Brandão. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 17 Fig. 31 - Fachada Lateral esquerda da Edificação nº 53 da Praça Silviano Brandão. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 17 Fig. 32 - Detalhe do ornamento da Edificação nº 53 da Praça Silviano Brandão. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 17 Fig. 33 - Elementos fitomórficos da platibanda da Edificação nº 53 da Praça Silviano Brandão. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 18 Fig. 34 - Casa nº 85 da Rua Benjamin Araújo. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 29 Fig. 35 - Casa nº 137 da Rua Benjamin Araújo. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 20 Fig. 36 - Hotel Rubim. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 21 Fig. 37 - Detalhe da platibanda e dos ornatos do Hotel Rubim. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 21 Fig. 38 - Detalhe da platibanda e dos ornatos do Hotel Rubim. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 21 Fig. 39 - Detalhe da platibanda e dos ornatos do Hotel Rubim. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 21 Fig. 40 - Detalhe do ornato da portada do Hotel Rubim. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 21 Fig. 41 - Fachada lateral direita do Hotel Rubim. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 21 Fig. 42 - Recorte do beiral ornamentado do Hotel Rubim. Fonte: Arquivo Pessoal.

56

## ILUSTRAÇÕES

- 22 Fig. 43 - Imagem de Viçosa antiga, em destaque o edifício Alcântara. Fonte: Museu Virtual.
- 23 Fig. 44 - Edifício Alcântara. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 24 Fig. 45 - Imagem antiga da Casa nº 47 da Praça Ervê Cordovil. Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.
- 25 Fig. 46 - Casa nº 47 da Praça Ervê Cordovil. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 26 Fig. 47 - Casa Cora Bolívar. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 27 Fig. 48 - Ornatos da casa Cora Bolívar. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 27 Fig. 49 - Ornatos da casa Cora Bolívar. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 27 Fig. 50 - Ornatos em formatos de pinhas casa Cora Bolívar. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 27 Fig. 51 - Ornatos da casa Cora Bolívar. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 27 Fig. 52 - Entrada lateral da casa Cora Bolívar, detalhes para as pinturas murais. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 27 Fig. 53 - Interior da casa Cora Bolívar. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 27 Fig. 54 - Ladrilhos hidráulicos do banheiro da casa Cora Bolívar. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 28 Fig. 55 - Casa nº 266 da Avenida Bueno Brandão. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 29 Fig. 56 - Casa nº 304 da Avenida Bueno Brandão. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 30 Fig. 57 - Casa nº 322 da Avenida Bueno Brandão. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 31 Fig. 58 - Casa nº 340 da Avenida Bueno Brandão. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 32 Fig. 59 - Casa nº 370 da Avenida Bueno Brandão. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 33 Fig. 60 - Imagem da demolição da Casa nº 370 da Avenida Bueno Brandão. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 34 Fig. 61 - Casa nº 553 da Avenida Bueno Brandão. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 35 Fig. 62 - Casa nº 50 da Avenida Bueno Brandão. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 36 Fig. 63 - Casa nº 82 da Avenida Santa Rita. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 37 Fig. 64 - Casa nº 131 da Avenida Santa Rita. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 38 Fig. 65 - Edifício da Escola Municipal Ministro Edmundo Lins. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 39 Fig. 66 - Platibanda do edifício Escola Municipal Ministro Edmundo Lins. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 39 Fig. 67 - Detalhe do muro de proteção da Escola Municipal Ministro Edmundo Lins. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 39 Fig. 68 - Portão de acesso do Edifício Escola Municipal Ministro Edmundo Lins. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 40 Fig. 69 - Casa nº 372 da Rua Gomes Barbosa. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 41 Fig. 70 - Conjunto de casas de nº 180, 184, 196 da Rua Gomes Barbosa. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 42 Fig. 71 - Casa nº 183 da Rua Gomes Barbosa. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 43 Fig. 72 - Casa nº 119 e 129 da Rua Gomes Barbosa. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 44 Fig. 73 - Casa nº 112 da Rua Gomes Barbosa. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 45 Fig. 74 - Casa nº 124 da Rua Gomes Barbosa. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 46 Fig. 75 - Casa nº 33 da Rua Gomes Barbosa. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 47 Fig. 76 - Detalhe do ornamento da platibanda da casa nº 33 da Rua Gomes Barbosa. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 47 Fig. 77 - Detalhe da platibanda da Casa nº 33 da Rua Gomes Barbosa. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 47 Fig. 78 - Esquadrias decoradas da casa nº 33 da Rua Gomes Barbosa. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 48 Fig. 79 - Casa nº 46 da Praça Silviano Brandão. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 49 Fig. 80 - Casa nº 30 da Praça Silviano Brandão. Fonte: Arquivo Pessoal.
- 50 Fig. 81 - Mapa do perímetro de estudo. Fonte: Neuman Otávio.
- 53 Fig. 82 - Edifício Arthur Bernardes do Campus da Universidade Federal de Viçosa. Fonte: ACH/UFV.
- 54 Fig. 83 - Vista parcial da praça Silviano Brandão na década de 1940. Fonte: ACH/UFV.
- 55 Fig. 84 - Prédio da antiga Câmara Municipal da Cidade. Fonte: ACH/UFV.

57

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS IDEALIZAÇÃO, PESQUISA E COORDENAÇÃO

---

## REFERÊNCIAS

---

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação regional da Zona da Mata no leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835). Belo Horizonte, UFMG, 2008.

COSTA, Lúcio. Lúcio Costa: sobre arquitetura. Porto Alegre: Centro de Estudantes Universitários, 1962. p 94.

FABRIS, Annateresa. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário de modernização. Anais do Museu Paulista, Nova série, nº 1. ECA/ Universidade de São Paulo.

FABRIS, Annateresa. Eclétismo na arquitetura brasileira. Ed Nobel/Edusp. São Paulo, 1987.

FABRIS, Annateresa. A crítica modernista à cultura do eclétismo. R. Italianística, ano III, nº 3, 1995.

MARTINS, Ronaldo de Carvalho. O eclétismo em Ouro Preto. Instituto Federal de Minas Gerais, Capus - Ouro Preto, Ouro Preto, 2014.

MARTINS, Walkíria Maria de Freitas. A pena e o compasso: políticas públicas patrimoniais e a produção da paisagem urbana de Viçosa - MG, entre 1980 e 2010. DHI/UFV, 2016.

MELLO, Fernando Antônio Oliveira. Análise do processo de formação da paisagem urbana do município de Viçosa, Minas Gerais. CCA, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2002.

PAULA, Karine de Almeida. A produção do espaço urbano vertical na zona central de Viçosa-MG, no período 1980-2012. DAU/UFV, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa (MG), 2013.

PEDONE, Jaqueline Viel Caberlon. O espírito eclético na arquitetura. PROPAR, UFRGS, 2003.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da arquitetura no Brasil. São Paulo, Perspectiva, 2011, 11ª Ed, 2006.

RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. A formação do espaço construído: cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG. Rio de Janeiro, UFRJ/PROURB, 1997.

SABIONI, G. S.; ALVARENGA, S. C. de. UFV: oito décadas em fotos. Viçosa: Editora UFV, 2006.

58

---

## IDEALIZAÇÃO, PESQUISA E COORDENAÇÃO

---

### PRIMEIRA ETAPA

Dissertação - Ronaldo de Carvalho Martins  
Orientadora - Patrícia Vargas Lopes de Araújo

### SEGUNDA ETAPA

Ronaldo de Carvalho Martins e Maurício João Vieira Filho  
Fotografia de objetos, coordenação, produção e interface gráfica, edição, montagem do projeto gráfico

### APOIO

Universidade Federal de Viçosa  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
Departamento de História - DHI  
Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania  
Departamento de Comunicação Social - DCM  
Dra. Mariana Ramalho Procópio Xavier  
Prefeitura Municipal de Viçosa



Viçosa, Minas Gerais  
2019

## CAPA POSTERIOR



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, André Nunes de. A reforma urbana do prefeito Pereira Passos e o ideal de uma civilização nos trópicos. **Intellèctus**, Ano XIV, n.2, 2015.

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. **Vila de Campanha da Princesa: Urbanidade e Civilidade em Minas Gerais no século XIX 1798-1840**, 2008.

ARRUDA, Rogério Pereira. **Álbum de Belo Horizonte**: signo da construção simbólica de uma cidade no início do século XX. UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2000, p. 57.

ANGÊLO, Leonardo Bassoli. Guido Tomás Malière e a direção geral dos índios de Minas Gerais (1824-1829). UFJF, Juiz de Fora, 2011.

BAUDELAIRE, Charles. **Poesia e Prosa**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1995.

BENEVOLO, Leonardo. **As origens da urbanística moderna**. Lisboa: Presença, 1994.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. 1. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, - (Obras Escolhidas III; v.3).

BENCHIMOL, Jaime Larry, **Pereira Passos, um Haussmann tropical**: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, vol. 11, 1992.

BERNARDES, Rosilene. **Ampulheta urbana**: uma análise da construção da Universidade Federal de Viçosa e de sua influência na (des)construção da cidade de Viçosa-MG através das transformações no tempo espaço. Universidade Federal de Viçosa, DEGEO, Viçosa, 2013.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Revista de Arquitetura e Urbanismo**. PPG/DAU- ESSC/USP, 2006, p. 9. *Apud*: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Rodrigo e o SPAHN – Coletânea de textos sobre patrimônio cultural. Rio de Janeiro, MinC/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

CABRAL, Renata. E o Iphan retirou o véu da noiva e disse sim. Ecletismo e modernismo no edifício Luciano Costa. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. V.18. n.2. p. 124. Jul-dez 2010. **In**: GOODWIN, Philip L. Brazil Buolds. **Architecture** New and Old 1652-1942. New York. MoMA, 1943, p. 25.

CALDEIRA, Júnia Marques. **A praça brasileira**: trajetória de espaço urbano – origem e modernidade. IFCH, UEC, Campinas, São Paulo. 2007.

CAMBRAIA, Ricardo de Bastos. A colonização do sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836). **Rev. Deptº de História**, nº6, julho de 1988.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação regional da Zona da Mata no leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835)**. Belo Horizonte, UFMG, 2008.

CARRARA, Ângelo Alvez. **Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)**. Tese Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

CARRARA, Ângelo Alvez. **Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)**. Universidade Federal de Ouro Preto, DHI, NHED, Mariana, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo. Cia das Letras, 2006.

CARVALHO, Marieta Pinheiro de. **Uma ideia de cidade ilustrada: as transformações urbanas da Nova Corte portuguesa (1808-1821)**. UERJ, IFCH, PPGH, abril de 2003.

CASTELNOU, Antônio. **Teoria do urbanismo**. Universidade Federal do Paraná, Arquitetura e Urbanismo, Curitiba, 2007.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; Roberto Lobato (Orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. 1ª Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro: 1997.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: UFSC, 1999.

CLARCK, David. **Introdução à geografia urbana**. Ed.2. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1991.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In: Paisagem, Tempo e Cultura*. (Org) Corrêa, R. L. ET. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

COSTA, Everaldo Batista da. **Patrimônio e território urbano em cartas patrimoniais do século XX**. Finis terra, Lisboa, nº. XLVII, 93, 2012.

COSTA, Lúcio. **Lúcio Costa: sobre arquitetura**. Porto Alegre: Centro de Estudantes Universitários, 1962, p 94.

COSTA, Simone. **Economia, sociedade e urbanização em Minas Gerais (séculos XVIII-CIX), Vila Rica, futura Ouro Preto, e sua rua principal**. FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2017.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas patrimoniais**. Edições do Patrimônio. 3ª Ed. Ver. Aum. Rio de Janeiro. IPHAN, 2004.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B.A. Schumann, superviaio, apresentação e notas José Paulo Netto, - [Edição revista]. - São Paulo: Boitempo, 2010.

- FABRIS, Annateresa. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário de modernização. **Anais do Museu Paulista**, Nova série, nº 1. ECA/ Universidade de São Paulo.
- FABRIS, Annateresa. **Ecletismo na arquitetura brasileira**. Ed Nobel/Edusp. São Paulo, 1987.
- FABRIS, Annateresa. **A crítica modernista à cultura do ecletismo**. R. Italianística, ano III, nº 3, 1995.
- FALCON, Francisco José Calazans. **Illuminismo**. Editora Ática, 3ª edição. 1991.
- FERRAZ, Hermes. **Cidade e Vida**. Apud: W.C.Summer. São Paulo, Editora JS. Agosto/1996, 1ª ed.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas Setecentistas. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. V20. n.1. p. 77-108, jan-jun. 2002,
- HIRSCHMAN, Albert. **As paixões e os interesses**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- HOBBSAWN, Eric. A era do capital. RJ: Paz e Terra, 1979.
- LAMAS, Fernando Gaudereto. Povoamento e colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII. **Revista Histórica**, Arquivo do Estado de São Paulo, ed. 08. 2005.
- LEITE, Regiane Valentim. **Paisagens autoconstruídas: o papel da assistência técnica habitacional na produção do espaço no bairro Nova Viçosa, Viçosa (MG)**. PPG-DAU, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2017.
- LOURENA DA SILVA, Medelin. **Expansão da cidade de Viçosa (MG): A dinâmica centro-periferia**. PPGG, 2016, UFES.
- MAGALHÃES, Cristiane Maria. Patrimônio e paisagem cultural: reflexões sobre a preservação das paisagens urbanas contemporâneas. **Revista CPC**, São Paulo, nº 15, p. 007-026, nov. 2012/abr. 2013.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes. Ed. 2ª, 2002.
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In Arantes: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- MARTINS, Ronaldo de Carvalho. **O ecletismo em Ouro Preto**. Instituto Federal de Minas Gerais, Campus – Ouro Preto, Ouro Preto, 2014.
- MARTINS, Walkíria Maria de Freitas. A pena e o compasso: políticas públicas patrimoniais e a produção da paisagem urbana de Viçosa – MG, entre 1980 e 2010. DHI/UFV, 2016.
- MATTOS, Maria de Fátima da Silva Costa Garcia de. A Modernidade vista pelo olhar impressionista. **Plures Humanidades**, Ribeirão Preto, v.13 n.2, p.97 jul/dez., 2012.

MATTOS, Maria de Fátima Silva Costa Garcia. O sentido da Modernidade no imaginário do século XIX. Apud BENJAMIN, Walter. **Paris, capital do século XIX**. In: KOTHE, Flávio R. (Org.). Walter Benjamin. São Paulo: Ática, 1985.

MELLO, Fernando Antônio Oliveira. **Análise do processo de formação da paisagem urbana do município de Viçosa**, Minas Gerais. CCA, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2002.

MORAES, Eduardo Jardim de. **A brasilidade modernista**. Sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

NORA, Pierre. Entre memória e História. A problemática dos lugares. *In: Projeto História*, nº 10. p.7-28. São Paulo: PUC/SP, dez. 1993.

OLIVEIRA, Éder Aguiar Mendes de. **A imigração Italiana e a organização operária em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX**. Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2004.

PAULA, Karine de Almeida. **A produção do espaço urbano vertical na zona central de Viçosa-MG, no período 1980-2012**. DAU/UFV. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa (MG), 2013.

PASSOS, Daniela. A formação do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte: um estudo de caso à luz de comparações com a cidade de São Paulo e Rio de Janeiro. **Mediações**, Londrina, v. 21, n.2, jul/dez. 2016.

PEDONE, Jaqueline Viel Caberlon. **O espírito eclético na arquitetura**. PROPARG, UFRGS, 2003.

PELEGRINI, Sandra. C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas da esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**. Vol. 26, nº51. São Paulo, jan/jun 2006.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo, Perspectiva, 2011, 11ª Ed, 2006.

RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. **A formação do espaço construído: cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG**. Rio de Janeiro, UFRJ/PROURB, 1997.

ROCHA, Osvaldo Porto. **A era das demolições**. Rio de Janeiro. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. 1995.

SABIONI, G. S.; ALVARENGA, S. C. de. **UFV: oito décadas em fotos**. Viçosa: Editora UFV, 2006.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **L'influence de l'architecture française Du XIXe siècle au Brésil Le cas de Belo Horizonte**. Montpellier, 1986.

SANTOS, Afonso de Paula dos. **Geoprocessamento aplicado à avaliação do conforto domiciliar urbano e rural do município de Viçosa (MG)**. Universidade Federal de Viçosa, 2014.

SANTOS, Flávia Pimenta A. dos; CARVALHO, Aline Werneck Barbosa de. **Influência da legislação urbanística no processo de verticalização em Viçosa-MG, no período de 2000 a 2008**. UFV, Viçosa 2010.

SANTOS, Milton. O Espaço Geográfico: um Híbrido. *In*: SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

SEVCENKO, Nicolau. NOVAES, Fernando. **História da Vida Privada no Brasil: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso**. Vol. 3. São Paulo. Cia das Letras, 1998.

SILVA, Elvan. **A forma e a fórmula: cultura, ideologia na arquitetura da Renascença**. Porto Alegre, Sagra-DC Luzatto, 1991.

SILVA, Thiago Dantas da Silva. SANTOS, Maria Rodrigues dos. Abolição e a manutenção das injustiças: a luta dos negros na primeira república brasileira. **Cadernos Imbondeiro**, João Pessoa, v.2, n.1, 2012.

VALVERDE, Orlando. Estudo regional da Zona da Mata. **Revista brasileira de Geografia**, nº1, ano XX, jan/mar 1958.

## SITES DIGITAIS CONSULTADOS

COLIN, Silvio. Ecletismo na arquitetura I. Setembro de 2010. Disponível em: [coisasdaarquitectura.wordpress.com](http://coisasdaarquitectura.wordpress.com). Acesso em: 10 out. 2018)

Site: [www.vicosamgleg.br](http://www.vicosamgleg.br) / Acesso em julho de 2019.

Site: [santaritavicosacom.br](http://santaritavicosacom.br) / Acesso em agosto de 2019.

Dados sobre o IBGE de Viçosa. Site: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) / Acesso em junho de 2019.

Dados sobre Leis Nacionais. Site: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm) / Acesso em 10/04/2019 as 20:07

Dados sobre a Ferrovia Leopoldina Railway. Site: [http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl\\_rj\\_petropolis/brmaua.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_rj_petropolis/brmaua.htm)

Dados sobre bens tombados de Viçosa: Site <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoess/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/details/1/49/bens-tombados-casa-arthur-bernardes>

Portal do IPHAN: site: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Completa%20-%20Novembro%202017.pdf>

Portal do IPHAN. Site:  
<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/52/diretoria-do-patrimonio-historico-e-artistico-nacional-dphan-1946-1970>

Dados sobre leis municipais de Viçosa: Site: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/v/vicosa/lei-ordinaria/2000/142/1420/lei-ordinaria-n-1420-2000-institui-a-lei-de-ocupacao-uso-do-solo-e-zoneamento-do-municipio-de-vicosa-2015-01-06-versao-compileada#>

## **ANEXO 1**

### **DECRETO Nº 4.914, DE 27 DE MARÇO DE 1872**

Concede ao Engenheiro Antonio Paulo de Mello Barreto autorização para organizar uma companhia que se incumba de construir uma estrada de ferro economica entre a estação do Porto Novo do Cunha e Santa Rita da Meia Pataca na Provincia de Minas Geraes. A Princeza Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Attendendo ao que requereu o Engenheiro Antonio Paulo de Mello Barreto, Concede-lhe autorização para organizar uma companhia que se incumba de construir uma estrada de ferro economica entre a estação do Porto Novo do Cunha e Santa Rita da Meia Pataca na Provincia de Minas Geraes, de accôrdo com as clausulas que com este baixam, assignadas por Theodoro Machado Freire Pereira da Silva, do Conselho do mesmo Augusto Senhor e Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e sete de Março de mil oitocentos setenta e dous, quinquagesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

#### **PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.**

Theodoro Machado Freire Pereira da Silva.

Clausulas a que se refere o Decreto desta data

I - O Governo Imperial concede á companhia que o Engenheiro Antonio Paulo de Mello Barreto organizar, privilegio exclusivo por espaço de 50 annos, a contar da data desta concessão, para a construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro economica, entre a estação do Porto Novo do Cunha e Santa Rita da Meia Pataca na Provincia de Minas Geraes.

II - Durante o prazo do privilegio, o Governo não concederá outros caminhos de ferro, de qualquer systema dentro da zona de seis kilometros para cada lado e na mesma direcção da linha desta concessão, salvo sendo com accôrdo da companhia.

Esta restricção, porém, não inibe o Governo de construir ou conceder outras estradas de ferro em prolongamento da mesma linha, ou que em referencia a ella sejam consideradas como ramaes e bem assim não comprehende as que se lhe possam approximar, ou ainda cruzar.

Para a construcção do prolongamento ou ramaes a companhia terá preferencia na concessão.

III - Em qualquer das hypotheses da clausula antecedente a companhia não poderá reclamar indemnização, quer do Governo quer de outra empresa, salvo se das novas construcções resultar obstaculo á circulação de sua linha.

IV - Se a companhia não concordar com as novas empresas sobre os meios de harmonizar o respectivo serviço de transporte, o Governo, ouvindo previamente os interessados e attendendo ás conveniencias do publico, regulará o modo pratico do mesmo serviço.

V - A incorporação da companhia deverá verificar-se dentro do prazo de tres annos, contados da data do decreto de concessão, e não se considerará realizada sem que seus estatutos sejam registrados no Tribunal do Commercio competente.

VI - Os trabalhos de exploração para determinação do traço da estrada começarão dentro do prazo de um anno, e deverão ficar concluidos de modo que dentro de tres annos, contados estes prazos daquela data, seja apresentado á approvação do Governo o projecto completo e definitivo.

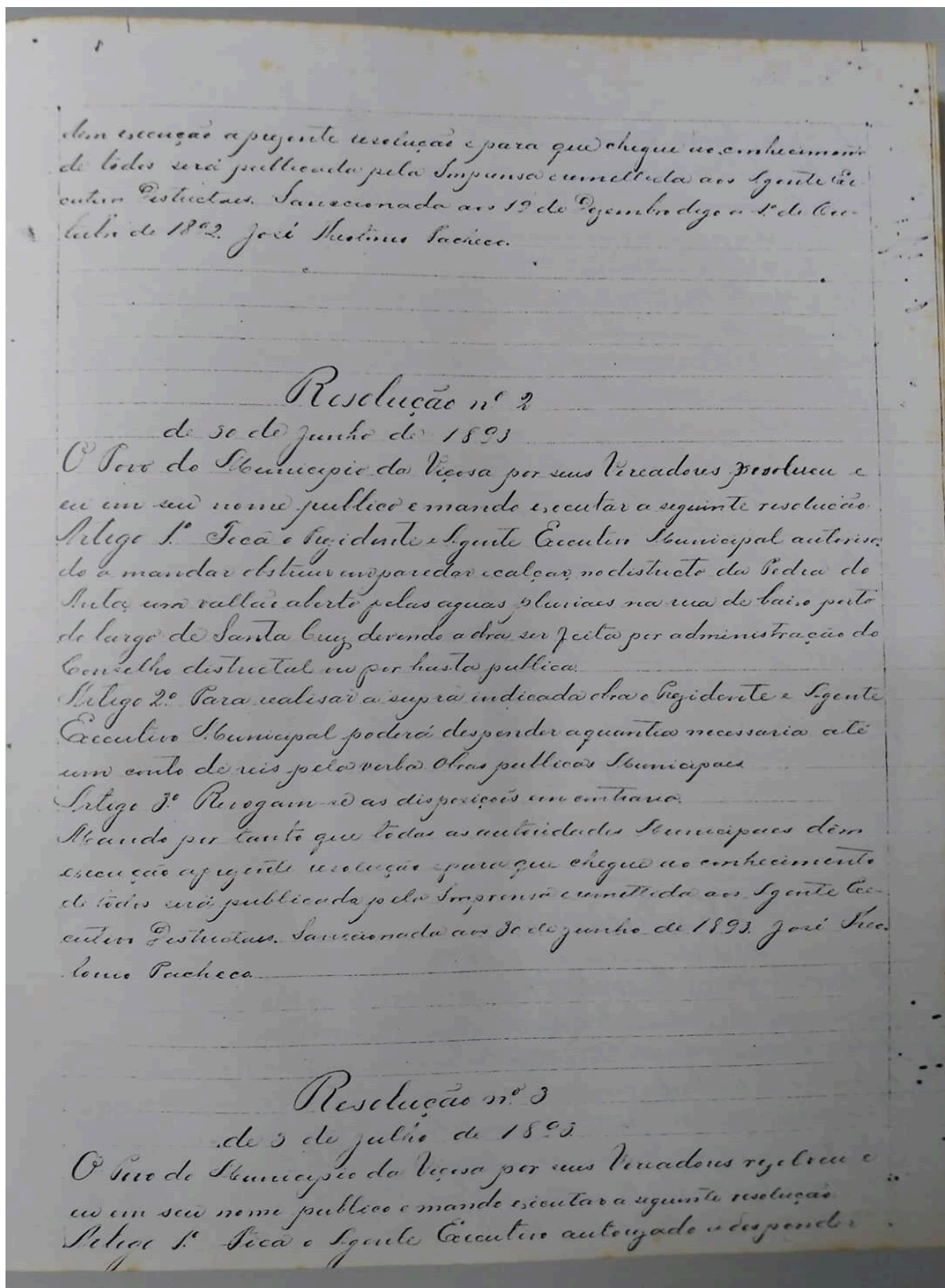
A companhia poderá submeter primeiramente á approvação do Governo estudos preliminares, que possam servir para fixar os pontos extremos e os principaes pontos intermedios da linha, e apresentar depois por secções, pelo menos de 20 kilometros, o projecto definitivo.

Palacio do Rio de Janeiro, em 27 de Março de 1872. - Theodoro Machado Freire Pereira da Silva.

Este texto não substitui o original publicado no Coleção de Leis do Império do Brasil de 1874.

**Fonte: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1874, Página 136 Vol. 1 pt. II (Publicação Original).**

ANEXO 2 – RESOLUÇÃO DE Nº3 DE 3 DE JULHO DE 1893



Fonte: Livro de Resoluções da Câmara Municipal de Viçosa (MG).

ANEXO 2 (CONTINUAÇÃO) – RESOLUÇÃO DE Nº3 DE 3 DE JULHO DE 1893

de quantia de cinco centos de reis - R\$ 500,000 para  
abertura de uma rua que de largo de Coimbra vá para Estre-  
ca de mesmo nome na C. S. da Leopoldina sendo esta que ta  
destinada para as indenizações por desapropriação e consin-  
gna das chas necessarias.

Artigo 2º Os terrenos e predios desapropriados ficarão pertencentes  
à Câmara Municipal.

Artigo 3º O Serviço será feito por administração de S. Gentil Executiva  
em por sessões de sua confiança.

Artigo 4º Se caso de insuficiência de verbas rotadas o S. Gentil Executiva  
requerida a Câmara para completar a apresentando plantas  
e os demais documentos que demonstrem o emprego da quantia m-  
lçada com indicação de que se precisa para conclusão das obras.

Artigo 5º As desapropriações serão feitas por acordo emé as partes ou  
segundo as disposições da lei nº 15 de 17 de Setembro de 1891.

Artigo 6º Ninguém se as disposições emé contrario.

Revisto por tanto que todas autoridades Municipaes têm execução  
a presente resolução e para que chegue ao conhecimento de todos será  
publicada pelo Imprensa e remetida aos S. Gentis Executivos Districaes  
funcionados aos 3 de julho de 1893 José Fortunato Pacheco.

Resolução nº 4  
de 3 de julho de 1893

A S. de Municipios da Viçosa por seus Vereadores resolveu em  
su nome publico e mando executar a seguinte resolução:

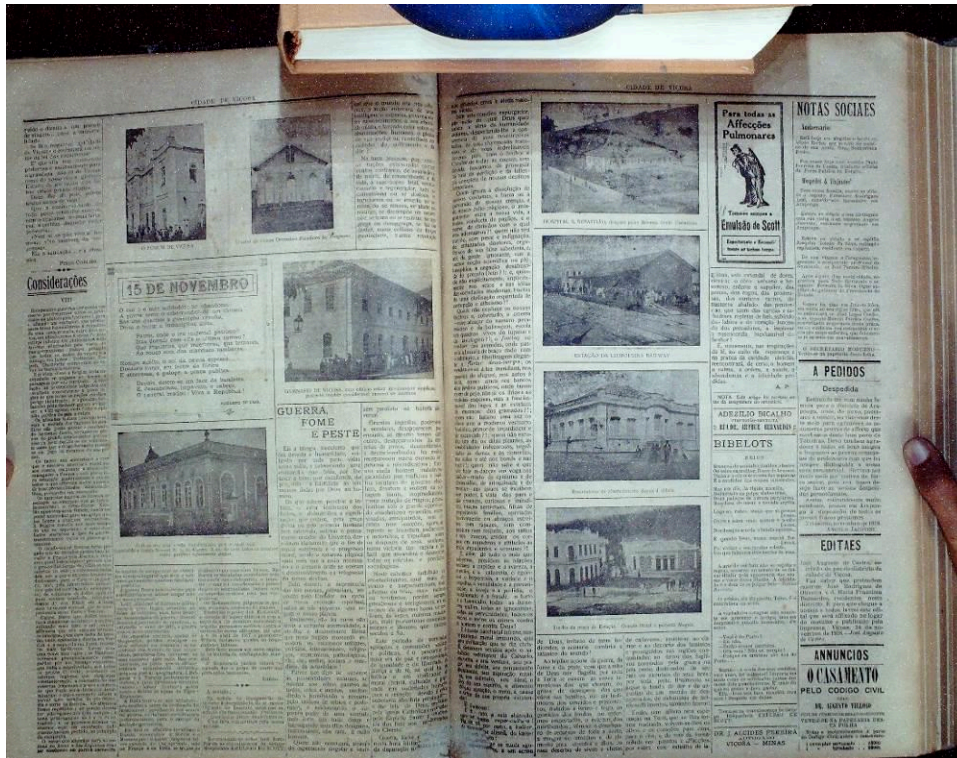
Artigo 1º Sendo o S. Gentil Executiva Municipal autorizada a aceitar em  
nome da C. M. a quantia de reis - R\$ 80.000,00 - empenha-se  
em garantir que se organizar para levar a effecto a construção de  
uma via ferrá por haças a vapor que liga esta cidade ao ponto  
que se julga de mais conveniencia da Estrada de ferro republicana  
abram-se em cada cento e vinte centos de reis - R\$ 120.000,00

Fonte: Livro de Resoluções da Câmara Municipal de Viçosa (MG).

# ANEXO 3 – JORNAL “A CIDADE DE VIÇOSA” E A PRESENÇA DE CASAS ECLÉTICAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

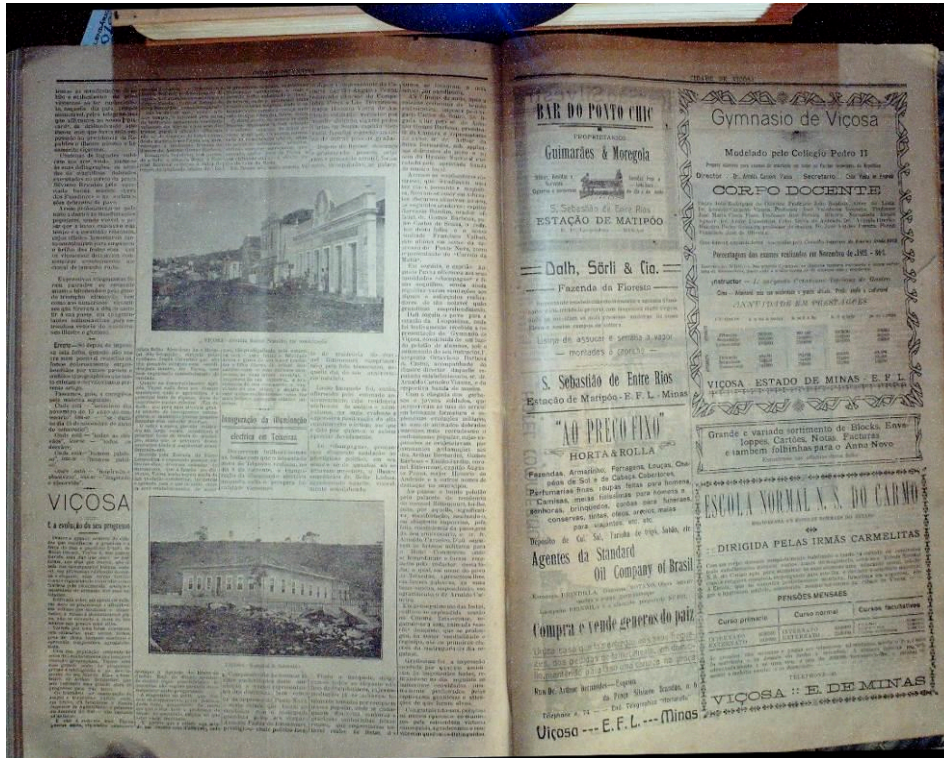


Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

# ANEXO 3 (CONTINUAÇÃO) – JORNAL “A CIDADE DE VIÇOSA” E A PRESENÇA DE CASAS ECLÉTICAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

## **ANEXO 4 – LEI Nº 2.136/2011 QUE ALTERA O ART. 54 DA LEI Nº 1420/2000 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

### **LEI Nº 2.136/2011**

Altera o art. 54 da Lei nº 1.420/2000 e dá outras providências.

O Povo do Município de Viçosa, por seus representantes legais, aprovou e eu, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** O artigo 54 da Lei nº 1.420/2000, passa a ter a seguinte redação:

**Art. 54** Para a ZC, o gabarito máximo das edificações será de:

I – 10 (dez) pavimentos para as vias com caixa de largura igual ou superior a 7m (sete metros) e vias com saída;

II – 6 (seis) pavimentos para vias com caixa de largura inferior a 7m (sete metros) e vias de pedestres ou vias sem saída;

§ 1º - Serão permitidos ainda, em qualquer das situações descritas nos incisos I e II a construção de mais dois pavimentos, desde que estes sejam destinados exclusivamente a garagens, sendo, neste caso, expressamente proibida a construção de garagens no subsolo.

§ 2º - Se em qualquer situação os 2 (dois) mencionados pavimentos acima forem utilizados de forma diversa de sua finalidade, qual seja, vagas de garagem, a edificação em hipótese alguma poderá receber o habite-se, ficando inclusive sujeita à demolição por parte do Poder Público.

§3º - Acima do gabarito, só será permitido construir reservatório de água, caixa de máquinas de elevadores, sistema de ventilação/pressurização e terraço, conforme estabelecido no art. 8º.

**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Viçosa, 16 de maio de 2011.

**Celito Francisco Sari**  
**Prefeito Municipal**

(A presente Lei foi aprovada em reunião da Câmara Municipal, no dia 10/05/2011)  
(Esta lei é republicada para corrigir erro material constante no texto originalmente publicado)

**Fonte: Site da Câmara Municipal de Viçosa (MG).**

## **ANEXO 5: PROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR DE VIÇOSA (SUBSTITUI A LEI Nº 1383/2000, DE 30/11/2000)**

### **TÍTULO IV DA PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL, HISTÓRICO E CULTURAL**

**Art. 182** - O desenvolvimento urbano e rural deverá resguardar e valorizar os patrimônios ambiental, histórico e cultural do Município de Viçosa, garantindo sua proteção e preservação, articulando-se com as diversas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social que integram esta Lei.

#### **CAPÍTULO I DO ORDENAMENTO DA PAISAGEM**

**Art. 183** - A paisagem dos espaços urbanos consolidados, resultante da interação entre elementos naturais e culturais, é um bem ambiental e constitui elemento essencial ao bem-estar e à sensação de conforto individual e social, fundamental para a qualidade de vida. A proteção e o ordenamento da paisagem têm como objetivos:

- I - garantir ao cidadão o direito de usufruir da paisagem;
- II - promover a qualidade ambiental do espaço público;
- III - possibilitar ao cidadão a identificação, leitura e compreensão da paisagem e de seus elementos constitutivos, naturais e culturais;
- IV - assegurar o equilíbrio visual entre os diversos elementos que compõem a paisagem;
- V - ordenar e qualificar o uso do espaço público;
- VI - incentivar a preservação da memória e dos patrimônios histórico, artístico-cultural, religioso e ambiental e a valorização do ambiente natural e construído;
- VII - proporcionar a preservação e a visualização das características peculiares dos logradouros e das fachadas dos edifícios;
- VIII - condicionar a regulação do uso e ocupação do solo e a implantação de infraestrutura à preservação da paisagem urbana em seu conjunto e à melhora da qualidade de vida da população.

**Art. 184** - São diretrizes gerais do ordenamento da paisagem:

- I - implementar e articular instrumentos técnicos, institucionais e legais para a gestão da paisagem urbana;
  - II - assegurar o equilíbrio visual entre os diversos elementos que constituem a paisagem urbana, priorizando perspectiva da escala humana;
  - III - proteger, recuperar e valorizar patrimônio ambiental, cultural e histórico;
  - IV - promover o combate à poluição visual e a degradação ambiental;
  - V - ordenação a inserção de anúncios publicitários nos espaços públicos;
  - VI - instituir mecanismos de participação da população na identificação, valorização, preservação, conservação e proteção da paisagem urbana e marcos referenciais.
  - VII - assegurar a proteção à paisagem rural;
  - VIII - incentivar ações públicas e privadas de recuperação, restauração e manutenção de fachadas e passeios públicos em áreas degradadas.
- Parágrafo único - Para orientar o planejamento das áreas urbanas consolidadas, o

**Fonte: Plano Diretor de Viçosa (MG), Site da Prefeitura Municipal de Viçosa (MG)**

## **ANEXO 5 (CONTINUAÇÃO): PROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR DE VIÇOSA (SUBSTITUI A LEI Nº 1383/2000, DE 30/11/2000)**

Poder Executivo Municipal poderá elaborar um plano de proteção e ordenamento da paisagem urbana e rural, em conformidade com as diretrizes estabelecidas nesta Lei.

### **CAPÍTULO II DOS PATRIMÔNIOS AMBIENTAL, HISTÓRICO E CULTURAL**

**Art. 185** - Considera-se patrimônio ambiental os bens naturais -formações físicas, biológicas, hidrológicas e geológicas- e patrimônio cultural os bens materiais ou imateriais existentes no Município de Viçosa, tomados isoladamente ou em conjunto, e cuja conservação seja de interesse histórico, paisagístico, estético, científico, arqueológico, artístico, bibliográfico ou etnográfico, ou ainda por serem representativos das tradições e da identidade cultural local.

Parágrafo único - Para aplicação desta Lei e integração das políticas setoriais, a estratégia de preservação dos patrimônios ambiental, histórico e cultural de Viçosa deve compreender simultaneamente:

- I - a conservação e qualificação dos bens históricos e culturais e
- II - a valorização dos bens naturais.

### **SEÇÃO I Da Conservação e Qualificação dos Bens Históricos e Culturais**

**Art. 186** - Incluem-se no patrimônio histórico e cultural de Viçosa, os bens tombados em nível estadual ou federal, bem como inventários, registros, vigilância, desapropriação e declarados de interesse cultural para o Município, ficando todos sujeitos a regime especial de proteção, de acordo com a legislação de patrimônio.

Parágrafo único -A proteção e preservação dos bens históricos culturais têm como objetivo promover a qualificação do patrimônio municipal a partir da elaboração e implementação de programa de preservação e revalorização do patrimônio bens históricos e culturais de Viçosa.

**Art. 187** - São ações prioritárias para a preservação e revalorização do patrimônio histórico cultural de Viçosa:

- I - inventariar e registrar os bens tombados em nível estadual ou federal e os bens a serem protegidos e incorporados aos patrimônios ambiental, histórico e cultural do Município de Viçosa;
- II - classificar os bens a serem protegidos e indicar seus respectivos instrumentos de proteção, sejam eles:
  - a) tombamento;
  - b) inventário do patrimônio cultural;
  - c) inventário do patrimônio imaterial;
  - d) chancela da paisagem cultural;
  - e) preservação;
  - f) tutela.
- III - integrar as ações e medidas do órgão municipal responsável pelo patrimônio histórico e cultural com as ações e medidas dos demais órgãos municipais setoriais;

**Fonte: Plano Diretor de Viçosa (MG), Site da Prefeitura Municipal de Viçosa (MG)**

## ANEXO 5 (CONTINUAÇÃO): PROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR DE VIÇOSA (SUBSTITUI A LEI Nº 1383/2000, DE 30/11/2000)

- IV - disciplinar a implantação de mobiliário urbano, veiculação publicitária, anúncios indicativos, artefatos e pequenos equipamentos de uso público;
- V - estimular a requalificação da arquitetura e da paisagem urbana;
- VI - promover a articulação entre os órgãos responsáveis pela preservação dos patrimônios histórico e cultural nos níveis municipal, estadual e federal;
- VII - registrar o patrimônio de natureza imaterial do Município de Viçosa, compreendido como:
- a) as celebrações (rituais e festas que marcam a vivência coletiva da religiosidade, do entretenimento, do trabalho e de outras práticas da vida social);
  - b) as formas de expressão (manifestações cênicas, plásticas, lúdicas, literárias e musicais);
  - c) os lugares (santuários, feiras, mercados, praças e demais espaços de concentração e reprodução de práticas culturais coletivas);
  - d) os saberes (modos e conhecimentos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades).
- VIII - garantir espaços públicos para exposição e acervo da memória popular e das tradições locais;
- IX - estimular parcerias entre os setores público e privado para o financiamento de intervenções destinadas à conservação dos bens de interesse histórico e cultural.
- § 1º - O inventário, como instrumento de promoção e proteção dos patrimônios histórico e cultural, obedecerá ao disposto em legislação municipal específica, que se submeterá às disposições constantes no § 1º do artigo 218 da Constituição Federal.
- § 2º - O registro de bens imateriais obedecerá ao disposto nas legislações municipal, estadual e federal que regulam esse instrumento baseado na Constituição Federal, e que consiste num conjunto de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos realizados pelo Poder Executivo com vistas ao reconhecimento do patrimônio imaterial, sua inscrição em Livros de Registro (Celebrações; Formas de Expressão; Sítios e Espaços; Saberes) e definição de políticas públicas de salvaguarda como forma de apoiar sua continuidade.

### SEÇÃO II Do Incentivo a Recuperação e Conservação do Patrimônio Histórico e Cultural

**Art. 188** - O Poder Executivo Municipal poderá, mediante Lei específica, conceder incentivos fiscais para o restauro e a conservação de imóveis tombados devido ao seu relevante interesse histórico e cultural.

### SEÇÃO III Do Termo de Ajustamento de Conduta Cultural

**Art. 189** - Para cumprimento do disposto nesta Lei, o Poder Executivo Municipal poderá celebrar, com força de título executivo extrajudicial, nos termos da Lei Federal, Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Cultural com pessoas físicas e jurídicas responsáveis pela reparação integral de danos ou descaracterizações causadas a bens, imóveis, áreas ou espaços protegidos em função de seu valor

